



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL,

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 121

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 1968

ATA DA 19ª SESSÃO, EM 23 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Pedro Carnice
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Menezes Pimentel
Argemiro de Figueiredo
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Péricles Pedro
Armando Storni
Bezerra Neto
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vão ser lidas as atas da sessão em reuniões anteriores.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuniões anteriores, que são sem debate aprovados.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu ofícios do Senhor Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

— nº 562 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres;

— nº 621 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres; Se não houver objeção, esta Presidência considerará prorrogada por 30 dias o prazo para resposta aos referidos Requerimentos. (Pausa.)

Como não houve, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

— nº 114 de 1968, de autoria do Senador Lino de Matos, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 298-68);

— nº 294 de 1968, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 299-68);

— nº 396 de 1968, de autoria do Senador Edmundo Levi, enviadas pelo Ministério da Saúde. (Aviso nº 636 de 1968);

SENADO FEDERAL

— nº 425 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 301-68);

— nº 426 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Saúde. (Aviso nº 622-68);

— nº 433 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Saúde. (Aviso nº 628-68);

— nº 462 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 302-68);

— nº 534 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 303-68);

— nº 537 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Saúde. (Aviso nº 632-68);

— nº 546 de 1968, de autoria do Senador Lino de Matos, enviadas pelo Ministério da Saúde. (Aviso nº 627 de 1968);

— nº 548 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 304-68);

— nº 571 de 1968, de autoria do Senador Lino de Matos, enviadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas. (Aviso nº 860-68);

— nº 581 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 305-68);

— nº 597 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 306-68);

— nº 615 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério das Comunicações. (Aviso nº 495-68);

— nº 625 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 307-68);

— nº 634 de 1968, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviadas pelo Ministério das Comunicações. (Aviso nº 498-68);

— nº 646 de 1968, de autoria do Senador Guido Mondin, enviadas pelo Ministério da Fazenda. (Aviso nº 409 de 1968);

— nº 669 de 1968, de autoria do Senador Lino de Matos, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 308-68);

— nº 674 de 1968, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviadas pelo Ministério da Agricultura. (Aviso nº 309-68);

— nº 466 de 1968, de autoria do

Senador Vasconcelos Tôrres, enviadas pelo Ministério das Comunicações. (Aviso nº GMC — 000496-68);
— nº 647 de 1968, de autoria do Senador Adalberto Sena, enviadas pelo Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil. (Ofício nº ... 1.108-SAP-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Lino de Mattos:

— nº 846 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

— nº 852 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

— nº 853 de 1968, ao Ministério das Comunicações;

— nº 854 de 1968, ao Ministério da Fazenda;

— nº 855 de 1968, ao Poder Executivo;

— nº 857 de 1968, ao Ministério da Fazenda;

— nº 858 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

— nº 860 de 1968, ao Poder Executivo;

— nº 863 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

— nº 868 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores inscritos:

Tempo à palavra o Sr. Argemiro Fi-

gueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEI-

REDO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, por duas vezes, ocupei a tribuna desta Casa, para tratar do assunto que é objeto das palavras rápidas que vou pronunciar neste instante. Na primeira vez, noticiá a Casa e à Nação, pedindo a atenção do Governo e das autoridades administrativas competentes, o fato singular, e, ao mesmo tempo, alarmante, da demissão, de um só golpe de mais de mil funcionários, no setor do Ministério da Agricultura.

Relatei o fato apeliei para os Líderes do Governo, nesta Casa, sentido de que atuassem para que se evitassem os efeitos catastróficos do ato ad-

ministrativo violento, injusto e ilegal. Não foi ouvido, não sei se porque a denúncia partira de um elemento da oposição ao governo. Não quero acreditar que tal tenha ocorrido porquanto, na etapa atual da politização brasileira, não é mais admissível o conceito de oposição como sendo

um grupo proscrito das atividades governamentais neste país. Esta concepção passou e é inadmissível, nos tempos modernos, no atual nível da civilização brasileira porque a Oposição, sem perder a personalidade — como há poucos instantes dizia um companheiro nosso, ouvido por um jornal de Minas Gerais — se é um órgão de fiscalização do governo é, ao mesmo tempo, um órgão de cooperação e de cooperação tem sido a atuação do Movimento Democrático Brasileiro, neste Casa, sobretudo aqui no Senado. Quando as proposições são submetidas ao nosso julgamento, à nossa decisão, à discussão do Plenário, ninguém indaga da sua origem, do iniciador da proposição, se do Governo, se um dos seus representantes nesta Casa, ou se do próprio Movimento Democrático Brasileiro. As proposições são estudadas dentro da área de interesse público, ante a qual não é possível para homens patriotas, homens de bom sentido, de compreensão, de espírito público, admitir divergências. As divergências políticas surgem, na verdade, dos setores partidários. Podem surgir quando tratamos assuntos estritamente políticos. Mas, em verdade, quando há interesses públicos em causa, as divergências só podem aparecer de espíritos retrógrados, daqueles que exercem o mandato sem a compreensão devida dos deveres precípuos.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente, que não acredito seja esta a mentalidade a razão por que minha denúncia sobre fato dessa gravidade, de mais de mil funcionários demitidos violentemente de um só golpe não tenha sido ouvida pelas autoridades governamentais pelos líderes desta Casa e pelo Sr. Presidente da República.

Não ouvida ainda, ocupei esta Tribuna pela segunda vez para apontar a ilegalidade do ato em face da Constituição e das leis ordinárias vigentes.

Não há dúvida de que se tratava, no caso, evidentemente, de direitos adquiridos, nos termos da Constituição passada, de 1946, por quanto todos os funcionários demitidos tinham mais de cinco anos de serviço público prestado ao Estado, ao Município ou à União.

Tinham, portanto, em face de texto expresso da Constituição de 1946, a segurança da estabilidade.

Se a Constituição de 1967 não repetiu esse texto em garantia do funcionalismo público, na verdade, estabeleceu o mesmo preceito de segurança, isto é, que os funcionários de mais de cinco anos, nomeados por concurso, só poderiam ser demitidos mediante decisão do Poder Judiciário ou de processo administrativo em

que se assegurasse ampla defesa ao interessado.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo o prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — É ainda que não houvesse garantia constitucional ou legal, o bom critério de justiça administrativa manca que, num caso como este, se apure, pormenoradamente, situação por situação porque não se entende que o Poder Público tenha necessidade de afastar dos quadros do serviço mais de mil funcionários de uma vez e sumariamente.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sumariamente.

O Sr. Josaphat Marinho — E tanto mais grave é o ato do Governo quanto plaurado num instante de graves dificuldades para os assalariados em geral, quer os das empresas privadas, quer os do Poder Público.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Exa. tem todo a razão em examinar e demonstrar o saudoso humano do ato de violência praticado.

Mas, na verdade, não valiu aqui a argumentação, examinando-se o ato governamental sob o aspecto legal e constitucional. Esta evidente e demonstrado, Sr. Presidente, e é de minha ciência própria, que os funcionários afastados dos seus cargos tinham mais de cinco anos de serviço, para dar ao sentido da primeira etapa da estabilidade, no ângulo do tempo. Mas outros funcionários tinham 10, 15, 20, até 30 anos de serviço público e foram demitidos sumariamente pelo Governo Federal.

Examinei, da outra vez, as leis que regiam a espécie, demonstrando claramente que os direitos individuais tinham sido violados, desumanamente violados, injustamente violados, sem que houvesse o império do interesse público ou do pensamento revolucionário que, às vezes, não tem respeitado as leis vigentes.

Não haveria interesse da qualquer natureza que justificasse, legal ou moralmente, ou mesmo em face dos preceitos da revolução, dos princípios chamados revolucionários, a demissão verificada.

Hoje, Sr. Presidente ocupo esta tribuna pela terceira vez, ocupo com emoção de brasileiro nordestino, ocupo envergonhado por haver testemunhado, no meu Estado, onde cerca de 300 funcionários foram atingidos, as cenas mais deploráveis, mais lamentáveis, de fome, de miséria, de dificuldades, que o ato do Governo proporcionou. Era mister que o atual Presidente da República, homem em quem tenho reconhecido inúmeras vezes a bondade de espírito fosse ouvir no meu Estado, o Estado da Paraíba, os lamentos dos protestos e, sobretudo, o drama dantesco da fome imperando em mais de 300 lares. Fome real, Sr. Presidente, fome de que falo aqui não por espírito demagógico — que nunca tive e disso são testemunhas V. Exas., os meus colegas e a nação inteira — mas para denunciar o que vem ocorrendo. Nunca usei de demagogia para impressionar com meus argumentos, com meus raciocínios, a quem quer que fosse. Ainda desta vez, falo com dureza, mas dentro da verdade, sem fugir um milímetro sequer ao drama terrível, ao drama doloroso, ao drama impressionante a que assisti no meu Estado.

Homens que outrora eu conhecia com roupas limpas, engravatas vivendo decentemente dentro da sociedade, podendo visitar quem quer que fosse, sem se envergonhar e sem

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEF DO SERVICO DE PUBLICACOES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEF DA SEÇÃO DE REDAÇOES
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SÉCÃO II

Sede do Diário no Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

envergonhar ninguém, hoje vivem maltrapilhos. Em minha própria residência vi conterrâneos meus, acompanhados da esposa e de filhos pequenos, revelando a desgraça que havia caído sobre os seus lares e mostrando pela fisionomia, antes das palavras, que a fome estava dominando, que a fome estava dominando a vida de crianças, de velhos, de pobres e deles próprios, funcionários assim demitidos.

Sr. Presidente, veu citar ainda um fato singular, talvez o único que possa impressionar a sensibilidade das autoridades governamentais. Ocorreu no Município de Pombal, na terra de Senador Rui Carneiro, lamentavelmente licenciado, pois do contrário se juntaria às minhas palavras de protesto, diante do quadro dantesco a que assisti na Paraíba.

Em Pombal, um funcionário que, envergonhado, não quis recorrer à caridade pública, não quis, de casa em casa pedindo esmola para sobreviver, com a esposa e os filhos, enlouqueceu Sr. Presidente. E' hoje um homem perdido. Mesmo que se restringem seus direitos violados, esse homem está abandonado, condenado ao aniquilamento, sem assistência, sem direção, desmoronado. Infelizmente não tenho seu nome aqui, para denunciá-lo à Nação inteira, mas afirmo, sob minha honra pessoal, que o fato ocorreu, pois dados concretos me foram entregues por outros funcionários que estão igualmente, passando, miséria. Dizem que se afirmou aqui que o Governo havia praticado um ato normal. Não me recordo exatamente do termo. Não é possível que, desta Casa, tenha saído uma opinião tão desarrazoadamente, injusta, absurda e revoltante. Dir-se-á que esses funcionários podem recorrer ao Poder Judiciário, podem invocar a ação da justiça para a reintegração de seus direitos violados. Mas, Sr. Presidente, homens que já percebiam vencimentos parcos, homens que, com dificuldade, estavam mantendo e educando suas famílias e seus filhos, agora afastados da função, privados dos minguados recursos, como não recorrer à caridade pública, não só para sua manutenção, como para atender às solicitações dos advogados profissionais, em defesa dos seus direitos?

O Sr. Bezerra Netto — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer.

O Sr. Bezerra Netto — V. Exa. descreve com nitidez um quadro em que vemos funcionários públicos dispensados ilegalmente dos seus cargos, depois de muitos e muitos anos de atividade. Eu poderia acrescentar que esse aspecto de empobrecimento de setores da vida brasileira nós encontramos não apenas entre os que são dispensados de funções públicas. Isto é, tanto mais grave para nós, numa nação nova, onde realmente vários setores da atividade particular criam riquezas e nós assistimos, infelizmente, noutras áreas, esse processo de empobrecimento e de miséria visível. Acabo de chegar de Mato Grosso e lá vi os colonos da Colônia Nacional de Doura-

dos, de terras fertilíssimas, os marítimos do Serviço de Navegação da Bacia do Parnaíba, dispersados em massa ou postos em uma disponibilidade que já é um sinal de tragédia futura ou próxima, os ferroviários da Brasil-Bolívia demitidos, demitidos de seus trabalhos com a entrega da administração da ferrovia para o País vizinho, enfim, aspectos verdadeiramente dentes a que não queríamos assistir, porque considerávamos uma contradição para um País novo, para uma gente tão boa trabalhadora, como é a brasileira; de modo que é grave o quadro que se apresenta a qualquer um de nós, como homens da vida comum, não como políticos propriamente ditos, não como parlamentares, mas homens que se interessam, por dever e por vocação, pela situação de seus semelhantes. Não se trata de comício nem de demagogia, como bem frisou V. Exa., mas da realidade brutal e não podemos ser insensíveis a ela. Não queremos atacar os Poderes Públicos, mas somos obrigados a condenar esse estado de coisas e a nos preocupar profundamente com o futuro dessa nossa grande Pátria.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o arante com que V. Exa. me honra, que vem demonstrar, já num outro aspecto, o caráter social, a significação desse desamparo em um País que tem, na verdade, um sistema de assistência social verdadeiramente organizado, serão perfeito ou tecnicamente perfeito, posto que não bem executado.

Mas, Sr. Presidente, diria eu que tudo está aparecerio de dramático, de dantesco de modo a ferir a sensibilidade humana, em decorrência desse ato do poder governamental. Homens loucos, homens famintos, crianças passando necessidades incríveis, por um ato, Sr. Presidente, que, dizia eu, poderia ser naturalmente revisto revisionado, examinado ou reexaminado pelo Poder Judiciário, dando-se por essa forma, com esses recursos legais, constitucionais, a reintegração de direitos sagrados, violados pelas autoridades que tinham o dever de respeitar a lei, mais que nós próprios, mais que os próprios cidadãos, mais que os próprios funcionários públicos. Recorrer ao Poder Judiciário, como dizia, por quê? Por que, Sr. Presidente, lançar miseráveis nessa área, compelir homens famintos, lá a esta hora, sem recursos, sem a ajuda de ninguém a constituir advogados, a pagar honorários a esses profissionais para declarar injusto ou ilegal o ato do Governo?

Parece, Sr. Presidente, que, neste aspecto, a desumanidade, a insensibilidade humana chegam nos extremos. Porque, na verdade, quando discutem direitos ameaçados de violação ou violados por parte de nódos ou de indivíduos ou de classes que têm algum poder econômico, ainda assim — querer dizer — as pendências poderiam ser naturalmente provocadas e desenvolvidas. Mas, Sr. Presidente, obrigar que homens famintos constituam advogado sem poder, e sabendo-se que eles não podem fazer, essa atitude desse ato tem caráter mais grave do que se pode imaginar no sentido humano. E' o que as autoridades escla-

rem como único caminho de elas voltarem a uma existência mais digna, voltarem à sua função, reivindicando seus direitos: esses homens seriam obrigados a fazer o que não podem.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. uma intervenção?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com o maior prazer!

O Sr. Josaphat Marinho — Mesmo que se admitisse que esses funcionários demitidos podessem apelar para o Serviço de Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados, nem assim se justificaria o ato desumano do Governo. E' que a miséria não permite a ninguém esperar decisão judiciária a longo prazo, sobretudo quando se sabe que não há decisão judiciária, em regra, a curto prazo, quando se luta contra o poder público e, principalmente, contra o União.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Vou V. Exa. no seu brilhante a parte reforçar os meus argumentos. Espero que o nobre colega continue suprindo as deficiências rurais de quem está dominado pela miséria, de quem vive a fome, de quem assiste a espetáculos ônices que acabam de desencadear em milhares de lares brasileiros. Eu mesmo assisti a elas em minha terra.

Mas, Sr. Presidente, não é possível a si, como ia dizendo, das autoridades governamentais de fechar os ouvidos a todos os reclamos, a todos os apelos. Não temos força de revanche para combater uma violência dessa natureza, mas não podemos assistir a ela, ao menos, uma reação espiritual, utilizando a tribuna desta Casa, que ainda está aberta num ângulo bem estreito de comunicação com o povo, de comunicação com a Nação, de comunicação com os brasileiros. Peço menos que nos orça aqui o Governo, a quem nós, da Oposição, temos ajudado dia a dia, comparecendo a esta Casa, votando todas as propostas assinaladas como de interesse público e colaborando, pela fiscalização, colaborando, pelo aperfeiçoamento dos projetos, colaborando, pelas emendas sugeridas, apresentadas e aqui discutidas para que tenha, realmente, êxito a administração da atual Presidente da República.

Hoje, Sr. Presidente, não volto mais para denunciar, como fiz no primeiro discurso. Não volto mais para demonstrar a ilegalidade, a violência do ato, como fiz pela segunda vez. Volto, Sr. Presidente para protestar e, se possível, ainda, pedir, formular o último apelo a uma só entidade do poder governamental, ao Sr. Presidente da República, aquele que ainda há prazos dias dia, em entrevista aos jornais, quanta saudade tinham, ele e sua família, de quando moravam num lar humilde sem essa tarifa de governo, sem enfrentar crises sociais, políticas ou econômicas em que se debate a Nação.

A. S. Exa. eu pediria, ao Presidente Costa e Silva, ao bravo militar Costa e Silva, ao chefe de família Costa e Silva, eu pediria que examinasse ou mandasse examinar pelas presscas de consciência e de sensibilidade humana o que é que está ocorrendo de catastrófico, de brutal, de inefável, de dantesco em consequência do ato praticado pelo Poder Público Federal.

Protestar, Sr. Presidente, contra isto que não pode significar escrito da revolução, porque nenhuma revolução dentro dessa Pátria, se pode fazer para praticar atos desumanos, cruéis e ilegais dessa natureza.

Não é possível, Sr. Presidente, que esses soldados briosos, esses grandes patriotas que foram defender as liberdades humanas nos campos da Europa, não tenham sensibilidade para sentir milhares de brasileiros, sensíma, arrastados à fome à miséria e à loucura como acabou de dizer, por um ato do Governo a quem cabe, a quem compete a segurança dos direi-

tos individuais, efetivar as garantias individuais com todas as forças para que possa imprimir respeito à Nação e ser respeitado pelo povo.

Protesto, Sr. Presidente, contra tudo isso e espero que desta vez — lamentavelmente, na ausência dos líderes do Governo — haja algum assessor do Presidente da República, nesta ou na outra Casa do Congresso, que leve a S. Exa., somente a S. Exa., porque todas as demais autoridades compaticiam no ato de violência e de injustiça a que me refiro, a ele ao Presidente Costa e Silva, este veementemente apôlo para que mande eliminar essa desgraça que desabou sobre milhares de lares brasileiros. E desabou por violência, quero repetir, por injustiça, por ilegalidade; desabou, Sr. Presidente, atingindo funcionários até de 30 anos de serviço público, quando, na verdade, eles já tinham, e têm, perante o Poder Judiciário, o direito de alegar e defender a estabilidade que lhes é garantida pela Constituição e pelas leis ordinárias.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu queria pronunciar, como um dos elementos mais moderados da Oposição, como tem testemunhado o Senado Federal. Moderados, mas não timidos. Não timidos, Sr. Presidente, porque sou um homem já vivido, e mesmo no decorrer da minha mocidade, nunca tive coisa nenhum, porque não aceitei responsabilidade que não pudesse cumprir em toda linha, em todo instante, a tóda hora, em que se fizesse necessário o pronunciamento de um homem digno e forte.

Sou um sertanejo humilde, Sr. Presidente, mas tenho a vida pública limpa, não temo o exame de quem quer que seja: de autoridade de dentro da revolução, ou de fora da revolução; de corregedor, ou de adversário.

Sou um homem que tem autoridade para fazer este protesto e formular este apôlo, agora dirigido só e só, ao Marechal Presidente de todos os brasileiros. E' a ele que me dirijo, Senhor Presidente!

E se nada puder fazer além disso, que me perdoem aqueles a quem eu desejará defender e não posso porque a palavra de um oposicionista é sempre ouvida assim, por essa forma, como a voz de proscritos, como a voz de homens que estão eliminados das comunições nacionais, dos interesses nacionais, homens condenados a não serem ouvidos pelo fato de comporem uma organização oposicionista, um partido oposicionista que para os homens de bem, para os governos dignos, é tão necessário ou mais necessário quanto o partido que os apóia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui fica o meu protesto o meu apôlo. E que me ouça, também, o Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal — para aqueles poucos que, tendo recorrido à caridade pública, ainda encontraram recursos para chegar ao supremo órgão da Justiça Federal do País, para os poucos que, ainda, puderam constituir advogado em defesa dos seus direitos violados. Que me ouça o Supremo Tribunal Federal, e analise o aspecto social humano, jurídico, desse ato que não envergonha ao Governo. As autoridades que o praticaram, nome e praticaram conscientemente, mas deve envergonhar ao próprio chefe da Nação, mais do que a nós próprios, que somos oposicionistas neste Casa e no País. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, importante jornal de Belo Horizonte procurou ouvir-me, hoje, sobre o que se propalava no Estado Montanhês — um acordo que nos bastidores se prepara, entre Governo e

Oposição, visando tal acordo à concretização da tese da pacificação nacional.

O Senador Argemiro de Figueiredo ouviu algumas das respostas que eu dava àqueles que me entrevistavam por telefone, e uma delas foi a seguinte:

Se o MDB, por absurdo, aceitasse a sua integração no Governo atual, estaria praticando um ato que iria receber de pronto, a repulsa daqueles que o vêm apoiando.

Nunca se negara o Partido oposicionista a apoiar qualquer proposição que viesse ao encontro dos anseios coletivos, analisando-a, emendando-a, criticando-a, aprovando-a.

Um Governo, dizíamos nós que se proclame democrata, negar-se-ia a si mesmo se prescindisse da existência ou impedisse a existência de uma oposição, ou se visse a declarar não ser necessária a existência de uma oposição organizada, oposição que tem, no sistema democrático, função específica, principalmente fiscalizadora. E adiantávamos nós: deve o Governo hoje, estar mais preocupado com a Igreja, que não se manifesta, no Brasil, no momento, através de determinado bispo, padre, cardeal, dominicano, jesuítas carmelita ou franciscano.

As suas manifestações são coletivas e em reuniões públicas, de que todo o povo brasileiro trouxe conhecimento. Expõe o seu ponto de vista sobre a atualidade brasileira, sobre a crise nacional, fixando a sua posição e pedindo ao Governo que concorresse, urgente e imediatamente, para que a grande crise, que se avolumava, tenha termo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Além de tudo que V. Exa. acentua, convém observar que, se há necessidade de algum acordo, no atual quadro político brasileiro, é entre o Governo e o povo. O Governo precisa harmonizar-se com o povo, a fim de assegurar a este tranquilidade e bem-estar. Se o obliterar, ai sim, a oposição será do povo, expressão junto ao próprio Governo.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente, bem o diz V. Exa. E o faz com segurança, com a segurança de sempre que todos lhes reconhecemos. Harmonizar-se com o povo, sentir-lhe o apoio, através de medidas efetivas, prudentes, seguras é o papel de um Governo consequente, de um Governo que não vacile, de um Governo acordado com a realidade nacional. V. Exa. mesmo, Senador Josaphat Marinho, ao discutir o problema brasileiro, fez uma comparação do Brasil com a França, para concluir que lá, quando o operariado se levantou, quando a estudantada universitária elevou a sua voz de protesto contra um sistema que já se tornava obsoleto, em face dos grandes países desenvolvidos e superdesenvolvidos, a palavra de um estadista foi ouvida, em toda a França e em todo o mundo.

E De Gaulle, ao invés de meter o estudante na prisão, ao invés de cobrir as manifestações populares, como estadista que o é, discordando ou não dele, sentiu as pulsacões do povo na sua juventude e, imediatamente, declarou: "as reformas serão feitas para o bem da França", da sua França eterna, da sua grande pátria.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com todo prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — E acrescente V. Exa.: a crise francesa instaurou-se há cerca de 60 dias. Nestes 60 dias o Governo auscultou a opinião do povo mediante eleições gerais. O Presidente De Gaulle já deu substituto a um Primeiro Ministro, cuidando dos problemas do País e não de re-

lações sentimentais. E o que é mais — o novo Gabinete já está discutindo as leis de reforma. Nós estamos, há quatro anos, em crise, debaixo da inércia.

O SR. AURELIO VIANNA — Certissimo, V. Exa., no seu aparte.

E quando a estudantada francesa, ainda incômoda, manifesta a sua inquietação, depois daquela grande vitória, De Gaulle lhe responde, tomando as primeiras providências, para as grandes reformas. Eis a notícia que temos de Paris.

"Enquanto os estudantes, segundo a maioria dos observadores, preparam a desforra, o Governo francês iniciou a preparação de uma série de leis que proporá ao Parlamento com o fim de modificar as estruturas universitárias e sociais do país".

E assim que o Governo consequentemente estabelece contacto com o povo, procura-lhe o apoio, dando-lhe confiança, através de medidas objetivas, seguras e inteligentes.

Pacificação nacional, pacificação política da família política brasileira. Que é pacificação? Em 1848, falou-se, no Brasil, em pacificação, e nós notamos que, naquele tempo, há mais de cem anos, havia estadistas neste País. A impressão que se tem é de que desapareceram porque naquele tempo, em nome da Coroa, em nome do Governo falava à Câmara dos Deputados o Presidente do Conselho de então, Visconde de Macaé, para dizer:

"O Governo atual, assim como todos os outros Governos, reconhece que é uma necessidade, no sistema constitucional, que é mesmo uma condição indispensável, a existência de Partidos, que esses Partidos se combatam, disputem, por meios legítimos, o Poder. O Governo está à testa de um desses Partidos, cujas opiniões ele julga melhores do que as dos outros, que julga serem mais capazes de fazer a felicidade do País".

"Mas nem por isto o Governo entende dever desprezar ou desrespeitar as opiniões de outros Partidos. Pelo contrário, quer tolerá-los a ponto de facilitar-lhes todos os meios legítimos de advogarem a sua causa; e estes meios são a tribuna e a imprensa. O Governo entende que deve deixar o voto livre para serem todas as opiniões representadas nesta Casa."

Anos depois, mais de cem anos depois, em vez de o Governo lutar por que a opinião pública nacional se represente no Congresso, através de Partidos, espontaneamente organizados, eliminá-os, aniquila-os, liquidá-los. Criando duas organizações políticas, constituídas dos remanescentes dos Partidos extintos pela força, que não se entendem senão um em torno do Poder, pelo poder, e outro contra o Poder, mas discutindo entre si filosofia política, doutrina, programa, ideologias.

Sr. Presidente e nobres Senadores, a opinião pública nacional e até a internacional consciente observa a crise em que está mergulhado o nosso País e observa cuidadosamente a posição da Igreja, e nunca a Igreja tomou uma posição que não fosse fruto de profunda observação, de profunda meditação. Reconhecêmo-lo.

Conclui a Igreja que estamos num período de transição; o mundo inteiro atravessa essa fase de profunda inquietação. E, então, a Igreja toma posição em cada país e, no Brasil, ouvimos observações dessa natureza, fruto do pensamento da Igreja no nosso País.

(Lendo)

"A participação consciente de todos no processo de desenvolvimento integral é indispensável à segurança que a Nação aspira".

Esta é a segurança nacional. É a participação consciente, espontânea e aceita por todo o povo brasileiro, num processo de integração, de desenvolvimento integral.

E fala na educação para o desenvolvimento e toca na ferida, na chaga. (Le)

"Faz-se necessária uma profunda reformulação educacional, voltada para a promoção do homem..."

Nenhuma que não tenha como objetivo o homem é válida; nenhuma cuja meta não seja o homem é válida. Sempre o homem. Deve ser o objetivo de toda luta socio-económica. (Le)

"A promoção das massas marginalizadas, mediante a educação de base e a atuação sindical é tarefa importante para tornar um povo capaz de participar efetivamente do processo de desenvolvimento nacional.

A reforma do ensino elementar, nédic, universitário, o incentivo à pesquisa científica e tecnológica devem igualmente estar voltados para as exigências deste desenvolvimento.

Esta renovação educacional, inadiável, deve ser realizada com o empenho, e a competência dos que exercem o magistério, com a participação das reais lideranças estudantis, a cooperacão eficiente dos pais, a ação imprescindível do Governo e o apoio de quantos têm responsabilidade neste setor. Conclamamos os responsáveis pelos meios de comunicação social para que resistam aos abusos do sistema econômico vigente, e, fiéis à verdade e à moral, cumpram seu papel relevante e decisivo na educação do povo".

Ao lado dessa proclamação dos Bispos, paralelamente, sentimos o clamor dos cientistas nacionais quando, dirigindo-se ao Governo, depois da participação na 20ª Reunião da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência, realizada em São Paulo, pediram uma percentagem mínima de 36% do Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios para o desenvolvimento tecnológico, científico e cultural do País.

Então, Sr. Presidente, da exposição dos professores brasileiros, dos cientistas brasileiros, tiramos dados que nos impressionam, éste por exemplo: nenhum País da América Latina gastou menos percentual, em 1967, do que o Brasil, que destinou menos de 10% da sua rubrica de despesas para a educação.

A formação da cultura universitária, o aproveitamento dos valores jovens para modificação de uma estrutura universitária ultrapassada, prempta e falha a fim de que o País, saindo do subdesenvolvimento, cumpra a sua missão no mundo, ou seu destino ou a sua destinação histórica, seja relaizada.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Nobre Senador Aurélio Vianna, interrompo-o para me congratular com V. Exa. pelo seu brilhante discurso.

O SR. AURELIO VIANNA — Muito obrigado.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Ainda há poucos instantes entrava no seu gabinete, antes de se iniciar esta sessão, e ouvia as declarações de V. Exa. em entrevista que lhe fôra solicitada por um jornal mineiro a respeito da posição do MDB Nacional face aos acontecimentos que envolvem toda a Nação. Ouviu as palavras de V. Exa., os seus conceitos ao definir

a posição do nosso Partido e, sobre tudo, ao definir seu pensamento pesonal; fazendo sentir o que era a oposição no regime democrático, fazendo sentir o que era, o que tem sido a oposição, a nossa oposição em face do Governo atual, em termos elevados de alto nível, em termos de verdadeiro, de integra espírito público, de verdadeiro patriotismo. Agora vejo V. Exa., ouço-o numa exposição belíssima, numa argumentação lógica irrefragável, trazendo ao conhecimento de todos nós programas, idéias de classes insuspeitas, quer esses referentes à Igreja, da autoria dos Bispos, quer os pronunciados por outras classes como a de técnicos brasileiros a que V. Exa. se refere. Quero congratular-me por esse conjunto de argumentação que, na verdade, exprime o alto bom senso, patriotismo e cultura de V. Exa. e os anseios de uma Nação inteira. Isso não é subversão, Senador Aurélio Viana, isso não é perturbação da ordem pública, não é infringir a lei de segurança nacional; isto é defender a Pátria, o progresso, o desenvolvimento, a grandeza moral e material do País. Não queremos a desordem. Este País está sofrendo demais e não suporta, de quaisquer setores políticos, sociais ou militares, novas crises que abalem ou destruam suas instituições. Eu me congratulo com V. Exa., e foi em boa hora que o nosso partido o elegeu Líder de todos nós para pronunciar órações dessa natureza, que infelizmente não são publicadas, não são divulgadas pela imprensa, mas ficam, ao menos, registradas pelos Anais dessa Casa, para que os pôsteros possam bem sentir a grandeza e a elevação de nossa conduta.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Muito agradecido a V. Exa., Sr. Senador Argemiro Figueiredo. Estamos todos preocupados com o momento, que é de gravidade excepcional, e que ninguém desconhece e ignora mais.

Nobre Senador Argemiro Figueiredo, o próprio Governo, através de um dos seus porta-vozes de maior relevância ou seja, através do Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, declarou num discurso, perante o seu partido, num discurso de grande importância... "que o Governo também está inquieto, e não se conforma com o atual estado de coisas"...

O Sr. Josaphat Marinho — Quem criou este estado de coisas?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Eis a pergunta! Nós? A resposta é negativa.

"... O Governo está inquieto e não se conforma com o atual estado de coisas. Não se trata, apenas de um programa, mas de uma estratégia de desenvolvimento que se projeta no futuro, marcando uma nova fase no desenvolvimento brasileiro auto-sustentado e sem submeter a soberania nacional às injunções internacionais."

Mas, quando nós dizemos, e vimos dizendo — e em todos os quadrantes do território nacional se afirma, que há injunções internacionais, quó há grupos de pressões internacionais, quando a própria Igreja, saindo do seu silêncio alça voz e faz a mesma declaração de que:

"... A situação econômica dos países latino-americanos tem características de sujeição aos países estrangeiros, e que os países industrializados compram matéria prima por preço baixo e vendem produtos manufaturados a preços cada vez mais elevados..."

não se pode contestar mais que este estado de coisas não pode e não deve continuar quando o Governo, através do seu porta-voz não encobre que está inquieto...

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. uma intervenção?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — E não se comprehende sequer a constituição do Governo, porque ele não sai desta alternativa: ou o estado atual é o que foi encontrado há quatro anos, e os governos da revolução não tiveram competência, audácia, inteligência para alterar o quadro, ou a situação atua, foi criada pelos próprios Governos Revolucionários. De uma ou de outra forma, é manifesta a demonstração de inépcia.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não há para onde fugir. Aceitando-se uma tese é rejeitando a outra, a situação crítica em que se encontra o Governo estará de pé e será reconhecida. Não há dúvida quanto a isto. E aquela pensamento da Igreja sobre a pressão de grupos internacionais, grupos econômicos poderosos, e a subordinação de muitos países aceitando essa pressão, não reagindo e não resistindo, foi reconhecido também na Conferência de Nova Deli pela Delegação Brasileira e dos países subdesenvolvidos que, ali mesmo, naquela Conferência, sofreram essa pressão. No dia em que o povo brasileiro estiver consciente dessa situação, tudo mudará como por encanto.

E nós dizímos, e repetimos hoje: nunca um Governo, nunca um Poder Executivo teve tanta oportunidade de resistir vantajosamente, como este. Tinha, de imediato, o apoio da Igreja, o apoio do povo, que é mais importante ainda, para a defesa da economia e da soberania nacional, para as grandes reformas de cunho democrático de que este País necessita.

Houve época, nos sabemos, em que, no Brasil, elementos da Igreja se rebelaram contra o estado de coisas do seu tempo; todos estavam lembrados da grande luta empreendida pelos Bispos de Olinda e do Pará contra a Macacaria; todos estavam lembrados de que foi uma das mais terríveis lutas a que este País assistiu, e todos estavam lembrados da posição do Governo. Mas, eram vãs isoladas sobre questões que não interessam, fundamentalmente, o povo. Tanto assim que o Governo daquele tempo — isto em 1874, 1875 — se manifestava:

(Lêdo:)

"As dioceses de Olinda e do Pará conservavam-se em condições anormais, produzidas pelo conflito suscitado pelos respectivos parochos. O Governo tinha sido, infelizmente, constrangido a usar ce meios repressivos, para trazer aquela parte do clero brasileiro à obediência devida à Constituição e às leis. Acreditava que a Santa Sé, convencendo-se da verdade dos fatos, apreciaria exatamente tais penosas circunstâncias, faria o que estivesse de sua parte para restaurar a antiga harmonia entre a autoridade civil e a eclesiástica; mas, se tanto fosse necessário, contava com o concurso da Câmara para as providências legislativas que esse estado de coisas pudesse exigir."

Pelo que lemos, que é extraído da mensagem do Imperador, lida em 5 de maio de 1874, à Câmara dos Deputados, o Governo subordinava sua altitude à Câmara dos Deputados e atrelava para a Santa Sé, para resolver a questão suscitada e que apaixonava certos círculos importantes da vida brasileira.

Mas eram dois bispos defendendo um princípio que não interessava, fundamentalmente, o povo. Agora, a questão é diferente. É como que o povo que se manifesta, através dos prelados, pedindo justiça, uma atitude que resulte em benefício coletivo, que eleve o País, que o tire da crise em que vem mergulhando há tantos anos, que o torne de fato, como

de direito, independente e emancipado.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. uma intervenção?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Não esqueça V. Exa. de asinalar que o clero, que hoje está fazendo as proclamações a que V. Exa. vem se referindo, esteve, em grande parte, solidário com os que há quatro anos, fizeram o movimento militar.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. Logo, o que se tem a entender, o que se extrai de um passado tão recente é que essa mesma Igreja outra coisa não vem desejando senão colaborar para a solução da crise.

Dizer-se, afirmar-se que essa igreja é ponta de lança do marxismo, leninismo, estalinista marxismo filosófico, que é a negação de todos os seus princípios de conceituação, é um absurdo tão grande que causaria riso, não fosse a gravidade do momento que atravessamos.

"E' uma ilusão se pensar em soluções imediatas para o Brasil sem que haja participação do povo".

Palavras de Dom Cândido Padien, que acrescentou:

"Não é função de igreja se colocar na linha de assessoria do Governo, mas sim definir as possibilidades de seus membros leigos, nas tarefas da sociedade. A igreja não tenta adquirir prestígio, mas tem consciência de que deve estimular o povo para lutar contra a miséria, mesmo que haja violência porque o homem tem direito de resguardar seus direitos."

E' uma mensagem nova, um tanto quanto diferente daquilo a que estávamos habituados. Mas, é uma tomada de posição de quem deseja patrocinar causas populares de impressionante grandeza.

Sr. Presidente e nobres Senadores, chegou o momento de o Governo aceitar a colaboração, através de medidas efetivas que garantam a tranquilidade não sómente do *homus economicus* mas do homem social. O momento é este — não há outro. Se tem o apoio militar, tanto melhor para a realização das obras de que este País necessita, para conseguir o apoio do civil.

A verdade é que aquela bispo que citei tem toda razão quando afirma ser uma ilusão pensar em soluções imediatas para o Brasil sem que haja a participação do povo e quando são extintos todos os Partidos e sobram dois que representam duas contradições neste País.

Essas palavras são atualíssimas porque o povo não pode participar efetivamente através de duas agremiações político-partidárias, dentro das quais ele não encontra ambiente, por serem elas realmente duas contradições. Pode apoiar uma delas por ser Governo, a outra por ser Oposição, mas não por fundamentos ideológicos nem por princípios programáticos. Pode apoiá-las pelos homens que estão a sua frente, pela contingência que, num dado momento, eles inspiraram, mas não propriamente pelos seus programas de ação, porque — repito o que disse no inicio — ambas são artificiais, ambas impedem, de certo modo, a participação efetiva do povo no processo de desenvolvimento político brasileiro, porque teceram as portas à multidão de jovens de profissionais liberais, de operários que já participavam do problema político brasileiro, disputando eleições.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. uma intervenção?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No que concerne à ARENA, é oportuno salientar que não há um programa por ventura por ela adotado que se executa no Governo. O Governo é que elabora um programa e o impõe ao Partido. Ainda há pouco, V. Exa. referiu-se à presença do Ministro do Planejamento numa reunião do Partido. Foi ele, acaso, ouvir o Partido, tomar-lhe sugestões para executá-las como programa de Governo? Não. Vai — ou foi — ao Partido para notificá-lo das diretrizes do Governo, estabelecidas pelo Poder Executivo. É a subversão de todo o sistema partidário existente no Mundo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente. É um sistema diferente. Os gênios da denominada Revolução de Abril criaram e o resultado está, de tal modo que o Senador Carvalho Pinto, na mesma reunião da ARENA, quando se manifestou o Ministro Hélio Beltrão, fez esta declaração:

"... 'O desenvolvimento econômico à base dos nossos próprios recursos, sem se tornar em instrumento de servidão internacional e prometeu todos os esforços do Partido para que o plano do Governo "não seja mais um simples documento a engalanar os arquivos oficiais.'

Reconhece, portanto, que já nouve outros documentos que eram simples documentos a engalanarem os arquivos oficiais.

E enfatizou:

"As novas gerações se agitam num desorientado mas fecundo inconformismo, quando largas áreas populacionais do País e do mundo sentem-se vencidas pelo desencanto, acho que a causa é a raiz profunda desta crise encontrase na disparidade entre os princípios e a realidade, entre as instituições e o seu desenvolvimento prático, entre as pregações e o comportamento político-administrativo dos homens públicos".

Onde está a maioria deles? Quem tem o comendo? Que fazem? Enfrentam a realidade? Um ou outro proclama-se partidário do desenvolvimento nacional, sem intervenções de grupos das potências internacionais escravagistas de dinheiro.

Sr. Presidente, eu sei que não estamos fazendo nenhum pronunciamento de grande importância. Quem os faz, neste País? Dá-se tão pouca importância ao que é importante que os pronunciamentos importantes passam a não ser importantes, sejam eles quais forem.

Eu não sei como não se disse, aínda, que o pronunciamento da Igreja não tem nenhuma importância. Mas, às vezes, nos ouvimos, nos lemos, sinuações nesse sentido, inclusive porque, quando os políticos se pronunciam, muitas vezes o fazem pelas leituras cotidianas da imprensa, e, então, muitos pronunciamentos considerados inóportunos e não importantes têm sua base angular, sua base de sustentação. As vezes são feitos usando-se as mesmas palavras da mesma imprensa, que, diuturnamente, diariamente, informa, na sua missão específica e nobilitante de esclarecer o povo.

Ora, Sr. Presidente, enquanto os bispos se reúnem, enquanto a ARENA se reúne, enquanto o Ministro do Planejamento opina, enquanto outros ministros também se declaram partidários de modificações profundas — embora o "status quo" permaneça — os grandes jornais denunciam:

"Operários querem já 80% de aumento nos seus salários".

Para quê? Para fazerem face a uma crise que os devora, que os aniquila, que ameaça sua própria vida e a vida da sua família, de seus filhos.

Não é importante essa notícia. Mas para mim é tão importante que a tomo como base para sustentar que a situação deste país — sem cassandismo — é de excepcional gravidade.

Neste mesmo instante em que o Ministro do Planejamento se pronuncia — e é um homem de bem, diga-se de passagem — neste mesmo instante, um outro jornal revela o apoio de inúmeros sindicatos a uma greve que estourou em São Paulo, reivindicatória de salários, neste mesmo instante, em letras de forma, o jornal publica e anuncia:

"A SUNAB deixa açúcar subir e aponta soluções para a carne". Quais as soluções? Aumento no preço da carne.

Então, a solução encontrada é implemento ao aumento salarial, permissão para aumento dos preços das mercadorias. O salário é aviltado, o poder de compra do povo diminui.

E sobra carne no país. Num país onde o povo passa fome. E sobra açúcar no país. Num país onde o povo toma café com pouco açúcar e cada dia toma menos o que eles chamam de "chá-café", café que é mais água que café.

Ouve esta expressão na mesa de uma família: O Senhor quer café ou chá-café? Eu não sabia o que era chá-café. E' café com água, para fazer economia de café, para fazer de conta que o indivíduo está tomando café.

O povo, que deseja medidas efetivas para contenção da alta do custo de vida, ouve as palavras mas não acredita nelas e só pode dar razão aos sacerdotes, aos líderes religiosos, católicos, protestantes, espíritas, etc., quando manifestam a sua grande preocupação co ma crise que continua no Brasil que não foi contida e que só o sera quando o Governo confiar no povo.

Se a crise é de confiança, isto se revela na desconfiança do Governo no povo. Confie mais no povo brasileiro, tome aquelas atitudes que o povo deseja e nenhum Governo cairá, se o fizer. Até as ditaduras, para se manterem, procuram o apoio do povo. No Brasil há como que um desprêzo pelo povo, como se a soberania nela não estivesse.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pode ser que esta reunião não tenha qualquer importância e qualquer sentido, mas foi realizada e a voz do Senado continuou, sem qualquer ajuda de custo ou qualquer ajuda financeira extraordinária. O Senado está fazendo o possível para marcar a sua posição e, embora em número pequeno, está fazendo o possível para que as sessões se realizem.

Sr. Presidente, que o Governo ouça a voz dos bons conselheiros, que observe a história. Quando determinado grupo toma uma posição é porque já verificou que as mudanças virão, terão que vir, necessariamente, estão-se encaminhando. Que tenhamos a velocidade para passarmos à frente e fazermos aquilo que Antonio Carlos Ribeiro de Andrade proclamou, huma frase que atravessa, ainda hoje, os tempos: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Façamo-la antes que o povo, desesperado, aflito, incomodado, inquieto, a faça. Quem tem o poder de fazer, faça com o apoio do povo sem derramamento de sangue.

Que ouça o Governo a voz da razão e a voz da História. Que aproveite este momento em que uma pré-disposição existe para apoiar qualquer Governo que tenha vontade de, rompendo com as tradições que vêm caracterizando a conduta dos nossos homens públicos, olhe para o futuro, tome do arado e siga à frente, porque nenhum povo que volta os seus olhos para trás, nenhum Governo que volta os seus olhos para o passado é digno de sobreviver! E, nós, estamos olhando para o passado! Que olhe-

mos para a frente, porque há solução para os nossos problemas, e elas virão por nós mesmos: não esperemos apoio estrangeiro para o desenvolvimento nacional.

Cada grande potência cuida dos seus interesses em primeiro lugar. Cada povo cuida de resolver, em primeiro plano, os seus problemas fundamentais. Acordemos para a realidade e resolvamos os nossos problemas porque poderemos e podemos fazê-lo. Não somos um povo inferior, não somos uma raça inferior, não somos uma nação perdida. O de que se precisa é coragem, desprendimento e confiança no povo!

Eis, Sr. Presidente, as nossas palavras. (*Muito bem! Muito bem. Palmas.*)

COMARCEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Victorino Freire.
Milton Menezes.
Celso Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) Sobre a mesa comunicações que vão ser lidas pelo 1º Secretário.

São lidas as seguintes

COMUNICAÇÃO

Em 23 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, terminada a licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Atenciosas saudações. — Celso Ramos.

COMUNICAÇÃO

Em 16 de julho de 1968.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País, a fim de desempenhar, na Espanha, missão com que me distinguí o Senado.

Atenciosas saudações. — Jose Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) As comunicações lidas vão à publicação.

Há, ainda, oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, desejo fazer registro de uma situação de clamor e de apreensões que encontrei na fronteira matogrossense com os países vizinhos, Bolívia e Paraguai.

Como o Senado se recorda, surgiu, há coisa de um mês, no noticiário da imprensa, a informação de que se processava um plano de desapropriação de terras na fronteira. A notícia foi estampada em mais de um órgão da imprensa. Sabemos, pela prática parlamentar e administrativa, que esse noticiário referente à ação ministerial sempre se origina dos Gabinetes, onde a imprensa tem seus representantes credenciados. Os protestos foram muitos, logo às primeiras horas da circulação da notícia e o Sr. Ministro da Agricultura, poucos dias depois, oficialmente, deu-lhe um solene desmentido.

O interessante, Sr. Presidente, é que quem percorre a fronteira matogrossense com o Paraguai, na região do Rio Paraná, observa como os agricultores, os trabalhadores, os pequenos produtores, homens que estão fundando cidades, criando riquezas, se insurgiram contra esta notícia.

Vi isto na Cidade de Dourados, nos novos Municípios desmembrados de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivahema, Bataiporã, Anaurilândia, Nova Andradina, Batoguacu, e, finalmente nas cidades novas todas elas trabalhadas, na sua terra virgem, por

verdadeiros pioneiros, num ato de flagrante contradição com o ambiente de pessimismo, de desânimo a que assistimos dominando outras áreas do nosso país, inclusive o Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, o que se encontra na região fronteira, da parte do Poder Público, é simplesmente a fúria fiscalista, o impeto opressivamente arrecadador do INDA e do IBRA.

E' preciso ver, Senhores Senadores, a profundidade da ação desses organismos, criados para implantar a chamada Reforma Agrária.

Não estão fazendo reforma agrária coisa nenhuma! Estão arrecadando tributos extorsivos, impiedosos, montando seções nas Prefeituras Municipais para controlar as arrecadações desses municípios e através deles, ter o seu próprio controle.

Quando o IBRA conseguiu, na legislação federal, ser o lançador e o arrecadador do Imposto Territorial Rural, cuja receita cabe quase toda ela às Prefeituras Municipais, se naquela ocasião, quando se discutiu a lei da reforma fiscal, já havia suspeitas, confirmadas pela desconfiança do homem do campo, hoje esses fatos se confirmam plenamente.

Compreendo, e o Senado também compreendeu perfeitamente, o alcance, a profundidade da iniciativa do eminente Senador Mem de Sá, quando leu perante o Senado o seu requerimento de informações, minucioso, objetivo e grave, exigindo tanto do IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária) como do INDA informações precisas sobre as suas arrecadações e montante desses recursos e sobre as suas aplicações, exigindo, também, no seu requerimento, a exibição das programações concernentes à aplicação do Estatuto da Terra.

Disse o Senador Mem de Sá em discurso proferido nesta Casa, que S. Exa., autor do requerimento, seria o fiscal do seu atendimento, dentro dos prazos regimentais e constitucionais. E' que estudaria, como acreditamos que vai estudar, a resposta dada por aquele órgão do Governo.

O ilustre representante do Rio Grande do Sul encontrou, neste recinto, pleno apoio desta Casa. Houve várias manifestações, todas elas tendentes a secundá-lo nos seus elevados e patrióticos propósitos.

Sr. Presidente, não se acredita hoje, no Brasil, que seja feita a falada reforma agrária pelos órgãos oficiais. E hoje, pela manhã, tivemos a grata se não surpreendente, informação de que o próprio Sr. Presidente da República chegou a essa conclusão, mudando a direção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, no seu Conselho Diretor, procedendo ali a uma intervenção militar.

Não podemos, Srs. Senadores, assegurar se, com essa transformação, com essa intervenção militar, vá se proceder a reforma agrária no País, mas sustentamos e todos nós estamos vendo, consequentemente o fracasso dos órgãos governamentais encarregados da reforma agrária.

O agricultor, o pequeno criador, nada recebe deles.

O Sr. Josaphat Marinho — Permita-me V. Exa. um aparte?

O SR. BEZERRA NETTO — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Ainda há pouco, eu convencionei da ARENA, o Governador Luiz Vianna, pugnando pela realização de mudanças fundamentais, arguia que a reforma agrária, por exemplo, estava quase inteiramente no texto, apenas da lei elaborada.

O SR. BEZERRA NETTO — O Governador da Bahia foi até comentado nessa revelação e nos comprehen-

demos que S. Exa., como homem do Governo, como Ministro dos Assuntos Civis do Governo passado, que instituiu as leis da reforma agrária, S. Exa., não poderia dizer mais do que disse, que ela está quase inteiramente no papel. Ela está toda no papel. Quando sai do papel, ela se apresenta apenas como órgão esbanjador dos recursos arrecadados da agricultura e pecuária brasileiras como se dá no caso do INDA.

Pode parecer, Sr. Presidente, que não tenha gravidade mas tem! — para a política do Governo que faz briga de austeridade, de economia, de política anti-inflacionária. Quem entra no edifício, nos andares onde se localiza as direções do INDA em Brasília, tem ali o conforto e a surpresa de encontrar um ambiente altamente luxuoso — aparelhos musicais nas paredes para os visitantes, ouvem-se as medidas dos grandes compradores internacionais. Mas na fronteira de Mato Grosso, nas pequenas propriedades rurais do meu Estado, a presença do INDA e do IBRA constitui-se apenas em órgãos arrecadadores de tributos.

Sr. Presidente, isto tudo é muito grave porque estamos mostrando uma realidade. Nós estamos fazendo comércio, mas estamos dando um testemunho de brasileiros que, convivendo com os homens que lutam, até temosamente, na agricultura do País, não encontram, da parte dos poderes públicos, o menor incentivo.

Estamos até repisando lugar-comum ao fazer tal afirmativa, mas o fato é que, em termos de reformas chamadas e tão proclamadas futuras arcaicas, nada se fez. Continuamos num oceano de contradições e contradições graves, porque afiam em nossa própria classe política.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permita-me V. Exa. um aparte?

C. SR. BEZERRA NETTO — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Bezerra Netto, V. Exa. tem toda razão na argumentação que expõe. Não quero entrar uma vez que não conheço bem os detalhes — nesse ponto-de-vista da ineficiência evidente, como diz V. Exa., dos órgãos encarregados da Reforma Agrária, transformados em arrecadadores. Quero salientar a cooperação que V. Exa. está prestando ao atual Governo com os argumentos que acaba de apresentar. Enquanto se curda de uma política de desenvolvimento do País sobretudo no setor agropecuário porque — como se sabe V. Exa. — não há nação rica com agricultura pobre, contraditoriamente os pequenos elementos de produção, os pequenos centros produtivos vêm sendo asfixiados por essa tributação nova, criada pelo IBRA e pelo INDA — uma tributação, evidentemente, que não deveria existir, primeiro porque a Reforma Agrária não se está efectivando e, em segundo lugar, porque os pequenos núcleos de produção existentes no País, com agricultura já precária, antiquada, sem mecanização, deveriam receber do Governo incentivos e não pressão fiscal. Essa pressão fiscal, incontestavelmente, é um fator de desorganização...

O SR. BEZERRA NETTO — Não há dúvida.

C. SR. Argemiro de Figueiredo —... de autêntica de estímulo, entretanto, esta deveria ser a política do Governo; estimular ativar, as poucas fontes de produção nacional. Enquanto isto, V. Exa. coopera com o Governo mostrando a falta de organização administrativa. Referiu-se V. Exa. à reforma agrária. Realmente, é um assunto, é uma tese, para nós, para os homens do Nordeste e para aqueles que têm a sua agricultura, as suas propriedades organizadas, exploradas e produzindo, faz arrepender um pouco. A impressão generalizada é a de que

s poucos que estão produzindo, e não utilizando as suas terras, para oferecer, necessariamente, os efeitos da desapropriação, para se executar qualquer plano que tenha o nome de reforma agrária. Mas observe V. Exa.: enquanto, são ameaçados os proprietários, pequenos, médios e grandes, utilizando-se das suas propriedades, enquanto são ameaçados de desapropriação — e isso não é só do Governo atual, vem de anteriores — que se observa no atual Governo?

uma situação de contradições, evidentemente, com aquilo que objetiva reforma agrária. Enquanto são ameaçados os pequenos proprietários, por um lado, na região, de V. Exa., e Mato Grosso, Goiás, Pará, Amazonas, são admitidos pelo Governo, proprietários, hoje, possuindo áreas maiores do que alguns territórios dos estados. Ora, se o latifúndio é combatido naturalmente tais aquisições poderiam ser permitidas, mas com prévio plano de aprovação, por parte dos órgãos do Governo, encarregado a reforma agrária.

Não adianta ossuir pouca ou muita terra, e sim torná-la efetiva, em condições individuais nas suas alienações.

Quanto à questão da aquisição de terras, por estrangeiros, de vastas extensões de terras, da parte de criadores estrangeiros, a nova Constituição, no seu Art. 150, prevê cabalmente, a matéria referindo-se ao poder de regular o assunto pelo Governo, referente à aquisição de propriedades.

Assim, quando fala na aquisição de propriedades por estrangeiros, a nova Constituição se refere a estrangeiros residentes no País.

Compete ao Governo, se quer dar urgência, importância à reforma agrária, já ter convertido essa previsão constitucional num projeto de lei disciplinando a aquisição de terras por estrangeiros.

A Constituição de 15 de março é muito mais severa do que as Constituições anteriores. De modo que, se o Governo quisesse, já teria enviado ao Congresso Nacional projeto de lei regulando as aquisições de terras por estrangeiros, e a Constituição prevê que, somente estrangeiros residentes no País podem adquirir terras no Brasil. De maneira que existe, na própria Constituição, a previsão necessária para que coibissemos essa "intervenção" que tem causado tanto clamor na imprensa, que defende o patrimônio nacional.

Faço esta observação, Sr. Presidente, com certa autoridade, porque, no caso particular de Mato Grosso, ainda há riscos de famílias estrangeiras, velhos criadores fazendeiros, agricultores que não nasceram no Brasil, não nasceram neste País, mas são chefes de famílias brasileiras. Pensando nisso recusei-me a assinar a emenda constitucional de autoria do nobre Senador Marcellino de Alencar, que proibia, pura e simplesmente, a aquisição de terras por estrangeiros.

O SR. BEZERRA NETTO — Colaboração notável presta V. Exa., nesta matéria com seu aparte, como veremos.

Mas dizia, Sr. Presidente, que nossa classe política, especialmente os responsáveis, aqueles que garantem a política dominante, participa — latente, mas com atividade e com surpresa — desse processo contraditório.

Se analisarmos isoladamente — e a verdade — os pronunciamentos de representantes parlamentares do Governo ou de convencionais da ARENA, e cada um deles no seu setor, todos eles na soma dessas declarações, dessas apreciações individuais, todos eles divergem da política do Governo que defendem.

O agricultor do Nordeste, o produtor de açúcar, como o eminente Senador João Cleofas, condena o ICM, o Iaz-veamento.

Então, todas têm a memória muito viva, sabem que essas divergências de pensamento, individuais, influiram na Convenção da ARENA.

O Governador Luis Viana entendeu que não há reforma agrária, o Senador Carvalho Pinto, como vimos pela leitura do Senador Aurélio Viana, tratando da política econômica,

do capital estrangeiro, divergiu frontalmente na Convenção da ARENA, da política financeira do Governo, segundo recorte de jornal aqui lido.

Mas, infelizmente, esses protestos, essas contradições não conduzem a uma retificação de rumos, pelo contrário.

Há um Governo, cuja honra deve respeitar, que persiste naquela diretriz, embora do seu próprio caminho de apoio partam os protestos adversários e contrários sobre a necessidade de algumas mudanças.

No caso ainda da reforma agrária, hoje, lemos no "Correio da Manhã" notícia resumida de que uma parte do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária disciplinou escrituras particulares ou escrituras públicas de compra e venda de terras, proibindo aos Cartórios e aos Registros de Imóveis a outorgar ou o registro de escrituras de áreas inferiores às unidades previstas no Estatuto da Terra.

Há nisto, Sr. Presidente, uma incursão irregular e ilegal, num campo que ainda pertence ao Código Civil — aquela que garante a propriedade individual nas suas alienações.

Quanto à questão da aquisição de terras, por estrangeiros, de vastas extensões de terras, da parte de criadores estrangeiros, a nova Constituição, no seu Art. 150, prevê cabalmente, a matéria referindo-se ao poder de regular o assunto pelo Governo, referente à aquisição de propriedades.

Assim, quando fala na aquisição de propriedades por estrangeiros, a nova Constituição se refere a estrangeiros residentes no País.

Compete ao Governo, se quer dar urgência, importância à reforma agrária, já ter convertido essa previsão constitucional num projeto de lei disciplinando a aquisição de terras por estrangeiros.

A Constituição de 15 de março é muito mais severa do que as Constituições anteriores. De modo que, se o Governo quisesse, já teria enviado ao Congresso Nacional projeto de lei regulando as aquisições de terras por estrangeiros, e a Constituição prevê que, somente estrangeiros residentes no País podem adquirir terras no Brasil. De maneira que existe, na própria Constituição, a previsão necessária para que coibissemos essa "intervenção" que tem causado tanto clamor na imprensa, que defende o patrimônio nacional.

Faço esta observação, Sr. Presidente, com certa autoridade, porque, no caso particular de Mato Grosso, ainda há riscos de famílias estrangeiras, velhos criadores fazendeiros, agricultores que não nasceram no Brasil, não nasceram neste País, mas são chefes de famílias brasileiras. Pensando nisso recusei-me a assinar a emenda constitucional de autoria do nobre Senador Marcellino de Alencar, que proibia, pura e simplesmente, a aquisição de terras por estrangeiros.

Sei que deve haver exceções, estas exceções, no caso, para as novas hipóteses, estão previstas na nova Constituição, que determinará no Artigo 150, que estrangeiros, para adquirir terras, devem residir no Brasil, devem residir no País. De modo que competia a nós legalizar a matéria numa lei ordinária.

Mas, Sr. Presidente, quanto a anunciar, e agora desmentir, desapropriação de terras na fronteira, voltarei à matéria através de um requerimento de informações, no qual também incluirei — para que o IBRA responda, um item referente a outros aspectos existentes no Estatuto da Terra, através de emenda, de nossa autoria, sobre áreas de fronteira que estavam sob a jurisdição do Serviço de Patrimônio da União, há mais de 20 anos, lá requeridas, — possuídas pelos ocupantes, pelos beneficiários, e, até agora, não resolvidas.

do capital estrangeiro, divergiu frontalmente na Convenção da ARENA, da política financeira do Governo, segundo recorte de jornal aqui lido.

Mas, infelizmente, esses protestos, essas contradições não conduzem a uma retificação de rumos, pelo contrário.

Há um Governo, cuja honra deve respeitar, que persiste naquela diretriz, embora do seu próprio caminho de apoio partam os protestos adversários e contrários sobre a necessidade de algumas mudanças.

No caso ainda da reforma agrária, hoje, lemos no "Correio da Manhã" notícia resumida de que uma parte do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária disciplinou escrituras particulares ou escrituras públicas de compra e venda de terras, proibindo aos Cartórios e aos Registros de Imóveis a outorgar ou o registro de escrituras de áreas inferiores às unidades previstas no Estatuto da Terra.

Há nisto, Sr. Presidente, uma incursão irregular e ilegal, num campo que ainda pertence ao Código Civil — aquela que garante a propriedade individual nas suas alienações.

Quanto à questão da aquisição de terras, por estrangeiros, de vastas extensões de terras, da parte de criadores estrangeiros, a nova Constituição, no seu Art. 150, prevê cabalmente, a matéria referindo-se ao poder de regular o assunto pelo Governo, referente à aquisição de propriedades.

Assim, quando fala na aquisição de propriedades por estrangeiros, a nova Constituição se refere a estrangeiros residentes no País.

Compete ao Governo, se quer dar urgência, importância à reforma agrária, já ter convertido essa previsão constitucional num projeto de lei disciplinando a aquisição de terras por estrangeiros.

A Constituição de 15 de março é muito mais severa do que as Constituições anteriores. De modo que, se o Governo quisesse, já teria enviado ao Congresso Nacional projeto de lei regulando as aquisições de terras por estrangeiros, e a Constituição prevê que, somente estrangeiros residentes no País podem adquirir terras no Brasil. De maneira que existe, na própria Constituição, a previsão necessária para que coibissemos essa "intervenção" que tem causado tanto clamor na imprensa, que defende o patrimônio nacional.

Faço esta observação, Sr. Presidente, com certa autoridade, porque, no caso particular de Mato Grosso, ainda há riscos de famílias estrangeiras, velhos criadores fazendeiros, agricultores que não nasceram no Brasil, não nasceram neste País, mas são chefes de famílias brasileiras. Pensando nisso recusei-me a assinar a emenda constitucional de autoria do nobre Senador Marcellino de Alencar, que proibia, pura e simplesmente, a aquisição de terras por estrangeiros.

Sei que deve haver exceções, estas exceções, no caso, para as novas hipóteses, estão previstas na nova Constituição, que determinará no Artigo 150, que estrangeiros, para adquirir terras, devem residir no Brasil, devem residir no País. De modo que competia a nós legalizar a matéria numa lei ordinária.

Mas, Sr. Presidente, quanto a anunciar, e agora desmentir, desapropriação de terras na fronteira, voltarei à matéria através de um requerimento de informações, no qual também incluirei — para que o IBRA responda, um item referente a outros aspectos existentes no Estatuto da Terra, através de emenda, de nossa autoria, sobre áreas de fronteira que estavam sob a jurisdição do Serviço de Patrimônio da União, há mais de 20 anos, lá requeridas, — possuídas pelos ocupantes, pelos beneficiários, e, até agora, não resolvidas.

De acordo com as emendas de nossa autoria, e sancionadas pelo Presidente Castelo Branco, no Estatuto da Terra, aqueles processos, que chegam a mais de 30 mil, requerimentos de terra de pequenos criadores, de pequenos agricultores, dentro de 90 dias da Lei Complementar do Estatuto da Terra, passariam para jurisdição do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Ficaram, mas o IBRA continua na mesma latidão, no mesmo indiferentismo que se observava com o Serviço de Patrimônio da União. De modo que os agricultores, os criadores de Mato Grosso — tanto os grandes, que são apossados pela tributação, como os pequenos, que não conseguem legalizar suas glebas — todos eles não acreditam, neste momento, absolutamente, em reforma agrária no Brasil.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite-me uma intervenção, nobre Senador?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tenho experiência de que a demora por parte dos órgãos do Poder Público na solução desses processos de terra foi grandemente responsável por graves espécies praticadas pelos grandes agricultores, contra os pequenos, no País inteiro.

O SR. BEZERRA NETO — No caso especial de Mato Grosso, esses exemplos são gritantes.

Há uma região no Município de Corumbá, região dos seus 800.000 hectares — ou quase 1.000.000 de hectares, segundo observações recentes — que pertencia, nominalmente, a uma sociedade "Fomento Argentino — Sul Americano".

No início do século aquela sociedade requereu essas terras mas, por inexistência de programação, tornou-se indiferente ao problema. As terras ficaram abandonadas — na chamada região de Nabileque. A Promotoria Pública, cada ano, para cobrar Imposto Territorial, executada a companhia. A companhia executada não atendia ao pregão e edifícios e a execução fiscal anexava parte dessa gleba ao patrimônio estadual. Com a valorização das terras, um especialista do Paraná — nessas grilagens — recentemente foi a Buenos Aires e voltou ao Estado de Mato Grosso como concessionário dessa companhia que não tinha mais existência legal, há dezenas de anos. Pois bem, esse cidadão conseguiu restabelecer grande parte desse patrimônio, simplesmente para explorá-lo, numa região onde a pressão de procura de árcaias pelos ocupantes era fantástica. Mesmo assim, como Deputado Estadual, ainda conseguimos salvar parte dessa gleba para os seus ocupantes.

E nestes cinco anos, quem quisesse legalizar terra, na região de Nabileque, tinha de se dirigir a esses adquirentes da área.

De modo, Sr. Presidente, que é de se descrever ou é de se exigir, daqueles que lutam pela validade do esforço dos pioneiros, dos possessários, dos pequenos agricultores, solidariedade, hoje, objeto de suspeição.

Advogados ou aparecem, atualmente, a defender possessários da região do Nabileque ou da região fronteiriça com a Bolívia, passam a sofrer vexames.

Tudo isto, Sr. Presidente, exige, daqueles que se colocam ao lado dos pioneiros, esforço até maximo sobre-humano, porque, no ambiente onde vivem, cercados das maiores ameaças, recebem também conselhos de pessoas prudentes no sentido de que deveriam abandonar tal tipo de atividade, deixando que as coisas corram seu destino.

A reforma agrária do País vem, pois, além da galácia — dos órgãos oficiais — em torno desse corvejamento dos especuladores, desses que

estão atentos contra o esforço e o sacrifício dos pioneiros.

E' o que ocorre no Estado de Mato Grosso, como vi, também, no Estado do Paraná. O quadro é impressionante, quando assistimos ao denodado daqueles que trêmam em ocupar a terra que antes não tinha dono, que era terra pública, terra devoluta. Mas hoje, ante a valorização das terras, surgem os homens de prestígio, para querer que tais concessões dependam primeiro delas, co mítulos altamente suspeitos. Infelizmente, pelo sistema que atualmente os favorece, pelo sistema que amedronta, um advogado, que procura defender um possessor contra um proprietário, nada consegue.

Tudo isto, Sr. Presidente, se deve conjuntar ao rosário das calamidades que entravam a chamada Reforma Agrária em nosso País. (Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Deveríamos passar à Ordem do Dia. Todavia, — não há quorum, e todas as matérias estão em fase de votação.

Nada mais havendo que tratar, — vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 47, DE 1968

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 555-68), que torna sem efeito a Resolução nº 83, de 1967.

REQUERIMENTO N° 725, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento nº 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central —, informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE).

REQUERIMENTO N° 848, DE 1968

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, — através do Ministério da Fazenda, sobre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

(Louvando-se a sessão às 17 horas e 5 minutos).

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Josaphat Marinho na sessão do dia 17 de julho de 1968 que se republica por ter saído com incorreções

C. SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a representação do Movimento Democrático Brasileiro quer manifestar sua estranheza diante da nota hoje publicada e referente à reunião ontem havida do Conselho de Segurança Nacional. E' o que faz, neste instante, por intermédio de um de seus membros e por delegação expressa da sua liderança.

Todo Governo onde quer que haja Governo civilizado, é equivalente de ordem, como expressão de segurança para o trabalho e o progresso.

Quando o Governo ameaça intranqüila. E, desde que assim procede, deixa de ser fonte de garantias e se transforma em instrumento de agitação.

A nota hoje publicada contendo o histórico da reunião de ontem do Conselho de Segurança Nacional e o enunciado da decisão presidencial, tem esse significado de intranquilizar o País, parecendo mesmo que se reuniu não um Conselho de Segurança, mas um conselho de intransquilidade. Segundo os termos oficiais da notícia expedida o Governo declara que: "Lê"

"A atual situação de prosperidade vem sendo deliberadamente ocultada da opinião pública pelo insídio trábalho de desinformação realizado por elementos infiltrados nos setores formadores dessa mesma opinião."

O autor da nota deveria ter sido claro e dizer que a imprensa não vem dando ao Governo o noticiário que a ele agradaría.

Mas, o que é sumamente grave, é quenun regime dito de sentido democrático o Governo pretenda que a imprensa seja não órgão de informação da verdade ao País, mas instrumento a serviço de seus interesses e de seus propósitos.

Ora, o que se tem notado é que a imprensa do País, de modo geral combate qualquer processo de subversão condona os movimentos de agitação. Mas, o que a imprensa não pode, sem prejuízo de sua fidelidade à opinião pública é converter manifestações populares em atos de subversão nem transformar o sistema de inércia do Governo em mecanismo de trabalho de progresso.

Mas, ainda que a imprensa num ou noutro instante, não noticiasse o que fosse do agrado do Governo o que no Governo competiria como lhe compete, é conquistar a opinião do País para sobrepor-se a possíveis injustiças dos órgãos de divulgação.

O que se está verificando, entretanto, no País e até através de interpretações de fonte revolucionária, é que falta ao Governo poder de comunicação com o povo mas essa falta de poder de comunicação com o povo não resulta de desinformação maliciosa pela imprensa, nem de que a administração esteja desinteressada em tornar públicas suas anunciadas realizações.

Em verdade, o desentendimento entre o Governo e o povo decorre das omissões oficiais, dos abusos policiais do exercício arbitrário do poder, da falta de dinamismo na prática de atos que conduzem a reformas de profundidade na ordem social econômica, política e cultural.

Tanto isso aliás, é verdade que se reflete na própria nota hoje distribuída como consequência da reunião do Conselho de Segurança Nacional. Além de ameaçar a imprensa a nota ameaça toda a comunidade nacional. Depois de anunciar um procedimento de tolerância, até aqui, o Governo assinala:

"Agora contudo, eles — quer dizer, os fatos — se agravaram e caracterizaram nitidamente um estado contra-revolucionário que deve ser combatido por todos os meios, para que a revolução não se frustre."

Aqui, portanto, a ameaça se dirige a toda a coletividade brasileira. E se dirige para quê? Será porventura, a ameaça de um Governo autenticamente revolucionário que anuncia a mudança das estruturas do regime capitalista? Será, porventura, o anúncio de reformas capazes de abrir oportunidades iguais a todos os brasileiros cercando os privilégios correntes e, cada vez mais, fortalecidos pelo regime que se instalou em 1964? Não, Srs. Senadores, a ameaça é do uso de todos os meios. E para que? Para que a revolução não se frustre.

Ora, não se pode frustrar o que já está em pleno estado de frustração. Dizem-no mesmos declarados revolucionários, que proclamam sem segredo, que a revolução falhou aos seus objetivos.

Mas, ainda que tal não ocorresse, em nenhum momento o Governo poderia declarar que, para evitar a frustração do processo revolucionário se utilizaria de todos os meios. Um Governo não pode utilizar-se de todos os meios, porque, salvo nos regimes bárbaros, todo Governo é um poder limitado, e sómente lhe é dado usar os meios, os instrumentos, os processos permitidos na legislação vigente.

Toda vez que um Governo anuncia que apelará para todos os meios, deixa de ser um instrumento de ordem e se transforma num instrumento de coação e subversão. E' o Governo, portanto, que, em nome da ordem, da tranquilidade e da segurança, ameaça a coletividade brasileira, com um processo de subversão, pela utilização de todos os meios, o que vale dizer pelos meios da violência, pelos meios do arbitrio pelos meios da autoridade indeterminada, que não pode utilizar, enquanto não tiver a decisão de proclamar sepultada no seu próprio juízo, já que sepultada está na consciência do País, a Carta de 1967!

Mas não é tudo. Timbrado em demonstrar que a ordem legal no país é uma fantasia, o Governo anuncia que "a qualquer tentativa de retorno à atmosfera de agitação não hesitará em adotar, se necessário, as medidas excepcionais previstas na Constituição".

Ora, quais são as medidas excepcionais previstas na Constituição? Elas se consubstanciam naquelas que possam decorrer da intervenção em alguns Estados, ou da declaração do estado de sítio.

Nenhuma nem outra, entretanto, pode ser declarada por simples tentativa de retorno à atmosfera de agitação. Que agitação? Que será, para um Governo, agitação?

Agitação é algum termo jurídico definido na Constituição ou nas leis? Agitação é alguma forma de ação configurada no sistema jurídico e assim definida para autorizar o Governo a utilizar-se de medidas de exceção? Não, Sr. Presidente! Na verdade, agitação é expressão invocada, quase sempre, pelos governos que temem o povo, para coagí-lo, porque a agitação, em si mesma, não pode ser para um povo civilizado, processo de subversão. Agitar é animar, é erguer o estado de espírito de um povo, é fazê-lo movimentar-se contra a violência, é erguê-lo contra o arbitrio, é torná-lo legitimamente incenformado contra a inéria, contra a falta de ação administrativa, contra os abusos do poder de polícia. E esse entendimento não é apenas um juízo doutrinário, de partidários de reformas ou de governos sociais. Esse entendimento previne-se mesmo no Brasil e, no Brasil, entre altos e nobres teóricos da doutrina militar.

Quando se ergueu, em março de 1964, contra o Governo do Sr. João Goulart, o General Castello Branco então Chefe do Estado Maior do Exército, na circular que fez distribuir aos seus comandados, assinalou, com ênfase, que a resistência à opressão é um legítimo recurso de um povo. Então, a resistência à opressão era, em 1964, contra o Senhor João Goulart, legítimo recurso de um povo, e assim reconhecido por um alto patente que exercia o Comando do Estado Maior do Exército, e, agora, qualquer agitação jurídica o uso de medidas excepcionais?

Mas onde está a coerência desse dito processo revolucionário? Onde está o respeito à memória do povo brasileiro? Onde está, pelo menos, o acatamento à cultura do povo brasileiro? E onde está a consideração ao livre pensamento dos políticos brasileiros, cuja dimensão não depende de critérios policiais do Governo?

Pior de tudo, entretanto, é que a nota, no descompasso de sua redação e de seus propósitos, nem ao menos se submeta aos limites da Constituição que a própria revolução impôs ao país, cassando ao Congresso o seu poder constituinte. Porque não é por simples ameaça de retorno à agitação que o Governo poderá secretar intervenções nos Estados nem instaurar o Estado de Sítio. Para um e outras medidas, a Constituição, embora autoritária, contém normas, enumera princípios e limitações.

Não surpreende, porém, a ameaça. E não surpreende porque esta nota tem uma virtude, esta sim, excepcional: esta nota oficializou, perante o país, aquilo que a Oposição dizia e era contestado. Quando anunciamos que o Governo era aparentemente civil, mas na verdade exercido por um poder militar, éramos contestados, combatidos e ate acusados de adulterar a verdade. Agora, porém, a nota diz tudo, quer por esses trechos já citados, quer por este, com que se encerra. Segundo a nota:

O Presidente da República decidiu, também, reafirmar a sua disposição de atingir os fins e propósitos revolucionários, através da atuação decisiva das Forças Armadas".

E' preciso dizer, mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, oír estará tudo dito nesta nota? Como que o subconsciente dos membros do Governo os atraiu, a bem da verdade. Tudo em realidade, está dito aqui. Esta é a situação do país, esta a situação que proclamamos, há quatro anos, e que acaba de ser confessada pelo Governo, em nota oficial.

Mas, ao confessar esta situação o Governo reconheceu, por igual, a inexistência do poder civil, a simulação de ordem jurídica, a prática efetiva de um estado de exceção.

O estado, em verdade, não é contra-revolucionário, como quer ver o Governo, pois que não há contra-revolução, no país, até este momento configurada. De parte do povo, sobretudo de parte dos estudantes e dos operários, o que há, o que se verifica é um movimento de rebeldia, as injustiças sociais e econômicas, as deficiências da organização cultural e aos privilégios conferidos a empresas gananciosas. Mas, tanto não há estado contra-revolucionário, que preciso não foi o Governo utilizar, até este momento, de nenhuma medida de exceção.

E o Governo não pode presumir estado revolucionário, para anunciar medidas de exceção. Competindo-lhe o resguardo da ordem e da tranquilidade, o Governo previne-se, acatela-se, arma-se das medidas necessárias, só as anunciando, entretanto, no momento próprio, exatamente porque deve ser fonte de tranquilidade e não de insegurança.

Ao anunciar, porém, como o faz nesta data, que timbrará em atingir note-se bem, "em atingir os fins e propósitos revolucionários, através da atuação decisiva das Forças Armadas" o menos que o Governo anuncia é subvertê-las, transformando-lhes a finalidades institucionais.

Estas finalidades estão previstas expressamente na Constituição revolucionária, que assim se transforma numa espécie de subnotícias do Governo, porque pode ser alterada mediante comunicação oficial. Mas esta Constituição revolucionária declara, em seu artigo 92, que:

"As Forças Armadas, constituidas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei".

Dir-se-á que, assim definidas, o Presidente da República delas se poderá utilizar como convier a seu arbitrio. Mas é engano, e é engano porque o § 1º desse mesmo artigo 92, peremptoriamente, declara:

"Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constituidos, a lei e a ordem".

Vale dizer, portanto, que as Forças Armadas somente podem ser utilizadas a serviço e em defesa das instituições, dos poderes constituidos, da lei e da ordem.

Logo, não podem transformar-se em milícias policiais, para cometer uma inacisa, ineterminada e não fixa agitação; sobretudo e as não se podem convencer enquanto esta Constituição — se Constituição for — vigorar, não se podem converter em instrumento do Governo, para atingir os fins revolucionários.

Não é esta a grande missão das Forças Armadas.

Não o foi, no princípio da República, quando tantos cívicos e desencorajados buscaram inacuar suas nobres tarefas. Ainda menos poderá, hoje, ser tarefa das Forças Armadas garantir ao Governo atingir fins e propósitos revolucionários. E não pode ser, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque a Constituição, declarando, de um lado, que as Forças Armadas são instituições permanentes e destinadas a garantir os poderes constituidos, a quem e a lei, proclama, do outro lado, quais os objetivos do Governo, quais os seus fins, quais os planos lucios que se enquadram na órbita da administração.

As Forças Armadas, limitadas pela Constituição ao objetivo de garantir os poderes constituidos, a ordem e a lei, não de ser os instrumentos dos poderes constituidos da ordem e da lei, previstos na Constituição. Não são instrumentos para combater a uma agitação indeterminada e, ainda menos, para atingir os objetivos e fins revolucionários que, quatro anos depois de 1964, os detentores do poder não conseguiram precisar, definir e realizar.

Como disse agora mesmo e com rigorosa oportunidade o nobre Senador Mário Martins, fins e objetivos revolucionários, não são princípios constitucionais, portanto, o Governo poderá tentar alcançá-los, realizá-los, submetendo-se aos limites da Constituição, aos extremos nela prefixados como as únicas formas dentro das quais a autoridade procede licitante.

Toda vez que, em nome de fins e objetivos revolucionários, o Governo extralimitar a sua competência, não pode nem deve ter a cooperação, a solidariedade nem a submissão das Forças Armadas, porque estas, nos termos da Constituição, são submissas aos poderes constituidos, à ordem e à lei.

Mas, Sr. Presidente, o que ainda mais nos entristece é ver que esta nota, que vem uma semana depois da primeira reunião do Conselho de Segurança Nacional, não traz, ao povo brasileiro, uma palavra de fraternidade, de paz, de reformas, de mudanças.

O Governo, como que se autoflagela, a título, entretanto, de engrandece-lhe, anuncia, nesta mesma nota, que povo e Governo estão trabalhando intensamente.

O povo está trabalhando e sofrendo.

Mas, onde está o trabalho do Governo que não cria a segurança, que nem desperta a tranquilidade, que não gera a paz? Onde está o trabalho do Governo que não inspira confiança geral? E ele sente de tal modo que lança sobre todos os órgãos de informação do País a arbitrária acusação de procedimento malévolos.

Onde está o esforço criador de riquezas, multiplicador de bem-estar? Onde, se não desperta esperança em

Nenhuma parcela sofredora da opinião do país? Que trabalho é esse assim tão desconhecido e ignorado que não reporta, sequer, aos olhos e à consciência dos próprios beneficiados? Poderia a Imprensa, no exercício de sua crítica, e divergindo de certas diretrizes do Governo, não dar o realce necessário a determinadas de suas realizações. Não seriam elas estranhas, entretanto, aos que delas se beneficiasseem.

Mas, onde está o trabalho? Curioso é que, no dia mesmo em que esta nota era preparada — e foi ontem, para ser hoje distribuída — operários ocupavam várias fábricas em São Paulo. E o que anunciala o Governo? Anuncia o diálogo com os operários, o espírito de compreensão, a discussão dos problemas ou das razões da ocupação, ainda que, porventura, intempestivas, mas para encontrar a solução adequada? Não! A primeira notícia oficial que surge é a do General Delegado do Trabalho, em São Paulo, que declarou, de logo, a respeito da greve: "É um movimento definitivamente ilegal, essa reivindicação definida e não atendendo a quaisquer condições estabelecidas na Lei número 4.330". Vale dizer, portanto, que antes mesmo de conhecer os fatos, antes de analisá-los — e tempo não havia para fazê-lo, porque a ocupação foi ontem — o General, como quem comanda tropas subordinadas ao seu poder tranquilo de hierarquia e disciplina, proclama, logo, que o movimento é ilegal.

Mas tal não basta. Demonstrando sua incapacidade para o exercício da função, o General Delegado do Trabalho acrescenta: "Nessas condições, os trabalhadores envolvidos nos referidos movimentos estão sujeitos a sanção de natureza criminal além das penalidades trabalhistas em que se inclui a despedida do empregado. Estão sujeitos a estas penalidades os trabalhadores que não reiniciarem o trabalho imediatamente". Vê-se, assim, que o problema social do trabalhador, num instante de transição e de crise, é tratado pelo Delegado do Trabalho no maior Estado industrializado do País como se fosse caso de polícia. Retornamos, assim, ainda sob esse aspecto, ao Brasil anterior a 1930. Desgraçadamente — mas retornamos.

Apenas ignora o General Delegado do Trabalho que ele e todos os sistemas de que participa não têm capacidade e força para impedir o desencadeamento de uma ação operária, que hoje não se desdobra por medidas esporádicas, mas atendendo a reivindicações irrecusáveis das classes exploradas. É pena! Infelizmente, é pena que tenhamos, hoje, que repetir aquilo que João Mangabeira, num admirável parecer em favor da viuva de um guarda-civil, disse, no Senado, entre 1929 e 1930: "Até hoje, no Brasil, se fez política dos ricos, a justiça dos ricos, o direito dos ricos. É tempo de fazer-se o direito, a justiça e a proteção das classes desprotegidas". E, nesses termos que repetir, 38 anos depois, esta frase diante de uma realidade, que, em boa parte, se assemelha aquela dos fins da primeira República. É lamentável que o golpe militar de 64 vitorioso, em nome do respeito à pureza da democracia, do respeito ao direito de todos os cidadãos, tenha conduzido a Nação a este impasse, tanto mais dramático e terrível porque dele quem menos sabe sair é o Governo.

Num país de alto padrão de vida, de desenvolvimento geral, de economia avolumada, numa sociedade, enfim, que costuma dizer sociedade em prosperidade, como a França, o General De Gaulle, diante da crise, convidou-se com a clareza e a humildade de estadista. Ao invés de polícia e ameaças, prometeu reformas. E, para fazê-las, não se utilizou do Parlamento. Sómente se sentiu tranquilo, para apreciar as mudanças reclama-

das, se sua autoridade tivesse o seu apoio da opinião do país, através do seu corpo eleitoral.

Como são diferentes, os comportamentos, Srs. Senadores!

Aqui, numa situação que não tem comparação com o grave quadro que se desenhou na França, aqui, o Governo, presume a agitação ou o retorno da agitação. E, ao invés de aproveitar o interregno, por ele próprio criado, para apreciar as reformas, ou encunhá-las, ameaça a população na-

cional com o uso dos meios excepcionais e, se for necessário, de todos os meios, indiscriminadamente.

Contra essa demonstração de arbitrio, Sr. Presidente, erguemo-nos, os do MDB, e contra tais manifestações nos insurgiremos sempre. Enquanto tivermos, nas Casas do Parlamento, ou fora delas, é o nosso dever, que pode não agradar o Governo, mas é a obrigação que nos cabe diante da opinião do País. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

ATA DAS COMISSÕES

Comissão Mista incumbida do Estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 1968

Intervenção do apanhamento fotográfico da Reunião.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Essa reunião foi convocada para ouvirmos o Dr. José Freire de Faria, Diretor-Geral do Escritório de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, ante de ser iniciada a exposição do nosso convidado de hoje, gostaria de, rapidamente, abordar alguns temas de convocação para esta Comissão. Como estive durante uma semana no Rio de Janeiro, conforme é do conhecimento de V. Exa.; por motivos de saúde maior, isto é, doença em pessoa de minha família, aproveitei para entrar em contato com o Secretário de Agricultura daquele Estado. Da lista dos convidados faltava justamente o nome de S. Exa., justamente porque a Guanabara não tem especificamente um secretário de agricultura. Tem uma Secretaria de Economia, com várias áreas que lhe subordinam. E como área específica da Secretaria da Agricultura, eu pediria a V. Exa. que, na lista de convocação, fizesse constar o Dr. Armando Mascarenhas, Secretário de Economia do Estado da Guanabara e seu assessor: José Roberto Taranto, veterinário, superintendente do matadouro de Santa Cruz.

Quero chamar a atenção da Comissão, para a situação do Matadouro de Santa Cruz, que hoje está colocado cont: toda orientação moderna com relação a frigoríficos, porque colocado na boca de um grande centro consumidor, e talvez ele nos mostre a possibilidade de a Baixa Fluminense ser aproveitada. Foi um plano do antigo Ministério e na tese do Grande Rio, ten. impressão de que poderá, esse Matadouro, que está sendo ultimado, com maquinário muito moderno, ter uma função mais eficiente dentro do Plano Nacional de Abastecimento e dentro do Plano pecuário.

O Dr. Akira Corno, economista da COCEA, aliás, foi professor de Economia da Universidade de Brasília, um dos que foram afastados pela Revolução, e, hoje, é o dirigente-assessor de Economia da COCEA, e Dr. Souto Mayor, do Departamento de Agricultura.

Quero lembrar que, no setor de Agricultura, por exemplo, a Guanabara tem, hoje, centralizada uma grande atividade, talvez a mais moderna em todo o Brasil.

Além disso, sugiro mais o Dr. Hugo Leme, a ser convocado, ex-Ministro, catedrático da cadeira de Meio Ambiente da Escola Superior de Agricul-

tura de Piracicaba — um dos homens que conhece mais mecanização. Seria interessante a sua presença, trazendo-nos o problema atualizado; o Dr. Clóvis Terra Wedsel, talvez uma das maiores autoridades da Comissão Executiva de Sementes do Ministério da Agricultura, e o Dr. Duque, que é um técnico especializado em irrigação está em Brasília e, talvez, fosse possível ouvi-lo amanhã, porque aqui foi realizado o Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem.

Esses elementos estão aqui, e, parece-me que amanhã há, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Quinta-feira, porque amanhã, não podemos dispor de nenhuma sala com gravação. As salas das Comissões de Relações Exteriores e de Finanças estão ocupadas. Sómente na quinta-feira, então, podemos nos reunir.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Precisamos ouvir o Governador do Estado a respeito da convocação do Secretário. Alias, estive com o próprio Governador e ele se colocou inteiramente à nossa disposição e até, ao que parece, despesa de hospedagem correrão por conta do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria, Sr. Deputado, de depois lhe falar a respeito, porque o Senado já liberou as verbas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quanto à Câmara, só informam que o Deputado José Bonifácio estava ausente.

Lembrei-me, também, da Associação Cooperativa Agropecuária de São Paulo.

Foi endereçada carta a mim e a V. Exa. mostrando todo empenho daquela Associação em enviar aqui um seu representante. Assim sendo, entregaremos a correspondência ao nosso assessor no sentido de que fosse expedida uma resposta positiva para que ele, indicasse um elemento para aqui comparecer.

Por ora é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Dr. José Freire de Faria, Diretor do Escritório de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

O DR. JOSE FREIRE DE FARIA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma satisfação para mim estarmos aqui presentes nesta mais alta Casa do Congresso para dizermos das atividades do Ministério da Agricultura, em determinados ramos da agropecuária nacional.

Esta nossa satisfação é completa porque nós sentimos que os Poderes Públicos da República, incluído o Legislativo, estão realmente interessados nos problemas da agropecuária que nos estão afetos, em particular e que estão vigilantes sobre o que o Executivo está fazendo de certo ou de errado.

Esta convocação se prende a que façamos relatos sobre o que se passa na agropecuária.

Eu diria a V. Exas. que o tema é profundamente amplo e que demonstra, inclusive, que o Ministério da Agricultura, agora, sofreu reformulações na sua estrutura funcional. A nossa atividade estava ligada, tão-só

mente, à parte de defesa sanitária animal, de padronização e classificação dos produtos de origem animal e vegetal. E, na fiscalização e tecnologia dos produtos de origem vegetal, foi acrescentada uma soma imensa de responsabilidades ligadas, naturalmente, à agropecuária nacional.

Eu gostaria, então, de ser orientado pelos Srs. Senadores sobre o que seria mais aconselhável para minha exposição. Se, em torno da agropecuária nacional, em seu conjunto, ou na parte expositiva da defesa sanitária animal.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Lembraria ao Sr. Expositor que a parte mais ampla, mais generalizada, a Comissão praticamente tem material, como muito bem lembrou o Sr. Presidente, que foi a última Comissão presidida pelo Sr. Deputado Marcial Terra, trabalho de que todos nós participamos.

Preferimos que, na parte de defesa sanitária, V. Exa. falasse sobre esta distribuição, principalmente quando ouvimos do Dirigente da CACEX que o granje tabu que impedia ao Brasil a exportação de carne, inclusive talvez um dos fatores mais positivos, e que havia uma objeção, que ninguém queria a carne brasileira, porque a carne brasileira era sinônimo de astúcia e de outras doenças. De modo que, praticamente, a exposição do Diretor da CACEX colocou o problema no seguinte dilema: ou o Brasil acaba com a astúcia ou então a pecuária brasileira ficará sempre desmoralizada no exterior, sem possibilidade, naturalmente, de se expandir sob qualquer aspecto.

Era o que me parecia, no que pese a série de perguntas que os Srs. parlamentares possam fazer sobre assuntos mais gerais que possam ser ventilados. (Muito bem.)

O DR. JOSE FREIRE DE FARIA — Muito obrigado a V. Exa., pela orientação.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Permita-me V. Exa., Sr. Presidente. Gostaria que o eminente Diretor do Escritório de Produção Animal do Ministério da Agricultura também se referisse, de modo especial, à contribuição daquele Ministério para a comercialização dos produtos agropecuários.

O DR. JOSE FREIRE DE FARIA — Venho, naturalmente, com orientação no sentido de procurar esclarecer os Srs. parlamentares dentro da política a adotar e sobre o que ficou assentado, inclusive sobre a contribuição da Comissão para o Ministério da Agricultura.

A Comissão do Senado sobre a pecuária, esquematizou uma série de medidas e que recomendou fosse executada pelo Poder Executivo.

Poderia trazer algumas notícias de como está agindo o Ministério da Agricultura dentro daquele critério: em primeiro lugar determina a Câmara que fosse constituído um processo amplo de financiamento da pecuária nacional: o Governo Federal, em 1966 e 1967 orientou os seus balanços e conseguiu um empréstimo da ordem de 40 milhões de dólares do Banco Internacional do Desenvolvimento Econômico, complementados com outros 40 milhões de dólares oriundos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Brasileiros?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O Brasil entraria com 40 milhões de dólares.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Exatamente. O correspondente à indicação da Câmara, para o financiamento de 250 milhões de cruzeiros novos.

Então esse Fundo já está instalado, já tem os seus coordenadores regionais. O Ministério da Agricultura já indicou os seus coordenadores, inclusive o Dr. Vicente é o coordenador

da parte de Goiás, e já está em fase de instalação.

O Ministério da Agricultura, agora, está fazendo um trabalho de viabilidade na faixa do Triângulo Mineiro, de Goiás e de Mato Grosso e, depois, irá fazer um estudo da viabilidade para outros projetos dessa natureza.

Por seu lado, a Comissão determinou a instituição de uma Secretaria de Produção Animal. O Governo atual não fez a Secretaria da Produção Animal, mas juntou todos os órgãos da Produção Animal, em um só órgão.

Fiz também indicação de que se promovesse o Conselho Nacional de Carne. Esse Conselho, lamentavelmente, não conseguiu obter o "agreemente" de determinadas repartições e não foi instalado. Mesmo assim, ele, em 1966 e 1967, fez novas inversões, através de outros órgãos particulares, obtendo uns doze milhões para o aparelhamento do mesmo em alto nível.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu queria neste momento, sem cortar o fio de sua exposição, que V. Sa. me dissesse se esse investimento teria sido feito no Rio Grande do Sul, ou no Brasil Central, no que diz respeito a frigoríficos, poderia dar notícias sobre o assunto?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — O problema de investimento em frigoríficos, no Brasil Central, o Ministério da Agricultura divide em duas partes: o Ministério só faz a fiscalização dos frigoríficos que fazem o comércio interestadual ou internacional. A legislação não nos permite intervir nos Estados ou nos Municípios. O Estado ou o Município recebe a fiscalização e a orientação do Estado e do Município.

O Ministério da Agricultura fiscaliza tão-somente o trânsito para os matadouros, as fábricas de leite e derivados, laticínios, etc. Para que os Senhores tenham notícia do que se passa no País, em questão de inspeção sanitária, basta dizer que só 30 a 40% dos animais abatidos no País são fiscalizados pelo Governo Federal.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Perguntaria a V. Sa. se seria possível — para sua sugestão — uma legislação diferente que desse ao Ministério maior poder? Sabemos o que é a política local, de cada Estado, de cada Município, o favoritismo, enfim, o drama que atraíssava, principalmente nas barbas de Brasília, o abate de gado clandestino sem controle, matadouros que não existem oficialmente, carne sem fiscalização, enfim, até o saque, o roubo do gado em volta.

Perguntaria ao técnico, com a responsabilidade de V. Exa., — e já seria uma boa sugestão para esta Comissão — sobre a conveniência da modificação da legislação para que se desse ao Ministério da Agricultura uma supervisão total, contudo resguardando a autonomia das entidades, para que o Ministério pudesse interferir na disciplinação como órgão máximo especializado no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Pediria aos nobres Membros da Comissão e demais assistentes parlamentares que, para o bom andamento do nosso trabalho deixemos o Dr. José Freire fazer primeiramente sua explanação. Depois S. Sa. se submeterá à sabatina. O Secretário da Comissão receberá as inscrições dos parlamentares da Comissão ou mesmo dos de fora, pois a palavra está livre para qualquer congressista. No final, o Dr. José Freire responderá ao questionário traçado pelos parlamentares, para sua própria elucidação como para a elucidação desta Comissão.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Sr. Presidente, permita-me responder ao nobre Relator, Deputado Breno da Silveira, porque me parece de oportunidade excepcional a intervenção de S. Exa., excepcional tendo

em vista a redenção de ordem econômica que o País terá com essa medida. São 40% dos animais abatidos no País sem controle federal, sem tecnificação. O restante é morto nas fazendas, nos matadouros que são verdadeiros acintos à economia do País e à saúde pública. Num país com o grau de civilização do nosso, não se pode aceitar que esses produtos de origem animal sofram a contaminação, que é impressionante. No que diz respeito à tecnificação do produto animal, por outro lado, o que se perde em sangue, em chifres, em ossos, em casacos, em pélés, é uma gama imensa de produtos e o Brasil se dá ao alto luxo de perder isso, jogando nos esgotos e não aproveitando para adubos. Não temos força para modificar esse sistema.

Dizia eu que o País está, realmente, fazendo um esforço para realizar um trabalho sério na agropecuária. Esse esforço tem que ser conjuntado entre o Estado, o Município e o Governo Federal. Todos têm que se conjugar para um trabalho sério, um esforço que requer diretrizes de ordem sanitária e de ordem creditícia, requer diretrizes de ordem técnica.

O Ministério da Agricultura tenta melhorar o seu setor de fomento. O fomento animal, com base em fazenda, mereceu, quando foi implantado, o mais louvável aplauso, mas, com o desenvolvimento da pecuária não há mais possibilidade para esse tipo de trabalho. Agora, a iniciativa privada deve entrar com todo o seu jôgo e, naturalmente, todo o incentivo desse jôgo é o Governo que dá.

Na parte da defesa sanitária animal, o Ministério da Agricultura tem arcado com o imenso ônus de defender todo o território nacional da entrada de doenças exóticas e com o ônus de defender a pecuária nacional nos Estados e Territórios. Se nós verificarmos a legislação do Ministério da Agricultura, chegamos à conclusão de que o Estado e que deve cuidar das suas fronteiras em termos de defesa sanitária animal. E não precisamos ir longe. Quem cuida da educação dentro do Estado é o Estado, quem cuida da polícia dentro do Estado é o Estado, quem cuida de estradas de rodagem dentro do Estado é o Estado, quem cuida da arrecadação do Estado é o Estado. A única coisa que o Estado não cuida é da agricultura e da pecuária. Foi os Estados da Federação se preocuparam com isso.

Para que tenhamos idéia, a maioria dos Estados não tem nem Secretaria, e, quando tem, não possui um técnico, um veterinário, um agrônomo. Posso citar alguns Estados que se encontram nessas condições.

Então, é o Ministério da Agricultura que, com pouco mais de 300 veterinários, tem o ônus de cobrir o território nacional, fazendo a defesa sanitária animal, a inspeção de produção, a fiscalização de fronteiras, de portos e aeroportos, a classificação de produtos de origem animal. Vamos, então, verificar que um veterinário do Ministério da Agricultura, na parte de defesa sanitária animal, trabalha pelo menos, por uns doze. Para que tenhamos idéia, o número de veterinários no País todo, no ano de 1964 tinha obrigação de zelar pelo menos por 2.400.000 animais. Se fizermos comparação com outros países vamos ver uma coisa esdruxula: na Índia por exemplo, cada veterinário tem de zelar, pelo menos, por 11 milhões de animais.

Ocorre que, naturalmente, o Ministério da Agricultura, com esse ônus, tem procurado dar, até onde pode dentro dos seus recursos, determinados tipos de assistência. O Ministério da Agricultura verificou que a única maneira de melhorar o padrão sanitário seria dividir o País em faixas, em áreas, e atacar as principais doenças que lhe dão um prejuízo econômico muito grande.

Iniciamos pela aftosa. Como V. Exas. sabem, há no Brasil três tipos de vírus e alguns subtipos. A aftosa no Brasil é endêmica e, como disse o nobre Senador, ou acabamos com ela ou então ela acaba conosco. Iniciamos em 1963 o combate à aftosa, primeiro em termos de esquematização de programa e depois em termos de campanha, propriamente. Escolhemos a aftosa porque é um fator extintivo no comércio de exportação de carne e de outros produtos de origem animal. Estamos com o nosso comércio embargado com alguns países do Mercado Comum Europeu e com alguns fora do M.C.E. e a causa disso é naturalmente a febre aftosa. Há dois anos e meio atrás um veterinário francês visitou um dos nossos frigoríficos e encontrou, faciosamente, sabemos, pois o frigorífico estava parado, sequela de aftosa, e desde então aquele país não importou mais a nossa carne.

Por outro lado, tivemos que fazer algumas conferências na Alemanha para mostrar o nosso estado sanitário. O mesmo fizemos em Portugal, Itália e na Holanda.

Em qualquer problema de ordem sanitária que existia na Europa, a primeira coisa que se diz é que é da América Latina.

Temos, naturalmente, que enfrentar esse problema, porque os nossos correntes de carne são muito grandes — a Austrália, a Nova Zelândia — cujo potencial de desfrute é extraordinário, representam concorrência muito séria aos países latino-americanos, inclusive o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, que vivem de carne. Qualquer crise econômica motivada pela carne reflete-se imediatamente no Uruguai, que tem 90% da sua economia alicerçada na carne.

Com a nossa campanha sanitária, temos condições de chamar os países para que verifiquem o nosso estado sanitário. Temos de ir mais longe ainda. Não adianta o Brasil fazer a sua campanha sanitária sózinho, se os seus vizinhos não o acompanham. É preciso encarar o aspecto de ordem científica com muita seriedade, e não fazer uma espécie de piquenique de ordem científica.

Quando da realização de uma conferência, recebemos instruções do Itamarati, da CACEX e outros. Não comparecemos a um convênio internacional para dizer tão-somente aquilo que nos dá na cabeça. Absolutamente. Fazemos aquilo que a tecnologia moderna, a ciência indicam, e, também, cuidamos do problema de ordem econômica.

Mantemos convênios de ordem econômica com outros países, temos essa responsabilidade, e não fomos para os estágios apenas fazer divulgação de ordem científica. Fizemos, então, convênio com o Uruguai, antes havíamos feito amplo convênio com cinco países vizinhos para que cuidassem da fronteira, porquanto não adiantaria o Brasil cuidar de sua fronteira se o Uruguai não cuida, por exemplo. A fronteira do Uruguai é seca, e as infecções podem vir de lá contaminar o nosso rebanho. Assim o Paraguai e a Bolívia.

O importante para nós, então, é prosseguir na campanha no Rio Grande do Sul, a fim de ficarmos com a fronteira toda protegida. No Rio Grande do Sul, conseguimos instituir a obrigatoriedade de vacinação, e em dois anos e meio vacinamos oito milhões de animais. Nunca antes fôra feita campanha desse tipo, e pretendemos, até o fim desse ano, vacinar todo o rebanho do Rio Grande do Sul, para termos condições de chamar compradores.

Estive no Brasil uma Comissão francesa que, ao sair nos fêz os mais rasgados elogios e noticia oficial nos foi dada essencialmente, quando estivemos em França, em fins do ano passado, de que eles vão suspender o

bloqueio, vão suspender todas as restrições no sentido de se tornarem nossos compradores.

A Inglaterra perdeu, no seu rebanho, quatrocentos mil animais, altamente qualificados, isto só na Ilha da Grã-Bretanha.

Então, o que se fez? A Inglaterra bloqueou todos os mercados.

Nós chamamos a missão inglesa e veio aqui um alto dignitário do Governo Inglês, que esteve conosco na semana passada e, ontem, veio uma Comissão de intérpretes ingleses que nos propuseram, inclusive, um convênio sanitário. Ou fazemos o convênio, ou não exportamos.

O Brasil terá que arcar com a responsabilidade de fazer o convênio ou não fazemos exportação.

Aqui está o convênio com a Inglaterra para que possamos liberar nossa carne, que está bloqueada com aquele país.

Os membros dessa Comitiva estão ovando, hoje, para Pôrto Alegre, a fim de verificar nossos trabalhos de campo e de laboratório e para examinar também nossos convênios com a Argentina e com o Uruguai.

São convênios sérios que estamos, naturalmente, armado para que possamos organizar um sistema de exportação.

Trata-se de convênio interamericano sanitário.

Então, o Brasil se armou não só em seu conjunto nacional, mas teve que se armar também no seu conjunto internacional, para manter o respeito.

Por outro lado, os nossos trabalhos atendem a um conjunto porque não adianta o Brasil tomar medidas de sanidade, se o seu vizinho de fronteira está tomando medidas completamente diferentes.

Concomitantemente, à proporção que o trabalho foi-se desenvolvendo, no Rio Grande do Sul, começamos a abrir novas frentes.

Comecamos a atacar na faixa de Santa Catarina. Trago notícias para os Senhores de que mais de cinqüenta por cento do rebanho de Santa Catarina já está vacinado. O Ministério da Agricultura arca com a responsabilidade total. Conseguimos em Santa Catarina uma lei tornando a vacinação obrigatória.

Entramos depois na faixa do Paraná — verifique V. Exa. que estamos agindo em faixas onde a pecuária parte da fronteira.

E um trabalho onde o criador está é altamente qualificado e também se empenhando de corpo e alma.

Permitam V. Exas. que diga que sou um apaixonado por este País e quando falo no criador falo no grande potencial brasileiro. Quando se fala em criador a impressão que se tem é de que, no Brasil, a reversão é imprevisível.

Para os Senhores terem uma idéia, fizemos o primeiro levantamento do trabalho realizado no Rio Grande do Sul e cumprindo 56% do programa. A realização do nosso programa no ano passado, no Rio Grande do Sul, foi de 35.000 toneladas de carne, o que significa um impulso muito grande para a pecuária deste país.

Dai partirmos para a faixa de São Paulo e estarmos fazendo vacinações na faixa do Rio de Janeiro, como também noutros Estados: como a Bahia onde a partir do dia 16 desse mês será iniciada uma campanha de vacinação contra a aftosa, tornando obrigatório o uso da vacina.

Verifica-se, assim, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que estão se formando uma consciência nacional nesse sentido. Os Estados estão sentindo que não é necessidade de se trabalhar dentro do nosso território. Nossos trabalhos já alcançaram os Estados de Alagoas, Paraíba, Minas Gerais e foram até o Norte; chegamos mesmo a fazer um levantamento das Guianas, onde foi celebrado um acordo inter-

nacional com a Venezuela e com a Guiana Inglesa, e cujos relatórios poderemos remeter a esta Comissão. Através deles V. Exas. poderão verificar que até campos de pouso existem nas Guianas, são 134 campos de pouso. Tudo está contido nesses relatórios, inclusive com mapas dando a localização das fazendas, o número de rebanhos e as propriedades.

Por que? Porque a Venezuela necessita importar animais e nós estamos em condições de fazer exportação. Temos um potencial formidável e esse potencial é de tal maneira grandioso que devemos e podemos fazer a exportação. Fomos à Venezuela, realizamos estudos, e verificamos que a Venezuela estava necessitando fazer a importação de 300 animais. Temos cinco veterinários fazendo esse trabalho em Itapetininga e para que os Senhores possam ter uma idéia da coisa, a Venezuela dispenderá meio milhão de dólares em seus animais. Os nossos animais vão sair daqui, vão para a Venezuela e, lá, irá haver mais um estudo, porque a Venezuela tem 2 tipos de vírus da aftosa e nós temos 3. Gastamos esse dinheiro todo: o Brasil já gastou nessa história cerca de 50 milhões de cruzeiros. Para que fizemos isso? Porque a aftosa é um problema sério. O levantamento feito, em termos naturalmente econômicos, mostrava que o Brasil estava perdendo, por ano, 300 bilhões de cruzeiros, só em aftosa.

Os primeiros resultados nos animaram.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — Trezentos bilhões de cruzeiros antigos?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Sim.

Como já dizendo, os primeiros resultados nos animais e fizemos um projeto específico para a febre aftosa, a fim de obter um empréstimo do BID da ordem de 21 milhões de dólares. Conseguimos até que colegas nossos fossem à FAO para tratar do assunto. O trabalho já está no BID, e foi dado como projeto prioritário pelo Governo Brasileiro.

Vamos para Washington. Fomos convidados para ir a Washington assessorar o Conselho Pan-Americano sobre a sanidade animal que será realizado, lá, dia 8 ou 11 próximo mês. Tomaremos parte nos planos estudos dessa reunião.

Entretanto, é o primeiro empréstimo de sanidade animal que o Brasil propõe. Porque, o Chile já pediu o seu empréstimo; o Paraguai também já o pediu. E a Bolívia já vai fazer o mesmo. Nós estamos realmente fazendo uma política séria. Estamos trabalhando num esquema perfeito para isso. Técnicamente estamos trabalhando com vários técnicos do Brasil, no exterior.

Pará os Srs. terem uma idéia sobre a parte referente ao tratamento da aftosa, por exemplo, basta dizer-lhes que o nosso país com a sua atuação está dando um exemplo para diversos outros países. Estão o Paraguai, o Uruguai, o Equador, colegas da Argentina, todos estes grupos, os chilenos os mexicanos, estão estudando conosco especificando como estamos trabalhando neste setor.

Eu convidaria os Srs. para que dessem um pulo até os nossos Departamentos, para ver, conosco, o nosso charão, para verificar como estamos trabalhando, em nossas regiões. Todos sabemos quantos animais tem o fazendeiro se o fazendeiro tem geladeira ou se não tem, se tem brete ou não tem, montamos fábrica de gelo na região, fazemos o transporte até a região, é um trabalho que gostaria fosse observado in loco. Perdêmo-me se estou entusiasmado com esse trabalho, porque realmente me entusiasmos com as coisas que faço.

Por outro lado, temos a brucelose, e para que os Senhores tenham uma noção da extensão da brucelose no País, temos levantamento econômico e ve-

rificamos que perdemos por ano de brucelose, 360 mil pezinhos, só em abortos. São 360 mil animais perdidos em abortos! E o que o País deixa de aumentar no seu contingente pecuário.

Fizemos, um levantamento nesses dois últimos anos, de quase um milhão de animais e chegamos a profunda desilusão de encontrar, só na parte sul do País, mais de 40% dos animais brucelosos. Por que? Porque não temos condições de sensibilidade para esse problema.

Quando um veterinário faz o exame e diz que o animal é bruceloso, a primeira coisa que vem à cabeça do indivíduo que o possui é vender o animal e, automaticamente, está ele contaminando outras animais.

Então, o Ministério agora está adotando uma política, estamos regionalizando o trabalho, estamos conseguindo que os criadores se comprometem a não passar o animal adiante, estamos fazendo um trabalho de segregação e de vacinação dos animais. A única condição é vacinar. Vacinamos em massa. Se não protegemos os animais, ao menos estamos evitando o aborto.

Por outro lado, temos a raiva dos herbívoros. É problema de ordem zoosanitária. A raiva dos herbívoros, como a brucelose, é doença que ataca o homem e os animais.

Para se ter uma idéia, no ano passado, só no Estado do Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em Minas Gerais, em determinada faixa, perdemos cerca de 30 bilhões de cruzeiros antigos.

E problema sério.

Acrece que ainda temos o problema da peste suína. Este mal entrou no País há alguns anos. Incrível como pareça, a mortandade era maior que o desfrute. Morriam mais animais, no Brasil, pela peste suína e por outros tipos de doença do que eram abatidos. O problema agora está invertido, dos últimos dez anos para cá, porque os técnicos do Ministério, da Agricultura, das Secretarias estaduais e os fazendeiros conseguiram controlar a peste suína. Hoje, é altamente controlada. Tem peste suína no Brasil quem quer. Porque já temos vacinas excepcionais, que protegem os animais com muita eficiência. Acrece ainda uma série de outras doenças, como as doenças de animais jovens, as parasitoses, o que representa, no complexo sanitário do País, metade da perda econômica dos animais. Acrecem ainda, além das doenças de animais jovens, doenças parasitárias outras das aves, dos suínos, da esfera da reprodução, como a vibriose e as carencias, que são consequências de ordem nutricional e parasitária, que espalham também grandemente os rebanhos.

Para se ter uma idéia do esforço do Governo, não só na minha área, mas em todas as outras áreas, basta dizer que acaba de entrar no Brasil, lamentavelmente, por insubordinação caracterizada às leis brasileiras, uma doença animal infecção equina, doença comum aos animais e ao homem, que foi trazida por cavalos de corrida, que fazem verdadeiros passeios pelo Brasil. Fretam aviões e entram no País. Entraram primeiro no Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, na Guanabara e já estão em Minas Gerais. Já abatemos mais de 140 animais altamente desqualificados.

O deficit no País é impressionante e acrece o fato de que o Brasil não está brincando com cavalos para correr. Esta matando cavalos para exportar. Temos frigoríficos altamente especializados exportando carne de cavalo para os Estados Unidos e o Japão. A equinocultura, portanto, deve ter outro sentido que não o de tração; de esporte, mas um sentido econômico, que dará divisas ao País.

O Ministério da Agricultura já gastou centenas de milhares de cruzeiros nessa história e vai gastar muito mais porque a doença entrou no País com uma velocidade tremenda.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — É um vírus?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — É um vírus. Toda doença que entra no País encontra a população humana ou animal, desprovida de anti-corpos e até que a população adquira esses anti-corpos vai sofrer um baque tremendo. Até que a doença se torne crônica no Brasil, vamos ter que manter muito cavalo. A pedido nosso, as manobras dos I e II Exércitos estão paralisadas, porque a propagação da doença é feita pela movimentação dos cavalos. Todos sabem que o Brasil, país tropical, tem condições excepcionais de proliferação desses insetos hematófagos.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Não há vacina preventiva?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Lamentavelmente, não. Trata-se de um vírus.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — E qual é o tratamento?

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — A solução é matar.

Note-se que temos, ainda, se mastites — doença do leite das vacas. E se fizermos um trabalho relacionado não só com a morte pura e simples dos animais, mas se observarmos as doenças que interferem na qualidade do produto, nos derivados, como a carne e o leite, no índice de fertilidade, no índice de nascimento, vamos verificar que realmente, o Brasil está tendo um prejuízo muito grande.

Diga-se de passagem, porém, que estamos progredindo muito, em todos os sentidos, no combate às doenças dos animais. E o problema muito se agrava quando entramos para o lado das relações de comércio, das relações de troca. Eu lhes dizia, há pouco, que fazem restrições ao comércio brasileiro, muitos países do Mercado Comum e muitos países, inclusive, da América. Não exportamos carne para a América; a carne que exportamos para a América é industrializada. Para a França, também não estamos, no momento, exportando carne congelada ou frigorificada, mas industrializada. Para a Inglaterra, houve suspensão dos trabalhos de exportação. Estamos levantando o bloqueio, nesse terreno para a carne bovina e vamos fazer o mesmo com relação à carne suína.

O Japão é um país que está com um progresso social impressionante e naturalmente que, quando o índice de crescimento de um povo aumenta, isso se reflete no aumento de consumo de teor protéico, segundo os dados da FAO. Ora, segundo esses mesmos dados da FAO, na América Latina, nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o consumo de proteína é pequeno. O que dizer-se, então, dos países da Ásia ...

O SENHOR DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator). — Proteína, alavanca do mundo.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — O Japão tem um rebanho bovino de três milhões e quinhentos mil cabeças. No entanto, faz trabalho magnífico de exportação para os Estados Unidos. Preparam a carne de tal maneira que resulta um bife excelente. Colocam servilha na alimentação e fazem massagens, de tal maneira que, depois dos oito meses, o bezerro dá um bife muito bom que exportam. Mas, por outro lado, importam carne de outros países, como a Austrália e a Nova Zelândia. Aqui no Brasil, por exemplo, temos um veterinário japonês observando o nosso trabalho com relação à febre aftosa. Assim, o que fazemos aqui já se vai refletindo no exterior, no Japão. Esse veterinário japonês já está há dois meses conosco, acompanhando o nosso trabalho e examinando a possibilidade de o Japão importar nossa carne.

Verificamos, assim que temos comércio. O que não temos ainda é adaptação a esse comércio. Por outro lado, na parte de animais vivos, temos

restrições muito sérias, incisivas com os países da América Latina, a Colômbia, o Panamá e a Venezuela.

Quanto ao Panamá, há uma particularidade. Quando procuramos verificar, naquele país, a possibilidade de importar a nossa carne, recebemos uma espécie de intimidação, nos seguintes termos:

"Senhor Ministro,

Em aditamento a comunicações anteriores sobre o assunto, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo do Panamá informou à Missão Diplomática do Brasil nequele país que, de acordo com o decreto nº 57 de Sanidade Animal do Governo panamenho, ficam totalmente proibidas as importações de animais e de seus subprodutos, quando provenientes de países onde existem doenças infecto-contagiosas não verificadas no Panamá. Manifestou ainda o Governo panamenho sua apreensão relativamente ao assunto, uma vez que alguns países latino-americanos estão importando gado, tanto da África, quanto da Ásia.

Com relação à proposta brasileira de convocar uma Conferência Interamericana Especializada de Defesa Sanitária Animal, o Governo do Panamá acredita que tal certame seria o fórum adequado para considerar o grave perigo que poderá afetar a indústria agropecuária do Continente, em consequência da situação referida no parágrafo anterior."

Isso é para nós, direto.

Naturalmente, o Panamá já suspendeu as suas importações de carne.

Senhores Congressistas, essa é, em ligeiras pinceladas, a nossa situação no que concerne à pecuária. Estamos, porém, melhorando e muito, a meu ver. Basta que se faça um retrospeto da vida nacional, para verificar que, no decorrer dos últimos dez anos, o Brasil tem melhorado o seu trabalho de ordem sanitária, tendo em vista uma série de medidas que adotou.

Sentimos, todavia, a necessidade de o Brasil seguir uma política séria no setor da importação e exportação.

Pela Resolução nº 21, do CONCEX, data de 14 de setembro de 1967, o Brasil liberou a exportação e a importação, ou melhor, o Brasil está liberando para as operações de importação e exportação.

Para os Senhores terem uma idéia: o Brasil comprometeu-se, quando recebeu empréstimo do CONCEX, a liberalizar sua exportação também de carne. O Mercado Latino Americano (ALALC) liberou esse tipo de exportação. E nós temos que nos adaptarmos à nova situação. O nosso serviço de veterinária tem de adaptar-se para o seu trabalho, a exemplo do que se faz para o Mercado Comum Europeu, que tem comissões permanentes de veterinários que visitam, mensalmente, todos os países, inclusive ajudando mesmo aqueles que não fazem parte desse Mercado, como Portugal e Espanha, a combaterem doenças exóticas. Portugal e Espanha estão também com o problema da peste africana e há um determinado grupo de veterinários do Mercado Comum Europeu que está trabalhando para eliminar a peste sulina-africana que atingiu, inclusive, a Itália. Vê-se que o assunto é levado muito a sério e que há uma série imensa de exigência para se participar do comércio nesse mercado de carne.

A Resolução nº 21, da CONCEX, liberou a exportação e importação de carne de animais limitando apenas a que se dê a assistência de ordem sanitária. O Ministério da Agricultura foi obrigado a dar prosseguimento nesses trabalhos, juntamente com a CACEX, visando uma consulta a todas as entidades do País sobre esse

giosos, os dos Jesuítas, os dos Maristas e outros, ou teremos de enveredar por outro caminho, para a solução desse angustiante problema da nossa juventude estudantil.

Parece-me como um jôgo de cartas marcadas, para impedir um futuro radioioso para a nossa juventude, tudo que aí está. E' uma crise sem precedente, a que não acontecia antes.

Para mim, constitui medida muito objetiva esta de que V. S^a nos da notícia.

No que diz respeito a padrões, tem o Veterinário, no Ministério da Agricultura, salários compensadores, tempo integral? Temos de apresentar aos Poderes Públicos um trabalho de profundidade a respeito.

A classe médica, por exemplo, atraíssava uma crise de mercantilismo sem precedentes, porque o médico está carente de recursos financeiros. Assim, ele é obrigado a ganhar trezentos cruzeiros novos aqui e outros trezentos acolá, porque não têm padrão de vencimentos que o obrigue a dedicar-se, com profundidade, à sua profissão, dando margem a que caia na vata comum da mercantilização. Isso é o que há de mais importante para a profissão de agrônomo e de veterinário, tanto quanto para a de médico e outras profissões.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Vou responder por parte. Tem aumentado a quantidade de escolas e o número de alunos, isto naturalmente em comparação com o número existente há dez anos. Por outro lado, a absorção de veterinários no País tem sido insatisfatória por vários motivos: primeiro, é que a indústria privada de produtos veterinários está crescendo de maneira assustadora, impressionante, no País. De tal maneira que alguns laboratórios altamente classificados deixaram de comercializar produtos humanos de que faziam a distribuição e passaram, de um ano para outro, a elaborar produto humano e produto veterinário e a distinguir apenas o produto veterinário. Depois veio a portaria de combate à raiva, aftosa, brucelose e outras doenças, onde se determina que exista um técnico especialista veterinário em cada laboratório para assistir a elaboração do produto.

Por outro lado, o Congresso nos deu uma lei determinando também que o Parque Industrial de Ração fosse obrigado à colocação de um veterinário nesse setor.

Então, V. Ex^s verificam que o mercado de trabalho para o veterinário está aumentando muito e parece que o mercado de agrônomos está mais saturado que o de veterinários.

Esse é um problema muito sério, pois o padrão de vencimentos, que era de 6 vêzes o salário-mínimo, o Governo Federal não pagou.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Aliás, foi aprovado no Congresso Nacional, tendo sido depois derrubado pelos Governos do Marechal Castello Branco e Costa e Silva.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Então, apelou para outro modalidade que seria, naturalmente o tempo integral. Mas, secer que a verba para o tempo integral é muito pequena, não atingindo 50% do pessoal,

no caso de veterinários e agrônomos.

Então, apenas 50% percebe esse tempo integral. Verifica-se, então, que quem está na direção de um trabalho desses deve fazer seleção ou acaba cometendo injustiças, razão por que tem que fazer esclarecimento especial.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Perguntaria então, já que V. Ex^s irá notificar, posteriormente, alguma coisa sobre modificação de orientação, se não poderia mandar, igualmente, de que esta Comissão será paair os técnicos da Agricultura, talvez a grande oportunidade.

Não digo que seja a independência, mas será uma oportunidade única para o soerguimento e colocação de agrônomos e veterinários na posição que eles merecem.

Por intermédio desse trabalho é que poderemos realizar, isto é, justamente pela voz dêles que poderemos falar numa Comissão, porque dêles depende tudo isso. E, cada um debatendo no seu setor, especificamente, ligado aos agrônomos e veterinários, porque não podemos dar um passo na agropecuária sem agrônomos e veterinários. Na formulação do nobre Senador José Ermírio sobre as dificuldades, nós temos que abrir realmente os horizontes.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Fiz a proposição de que houvesse, no Ministério, um Quadro no sentido de que, quando se desse a vaga para Agrônomo ou Veterinário, fossem abertas as inscrições para o preenchimento, anualmente, de trinta, quarenta, cinquenta ou mais agrônomos ou veterinários, para suprir as vagas dos que vão se aposentando.

Porque o Quadro do Ministério é imutável, é uma pirâmide, só houve aumento do Quadro pela Lei Delegada n.º 9, que aumentou o número de agrônomos e veterinários para duzentos, em cada setor.

O Quadro está imutável há muitos anos. O Ministério da Agricultura tem que fazer um expediente, ele contrata por verba, sem segurança...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não há atrativos para os veterinários.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — O veterinário ou o agrônomo, quando contratados por verba, percebem mais que o efetivo, que é especializado e que tem vários cursos. O efetivo ganha quinhentos cruzeiros novos e o contratado percebe oitocentos cruzeiros novos, no mínimo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Pediria a V. S^a que nos enviasse dados como orientação para a modificação dessa estrutura porque o objetivo desta Comissão é proceder ao estudo dos problemas agropecuários nacionais e relacionar os fatores que vêm dificultando o maior desenvolvimento dessa forte propulsora do crescimento da nossa Pátria, concluindo, se necessário com medidas que venham a consubstanciar esse desenvolvimento.

De maneira que essas medidas, nessas áreas, deverão partir de um órgão de responsabilidade como é o que V. S. dirige, desde que nos sejam apresentados os detalhes.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Tenho imenso prazer nessa colaboração, sobre Senhor Deputado Breno da Silveira, inclusive dizendo tudo que penso a respeito do problema.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Inclusive poderão ser feitas pequenas reuniões, na área executiva que V. Ex^s dirige, com seus colegas, no sentido de consubstanciar todos aqueles fatores que, de fato, estão provocando preocupações e então com os trabalhos desta Comissão, com a orientação criada. V. Ex^s terá casos concretos.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — E vou mais longe, Senhor Deputado Breno da Silveira, se V. Ex^s me permitir. Poderia transmitir os anseios desta Comissão à Sociedade Brasileira de Ensino Veterinário, que é o órgão capacitado para a missão e cujo diretor é o Dr. Domingos Abbes.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Exatamente, que poderia ser convocado por esta Comissão, mas de qualquer maneira, não prescindimos da colaboração de V. S^a.

Terminando, Senhor Presidente, gostaria de falar ao nosso expositor, rapidamente, sobre o problema dos produtos veterinários.

Na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados estamos preocupados

com a indústria farmacêutica brasileira.

Sabemos que os produtos veterinários, todos eles de grande gabarito, estão na área da "Pfizer", "Rayer", enquanto os seis minerais são controlados pelo "Lepetit" e outros laboratórios e onde não tem havido um controle dos preços.

O fazendeiro é um homem obrigado a se utilizar dos métodos modernos empregados na agropecuária — os adubos, especialmente — mas principalmente dos produtos farmacêuticos. Sabemos que há uma gama imensa de produtos veterinários, onde os laboratórios ganham mais do que nos produtos farmacêuticos populares.

Estamos convocando, para dentro de um mês, um Simpósio da Indústria Farmacêutica Brasileira, em Brasília. Solicitamos um encontro com o Senhor Presidente da República e conseguimos a promessa do apoio do Poder Executivo para essa iniciativa contando, inclusive, com a presença do Ministério da Saúde. No entanto, compreendemos que a área especializada da indústria farmacêutica veterinária deveria estar presente. Assim sendo, queria aproveitar a oportunidade para levarmos um convite oficial — porque nesse simpósio participarão as Comissões de Saúde da Câmara e do Senado, o Ministério da Saúde, a ABPF, que é o órgão que controla a indústria farmacêutica brasileira — por seu intermédio, à área de sua competência.

Temos que participar de uma luta de muita profundidade porque sabemos, principalmente, que no setor da pesquisa de doenças humanas não estamos fazendo quase nada. Na visita que fizemos, só encontramos alguma coisa nos Laboratórios Johnson, a respeito da esquistossomose. Estamos tendo notícias do surgimento de doenças novas. Estamos diante de uma realidade, de que não há, praticamente, terapêutica e, às vezes, nem na própria Europa.

Temos agora, aqui, a anemia perniciosa nos cavalos, a peste suína africana. Então, em relação à ciência que avança tanto, estamos vendo a dura realidade da falta de pesquisa, da falta de entrosamento. A única resposta chama-se: matar, exterminar.

Tudo isto são problemas de profunda gravidade, não só para nós, no Brasil, como para o mundo inteiro, que se intressa pelas grandes indústrias farmacêuticas, no setor de pesquisas, não só referente a produtos terapêuticos, humanos, com também, pelos produtos de ateniamentos veterinários.

Isto seria a causa de esta medida, ficar no ponto de ser estudada e aplicada, para que V. Ex^s pudesse, desde já, iniciar um trabalho no sentido de se preparar um setor especializado no Ministério, para a presença efetiva de técnicos, nestes Conclave, a meu ver de grande importância para o setor, não só humano, com o setor veterinário, em todo país.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Respondo já a V. Ex^s. Acho oportuníssimo. Acredito que a fiscalização dos produtos no país seja em grau relativamente bom. Há a fiscalização em produtos biológicos, temos, inclusive, veterinários em cada Laboratório, e tudo do Governo Federal. A nossa Legislação, que é muito antiga, terá agora uma modificação, porque S. Ex^s, o Ministro da Agricultura prepara Mensagem ao Congresso Nacional, que dentro de cerca de 20 dias acredito, já esteja chegando. Já que há interesse de V. Ex^s e o nosso também, eu pediria o apoio de V. Ex^s para dinamizar o trabalho que dará novo sentido à fiscalização.

No nosso regulamento é antigo, a ciência veterinária cresceu de modo assustador, os produtos químico-terapêuticos, farmacêuticos, de modo geral, saídos de minerais, desequilíbrio de carência, isso tudo procuramos marcar em lei,

em treze pontos mais ou menos, para conceituação geral do problema.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. S^a pode estar certo de que o assunto merecerá todo apoio, inclusive após o término desta reunião, onde há outros que querem debater, conversaremos neste sentido.

Senhor Presidente, quero congratular-me com a presença do técnico Dr. José Freire de Faria, e aproveitar o ensaio em que se tratou aqui de proteínas, alavanca do Mundo, para sugerir que se convidasse o Dr. Rinaldo Delamare a fim de que viesse a esta Comissão para falar sobre proteinas e leite em pó. É assunto sério e é que é um dos maiores pediatras do Brasil, tem-se dedicado, nos últimos anos, ao estudo das proteinas, no setor em que o japonês é um dos maiores, porque — como afirmou V. S^a — japonês não come carne e, sim, exporta. Come a proteína do peixe. Hoje, um dos grandes vazios do Brasil é o oceano. Temos alguns milhares de quilômetros de costa e continuam aí costa paair a carne de peixe, fator de desenvolvimento. Só comemos carne de boi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Deputado Rozendo de Souza.

O SR. DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Senhor Presidente, ao iniciar minhas perguntas, que são poucas, inclusive uma já foi feita pelo nobre Relator, indagaria, inicialmente, sobre o problema da fiscalização pelo Ministério, se essa fiscalização deveria ser feita pelos Estados. Aliás, V. S^a, citou que o Ministério tem feito essa fiscalização.

Primeira pergunta: E' essa fiscalização direta através de convênios?

Segunda — talvez um pouco absurda: disse V. S^a que há Estados que têm procurado cooperar no sentido da fiscalização.

Inclusive citou que existem estados que têm leis obrigando à vacinação, etc. Seria possível uma lei federal — já que temos essa preocupação de exportação de um país para outro — uma lei federal em que os estados tivessem a facilidade de exportar para outros Estados, e lhes fosse permitida a sua própria fiscalização? É uma pergunta que pode parecer absurda, mas que pode vir contribuir para resolver dificuldades citadas por V. S^a, que informou que certos Estados não ligam para esses problemas de fiscalização.

Outra pergunta é com relação aos empréstimos citados por V. S^a. Quais as exigências, em linhas gerais, que são feitas pelos órgãos de financiamento? Se o país pode fazer seus próprios estudos para obter esses financiamentos, ou se existem exigências. Faço essa pergunta para resolver problemas de outros empréstimos que conheço.

Com relação ao problema da raiva e outras doenças, confesso que no Estado do Rio, nor onde sou Deputado, o problema da raiva está necessitando de uma indicação, de uma ajuda.

Eu mesmo tive esse problema. Sou pequeno fazendeiro e confesso que tive grande percentagem de meu rebanho porque nem sempre temos a vacina no momento em que se faz necessária. Pense que deveria haver algum órgão no município ou setor que tivesse essa preocupação de cooperar permanentemente.

O senhor disse que temos apenas 40% de fiscalização. Ora, se 60% da atividade pecuária não está sendo fiscalizada, os números citados não representam a realidade. E' um outro aspecto.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Primeiramente, sobre convênios, devo dizer que não há necessidade, para que se faça a fiscalização de produtos de origem animal ou vegetal, de perfume, de açúcar de cana de açúcar, porque é uma atribuição fixada em lei. O Estado é obrigado,

por lei, a fazer a fiscalização. Lamentavelmente, poucos Estados da Federação estão armados para cumprir a lei. Os seus quadros de veterinários são altamente deficitários e V. Exa., que é do Estado do Rio, pode bem atestar o grau de adiantamento do Parque Industrial fiscalizado pelo Estado, e vão parar, naturalmente, o Parque Industrial fiscalizado pelo Ministério da Agricultura.

Temos pouca fiscalização. A que temos, no Estado do Rio, é mais de leite. As fábricas de leite em pó são todas fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura. Tôdas da CIPAN. As firmas que fazem o comércio interestadual, com Barra Mansa, por exemplo. São poucos os frigoríficos fiscalizados. O restante todo é fiscalizado pelo Estado.

Em princípio, não há necessidade do convênio.

Ss. o Estado quiser, poderá fazer a fiscalização. O Ministério, então, lhe dará a atribuição para fazer a fiscalização e o trânsito interestadual.

O SR. DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Correto.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Muita coisa pode ocorrer: primeiro, saber se o Estado tem capacidade para fiscalizar a sua estrutura; se não tem, parecemos pouco provável, em de princípio, sem um estudo mais profundo, que o seu Estado possa fiscalizar os frigoríficos que estão praticamente tecnificados.

O segundo princípio é muito importante: é o de trânsito. Quer dizer vai criar problema de ordem fiscal, de ordem política, muito sério, e acho que o Governo federal deveria estar nesse teto.

Podemos fazer convênio, com fizemos com São Paulo, com alguma parte de leite e com o Rio Grande do Sul, com a parte de ração. Ocorre que são poucos os Estados. Para que V. Exa. tenha uma idéia, em São Paulo são fiscalizados pelo Governo estadual mil e duzentos estabelecimentos e o Estado dispõe somente de cem pessoas para fazer essa fiscalização. E vejam bem: dessas cem pessoas, parece que dezessete são veterinários que estão no Centro. Temos, em todo o Estado de São Paulo, mais ou menos sessenta e poucos frigoríficos. Temos oitenta veterinários federais contratados do quadro e trezentos auxiliares, porque a indústria de transformação para a exportação exige um serviço permanente de veterinários. Esse problema foi debatido no fórum de lata polílica do Conselho Agrícola do Estado de São Paulo para ver as condições de que dispunha o Estado para essa fiscalização. E o Deputado Herbert Levy disse-nos que possivelmente o Estado não teria condições de fazer esse trabalho. Como realmente não tem. Não mepare que também o Estado do Rio possui essas condições.

O SR. DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Há muita capacidade ociosa, talvez por falta de recursos. No Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria de Agricultura possui bons técnicos, mas não são bem aproveitados.

O problema, no meu entender, é da falta de técnicos. Há uma capacidade ociosa muito grande. O que está faltando é proporcionar aos técnicos as condições para que a sua capacidade ociosa rasse, efetivamente, a funcionar. E' o que se verifica em todos os setores de atividade do nosso País, principalmente na vida pública brasileira. Falou V. Exa. nos técnicos americanos, mas acontece que não se dá aos nossos técnicos, aos técnicos brasileiros e que aos técnicos americanos é oferecido. V. Exa. falou quanto ao empréstimo de recursos substanciais quanto ao aspecto técnico, e por isso, fiz a pergunta quanto ao financiamento.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Entendemos que há realmente, técnico ocioso. No próprio

Ministério da Agricultura, certa vez, foi afirmado que 80% dos Agrônominos e Veterinários moravam e trabalhavam no Rio de Janeiro. Ora, a burocracia absorve esses técnicos, e a própria estrutura administrativa do Ministério da Agricultura afasta o técnico do seu verdadeiro trabalho. Nos frigoríficos, encontramos o Veterinário exclusivamente cortando língua de vacum para mandar a exame.

Não podia esse serviço ser feito por outro qualquer funcionário? No DNER, por exemplo, não é o Engenheiro quem vai dar amostra de concretagem para ser examinada. Vai um funcionário e entrega a um centro onde aquela peça é examinada. Quer dizer, esse técnico é aproveitado. Já no Ministério da Agricultura é exatamente o contrário: o técnico fica dia inteiro a cortar língua de vaca.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Pediria aos Senhores Membros da Comissão, para manter a boa ordenação dos trabalhos, que cada qual aguarde sua vez para explanar todos os seus pontos-de-vista.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Quis apenas apresentar um argumento em favor da tese apresentada.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Admito que haja capacidade nos ociosos, como admito que haja técnicos deslocados, deixando por isso de produzir mais e melhor. Da mesma forma que admito a existência de técnicos que trabalham por dez e doze que ficam sem nada fazer. Mas este é um problema da conjuntura nacional. E' possível que aqui mesmo no Senado haja um "caboclo" que trabalha dez horas, enquanto outro está afi no bem bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — E' perfeito. Inclusive, Senadores...

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Mas, parece que este é um problema de âmbito nacional. Caberá naturalmente ao administrador manipular esses elementos. Quanto ao aparte do nobre Senador José Feliciano: que o veterinário corta língua do boi, este é ponto fundamental da questão. Na língua do boi, no glânglio do boi está a preservação da saúde de V. Exa. E só quem pode fazer a observação é o veterinário altamente capacitado, que deve saber, pelo exemplo, o que o boi tem.

Porque se V. Exa. mandar cortar,

por um técnico, a língua do boi, o País não aciscará. Tem que ser por um veterinário, com o avenal branco, cortando a língua do boi, porque, é por esse intermédio que ele poderá determinar quais as lesões que existem na língua do boi. O veterinário tem que descobrir o granuloma infecioso, a tuberculose, e uma série imensa de doenças tais como o granuloma maligno. Então, é o veterinário, o homem que estuda anatomia. Não é qualquer veterinário, mas sim, o homem que estuda anatomia patológica que nosso fará esse trabalho.

Se V. Exa. fôr aos Estados Unidos, à Inglaterra, à França ou a qualquer outro lugar verá que quem faz a inspeção anti e post-mortem é o veterinário.

Então, quando nós dizemos que o veterinário está na linha de matança, é tem um auxiliar e que V. Exa. estará vendo na linha de matança, não é o veterinário. V. Exa. encontra talvez um veterinário da linha de matança ou seja, quem está cortando a língua do boi é o auxiliar. O veterinário está na linha final do boi.

Temos, assim, dois ou três veterinários, para a língua do boi, outro para a cabeça e etc. E' o veterinário quem

dizer se o boi está ou não em condições de ser consumido. O veterinário é quem irá dizer se aquele grau de tuberculose poderá afetar o consumidor e então decidir se o boi vai para a charcutaria, para a indústria ou para a gaxaria. E', ainda, o ve-

terinário que irá dizer se o animal tem granuloma infecioso, um tumor maligno e para onde ele vai.

E o veterinário que nos vai indicar de onde vem a doença, qual o mata-douro, qual o Município e squeeze resultado é enviado ao Serviço de Defesa Sanitária Animal.

Naquela região há incidência de tuberculose tanto, incidência de brucelose tanto.

Se V. Exa. quiser mandaremos todas as rejeições, por mata-douro e por município.

Esclareço a V. Exa. que só quem pode fazer este serviço é o veterinário, o leigo não faz, ele corta a língua mas não diagnosticá.

O veterinário, além do trabalho de esco, ele frequenta cursos especializados para este trabalho.

Quem vai fazer a fermentação do queijo é o leigo? Não, é o veterinário, ele é que sabe se o queijo é padron, se é tipo cura, se é tipo prato, é a profissão dele.

Tenho mais uma pergunta, sobre o problema de empréstimos.

Realmente quando se faz um empréstimo várias exigências são feitas, como esta da CONDEP sobre a exportação de carne. Se o Brasil quiser o empréstimo aceita ou não aceita. Ele faz também exigências — e creio que é esse o sentido da pergunta de V. Exa. exigências de administração do projeto. Dêsse modo, todos os países onde fazem esses empréstimos geralmente têm grupos de avaliadores internacionais. Fomos, inclusive, convidados para trabalhar na Colômbia, no empréstimo feito com o BID, mas não aceitamos.

Assim, no empréstimo da CONDEP, aliás exigimos que os administradores regionais fossem técnicos estrangeiros, mandaram inclusive o background de alguns da Nova Zelândia e da Austrália. O Governo brasileiro chegou a analisar o problema. Esses veterinários vinham com grande quantidade de dinheiro e com férias anuais de dois anos, mas o Governo brasileiro colocou óbices: o projeto deveria ser liberado em dezembro e não o foi porque o Governo achava que o Brasil tinha bons técnicos para administrar esse projeto. Houve marchas e contra-marchas e agora o projeto foi liberado. Inclusive, por coincidência, um de nossos técnicos, que foi o Dr. Vicente, comparou-se a todos os demais técnicos internacionais.

Além de tudo isso, Sr. Presidente, Srs. parlamentares, a mão de obra é mais barata e, realmente, é quem consegue bem o território nacional. Então o Governo fechou a questão: ou se colocavam os nossos técnicos ou então nada feito. Dêsse modo foi o Dr. Vicente designado para Goiás o Dr. Paulo Pinto Bauer para Goiás também, e outros veterinários e técnicos que vão aplicar esse projeto. Deve-se ressaltar que tudo isso depende do Governo que vai aceitar o projeto.

Outro ponto que V. Exa. abordou é o da riva no Estado do Rio.

O problema é sérrimo, tão grave que mandamos vir um técnico em morcegos. Esse técnico veio para trabalhar conosco, o Dr. Davila, especialmente para estudar os morcegos, os hábitos dos morcegos, como combater os morcegos, etc.

Já conseguimos recrutar técnicos do Canadá. Fizemos um projeto por intermédio do Fundo Federal, partindo 8 ou 9 municípios no Estado do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Essa é a única maneira de fazer esse trabalho: o combate em grupo à doença.

O Sr. Ministro prometeu já vir a ver de 400 milhões de cruzeiros. O corre, por exemplo, que os técnicos do Estado do Rio são muito bons, são ótimos, mas acontece que não há recompensas. Vamos fazer, então, uma campanha, associados com o Estado do Rio, para ver se conseguimos bloquear a região com o projeto chamado "Impacto", e iremos, por esse meio, fazer um treinamento, uma campanha de avaliação, etc.

Outro ponto a que V. Exa. se refere é sobre como o Ministério fiscaliza animais 40%. É muito simples: a estatística do abate é feito pelo Serviço de Estatística da Produção. Como temos seis milhões e poucos animais, nós fiscalizamos apenas 4% desses seis milhões, porque a fiscalização da Estatística da Produção vai ao interior. Há questionários durante o ano inteiro, onde se verifica o que se passa, até nas fazendas, nos municípios, até onde se possa fazer a estatística.

A estatística, no Brasil é, em realidade, fraca. Não temos um serviço completo. Vamos verificar, por exemplo, IBGE. A diferença de boi, conforme os dados, é quase de dez milhões de bovinos. Não temos um serviço de estatística. Mas o que temos é a respeito do que matamos. Este é um tema. Isto digo aos Srs., para isto temos estatística, para ver no dia em que se mata, quantos mataram, qual a leitura scrida, qual a lesão que se fez. Isto o Ministério tem tudo controlado. Agora se são oito milhões que se mata... Nós compreendemos, qual o boi é morto na fazenda, qual o consumo que é feito lá. E também, impressionante, dizer que o nordeste não come carne. Ao contrário. Lá na minha terra nós comemos carne todos os dias, lá no interior, onde a estatística nunca entrou, comemos carne todo dia.

O SR. DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Eu não duvidei, absolutamente, da estatística dos 40. Eu me referi aos outros 60 a parte maior, que poderia fornecer os argumentos fundamentais para participar, inclusive dos convênios entre os oitenta e três Países.

Se para encerrar, apenas gostaria de registrar que, na minha região, tem aumentado muito o fenômeno das parasitoses. Acho que é um problema para o qual o Ministério tem que olhar com mais carinho. Na região sul do Estado do Rio tem havido mais perda de rézes por parasitoses, pois a astose já está sendo debelada.

O problema é sério, no meu entender, porque gente o conhece, talvez por deficiência de contacto ou por não ter havido a doença em fazenda anterior, ou enfraquecimento de terras, menos cuidado do próprio fazendeiro — que hoje não tem condições nem de viver, como pode manter sua fazenda — havendo incidência aumentada nesse setor.

O SR. JOSE FARIA DE FREITAS — V. Exa. está com a razão, e veja V. Exa. como a reação é uma cadeia: não se tinha corrente de parasitose porque a astose era em maior volume. Hoje já combatemos a astose. Abatida a astose, teremos outras doenças, aquilo que estava encoberto é revelado. Por quê? Porque o maior índice de doença na região era a astose, era a brucelose.

Estamos fazendo um estudo no Estado do Rio. Mas é tarefa não complicada que há necessidade muito grande, inclusive, existe o problema humano. Tem de ter sensibilidade. A doença é insidiosa, é doença crônica. Ao fazendeiro não interessa. E' como a parasitose humana, quando pensamos que debelamos o mal, vem outra doença.

Tem razão V. Exa., Deputado Rozendo de Souza.

O SR. DEPUTADO ROZENDO DE SOUZA — Apenas umas considerações a mais.

Nesta oportunidade gostaria de dar parabéns a V. Exa., porque observamos que o Ministério da Agricultura já fez diligência no sentido de o técnico nacional ser valorizado.

Temos um paradoxo: excesso de gente e falta de técnicos.

Não valorizamos nossos técnicos, não lhe damos o salário de que necessitam. São obrigados a ter outra atividade, se quiserem viver e manter sua família. O que precisamos é que o Governo tenha a coragem de dizer: pago X e acabar com essa panacéia de que todos devem ter o mesmo salário. Cada um tem de ter seu salário de acordo com sua capacidade.

Acenei, Sr. Presidente, queria dizer a V. Exa. que o Dr. Edmundo Campelo, Secretário da Agricultura do meu Estado, é um homem de grande visão e está de pleno acordo em dar seu depoimento a esta Comissão. Temos a certeza de que será de grande valia, especialmente na parte de comercialização e exportação de leite, e seria interessante ouvirmos a sua palavra...

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, começo por congratular-me com o nosso Diretor de Produção Animal, por saber que o Ministério da Agricultura está vivo, está atuante e se preocupando com os problemas da comercialização dos produtos agropecuários, assistindo os rebanhos nacionais e até verificamos os números exatos, pelo menos no Rio Grande do Sul, desse rebanho. Eu desejaria saber se, realmente, está confirmado que o Ministério da Agricultura estava certo, ou é o IBGE que está certo.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Pedira ao Sr. Vicente de Paula Graça que respondesse, porque ele é o homem da estatística.

O SR. VICENTE DE PAULA GRAÇA — Ocorre que o rebanho, no Rio Grande do Sul, de acordo com as estatísticas, estava estacionário. No entanto, com o levantamento que os trabalhos de combate à febre aftosa nos obrigaram a fazer, estamos observando que o rebanho do Rio Grande do Sul aumentou, nos últimos 10 anos, de aproximadamente dois milhões de cabeças.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O aumento foi sobre quanto?

O SR. VICENTE DE PAULA GRAÇA — O rebanho do Rio Grande do Sul aportava 9 a 10 milhões de cabeças bovinas, mas nós não levantamos todo o Rio Grande do Sul. Falta, ainda, uma pequena parte, que não é área de grande densidade pecuária, quase chegando às fronteiras com Santa Catarina. Mas, pelo que já levantamos, encontramos maiores número de cabeças e esperamos, até o fim desse ano, ou até abril do ano que vem, estar com toda a população bovina do Rio Grande do Sul registrada, com relação à aftosa. E esperamos encontrar 12 milhões de cabeças.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Outra pergunta: qual a preocupação do Ministério quanto ao interâmbio dos Institutos regionais de pesquisas, de âmbito federal? Pergunto se há um entrosamento, se o Ministério está orientando essa pesquisa, esses experimentos. Qual a participação da direção do Ministério no panorama geral?

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Esta pergunta posso responder assim: como informação, porque é uma outra área. Mas, o Ministério da Agricultura na política de pesquisas, faz o seguinte: reúne uma ou duas vezes por ano todos os diretores de pesquisas em determinada região. Esse trabalho, inclusive, iniciado no tempo em que o Dr. Vicente Graça era diretor do Instituto de Pesquisas do Centro-Sul. Fizeram reunião, primeiramente na Bahia e depois no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, no Norte em Belém, e os técnicos traçaram

uma política geral de pesquisas no País. Há um calendário anual de pesquisas.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — No problema da fiscalização sanitária, acreditamos que o Ministério da Agricultura, que não tem veterinários acima do número de 300, poderá, de maneira eficiente, fazer a fiscalização no interior do Brasil. São quatro mil e tantos municípios.

Não seria conveniente que o Ministério na Agricultura entrasse em entendimento com as autoridades nos municípios, no sentido de criação de uma Ráde Nacional de Açougueiros Municipais, colaborando com financiamento ou qualquer outra medida para que isso fosse descentralizado? Porque o Ministério não fiscaliza nem em 15 dos grandes centros populacionais do Brasil, quanto mais nos quatro mil e tantos?

Como o Ministério encara esse problema, para ser efetivamente fiscalizado o sistema de abate de gado no Brasil?

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Aí é o interessante a sugestão da Ráde Nacional de Abastecimento. Considero formidável a ideia. Acho a ideia excelente. Ocorre que, onde temos fiscalização, geralmente a fazemos. É realmente muito pouco, mas fiscalizamos os grandes frigoríficos e os grandes abatedores. Mas o Ministério não tem influência. Por outro lado o abate municipal é feito por uma indústria que não alça vôo, fica restrita ao próprio município. Algumas são restritas aos Estados. São

fábricas pequenas que luta e, com esforço colossai, sabemos disso, por falta de recursos. Não têm capital de giro para aparelhar devidamente um frigorífico pois quando é feito o trânsito estadual e interestadual há uma série imensa de exigências. Sei muito caro aparelhar um frigorífico. Acho a idéia boa, mas deve ser amadurecida, muito bem estudada, principalmente com elementos de financiamento. Seria uma das sugestões para se começar a fazer um trabalho melhor no País.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Qual é, dentro do Ministério, a porcentagem de técnicos realmente nas funções da sua especialidade? E se não ser a de Direção?

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Sómente o órgão do pessoal do Ministério da Agricultura estaria em condições de responder à pergunta de V. Exa. Não disponho de elementos para fazê-lo, com segurança. Acho que o percentual de 80% é muito elevado, porque temos técnicos espalhados por todos os cantos do País.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O fato é que já houve a mudança do asfalto à beira-mar, da Guanabara, para Brasília de uma área muito importante, que era esse setor. O Sr. Jorge Nova da Costa, Assessor da Comissão, foi o responsável, na ocasião, pela mudança para Brasília, do antigo Departamento de Promoção Agropecuária, hoje com outra denominação.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — O Ministério da Agricultura tem dois tipos de técnicos do quadro permanente, que são mais ou menos 400, e outros veterinários — mais ou menos uns duzentos — que são contratados por um tipo de verba, pelo art. 111, vamos dizer, da lei nº 200. O mesmo ocorre no quadro de agrônomos. E' o que afirmo pelo Departamento que nós dirigimos, onde a quantidade de veterinários, na Guanabara, é insuficiente. Porque, nossos veterinários têm de estar no interior, nos frigoríficos que ficam no Rio Grande do Sul ou em Goiás. A campanha contra a aftosa não é feita no asfalto.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Há quatro ou cinco anos foi declarado aqui por um Ministro, quan-

do se discutiu a mudança do seu Ministério para Brasília, que a percentagem não só era de 80%; havia muitos técnicos do Ministério que não viriam para o interior com medo de cobra.

O SR. DR. JORGE NOVA DA COSTA — Eu poderia dar uma explicação. A distorção que parece haver é a concentração do Rio de Janeiro e — porque o Rio está comprendendo o grande centro de atividades, englobando o Estado do Rio, a Guanabara, parte de Minas Gerais.

No ano passado o Ministério tentou fazer uma relação interessante, relação técnica de funcionários que acusou um índice muito baixo em relação ao Amazonas, Pará, Maranhão, etc. Essa relação bem detalhada, serviu para demonstrar o número de funcionários administrativos em relação a técnicos, acusou o Estado do Rio de Janeiro com uma concentração razoável. Mas, isto se explica porque grande trabalho está sendo implantado nessa área, e, além do mais, oferece condições para que os técnicos possam desenvolver-se melhor. Portanto, preciso que se diga nesta Comissão que não há estímulo nem se pode dar tratamento de paridade para o técnico que se desloca para Roraima, Amazonas, Pará ou Amapá, onde eu trabalhei 11 anos, com entusiasmo, pois sou nordestino. Mas, não acredito que numa situação do homem que tem família haja interesse. É difícil.

Acho, então, que esses fatores estão atrairando para o Rio, pois é justamente lá que há melhor mercado de trabalho e melhores condições. Para que os técnicos se desenvolvam e possam fazer escola, com treinamento especializado, precisam estar perto de onde se desenvolvem grandes projetos e grandes tabalhos. Há exemplo disso no trabalho de aftosa e nas grandes campanhas que o Departamento vem desenvolvendo e, mesmo o PLNAM, que já é uma realidade dentro dessa área.

Os mais idosos, que já estão concentrados nisso, ainda se justifica. Mas os mais jovens desejam garantir, assegurar aos filhos condições de um lugar ao sol, no futuro, e vão para lugares onde as faculdades estejam, concentradas. Fora disto, eles terão que ser advogados.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, estou satisfeito sobre tudo por verificar que, realmente, há um trabalho no Departamento de Produção Animal, objetivo, realmente, há um trabalho no Departamento de Produção Animal, objetivo, real e agressivo para a comercialização dos produtos nacionais. Porque o Ministério da Agricultura não se preocupava com isto.

Outro ponto também que achamos importante é que o Ministério abandonava os melhores técnicos, não lhes dava assistência, as verbas saiam depois de Natal. Uer dizer, nós temos esta impressão aqui fora, de que o Ministério é que era morto e deixado seu quadro de Pessoal na inanição e suas atividades completamente dormidas no cenário nacional.

Esta impressão nós temos e isto está sendo removido muito devagar, principalmente nos últimos tempos. Mucho obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador Carlos Lindenberg.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Sr. Presidente, peço desculpas por ter chegado atrasado, pois estava na Comissão de Constituição e Justiça, de onde não podia me afastar.

Naturalmente algumas perguntas que gostaria de fazer já devem ter sido respondidas.

Na discussão desse assunto de técnicos temos a impressão de que falam no Brasil técnicos em número

Temos poucos técnicos em agronomia e em veterinária, que pudessem fazer um trabalho concreto. E digo isto porque vi em estatísticas, há algum tempo atrás, há as escolas de agronomia, se formaram, no Brasil, cerca de oito mil agrônomos. Daí para cá devem ter se formado mais porém creio que V. Sa., talvez pudesse responder quantos agrônomos e veterinários há, formados, no Brasil atualmente.

O SR. FREIRE DE FARIA — Não posso responder exatamente a Vossa Excelência, mas estou inteiramente de acordo com seu ponto de vista. O Brasil está precisando, também a meu ver, de maior número desses profissionais.

Sou professor de Anatomia Patológica e, portanto, conheço o problema e estou plenamente dentro do raciocínio de V. Exa., de que o nosso País está precisando de educação em massa, pois se forma apenas duzentos, destes podemos selecionar dez; e digo isto porque esse foi o grande impulso de todas as nações altamente tecnificadas; formam o mais que podem e depois então vem a parte da seleção natural.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Precisamos não só de quantidade, mas de qualidade.

O DR. JOSE FREIRE DE FARIA — Exatamente. Se formarmos com termos possibilidades de tirar 10% mas se formarmos mil teremos então cem, 10%. Desses modo: congratulo-me com V. Exa. pelo seu modo de pensar.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Primeiro, temos de formar em quantidade para, em seguida, darmos a pensar na qualidade.

Ainda mais uma pergunta Dr. Freire de Faria. Com referência à aftosa, que julgo um dos maiores males do nosso rebanho, estou informado de que está trabalhando no sentido da erradicação completa da aftosa. Esse trabalho vai ser estendido pelo Brasil inteiro.

O DR. JOSE FREIRE DE FARIA — Lamentavelmente, não podemos falar em erradicação porque teríamos de fazer uma matança quase geral. Nossa trabalho é controlar a aftosa. Primeiramente, é preciso controlar, não deixar que a aftosa se instale. A vacinação é o primeiro passo para a erradicação. Já estamos realizando, no Rio Grande do Sul, e seguiremos para as áreas de grande potencial. Começamos nas fronteiras internacionais, seguimos pelo Rio Grande do Sul, na grande faixa de potencial pecuário. Entramos em Santa Catarina, onde já vacinamos 51% do rebanho. Fomos para o Paraná, na região de Paranavaí. Estamos entrando em São Paulo. Chegaremos depois a Minas Gerais, no Triângulo Mineiro, faixa de pecuária de corte. No Estado do Rio de Janeiro estamos não só na pecuária de corte como na de leite, porque é obrigatório. Estamos com mais de 350 mil animais completamente controlados. Depois pagaremos a faixa de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e, a seguir, iremos para o Norte. No Norte teremos a Bahia, que já fez sua legislação. No ano que vem, com os recursos recebidos, iremos a Ceará. Estamos em Alagoas, Pernambuco, a fim de fazer com que a vacina seja obrigatória.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Perfectamente. Principalmente na movimentação do gado, não só da passagem de município para município como na fronteira dos grandes Estados. De modo que, sem técnicos, sem pessoal especializado para a realização desses trabalhos, isso é impossível.

De modo que agradeço as respostas e me congratulo com o Diretor porque vejo que o Ministério da Agricultura está procurando funcionar.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Dr. José Freire de Faria, vai encerrar esta Sessão, em

que temos a grande satisfação de ouvi-lo, mas temos uma grande reclamação a fazer. Sou mato-grossense.

V. Exa. não citou o meu Estado. V. Sa. veio da bacia do Rio Grande do Sul, foi até São Paulo, e pulou para Colás.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Seguiu a linha de Anhangá, veio no rastro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) ... pulou Mato Grosso, que tem duas fronteiras, do Paraguai e da Bolívia, e que tem o segundo rebanho bovino do Brasil. Estranho que o Ministério nos tivesse feito um filho enjeitado...

Queria dizer, ainda, a V. Sa., sou médico, com relativo sucesso na minha profissão, cirurgião. Acho que toda a minha base política quem me deu foi a minha profissão.

Assim, pude governar duas vezes, em Mato Grosso. Só tenho um filho homem, que é agrônomo. Estamos na linha certa, meu filho tornou-se em Viçosa, de maneira que Mato Grosso, tão abandonado pelo Ministério, está dando seus agrônimos, seus veterinários, além do meu filho, agrônomo, tenho parente veterinário.

Outro assunto que desejaria abordar, é o da brucelose. Em Mato Grosso, na nossa fazenda vacinamos, sistematicamente, porque tenho um filho agrônomo. Toda a produção fêmea, até 10 meses, 1 ano, é vacinada, com o carimbo do Ministério na cara, contra a brucelose.

Eu queria saber se não será possível ao Ministério fornecer as vacinas, porque eu sou fazendeiro regular, posso comprar vacinas a NCR\$ 0,50 a dose.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Já está a NCR\$ 0,60.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Até o ano passado era NCR\$ 0,50.

Perguntaria, então, se não seria possível ao Ministério fazer, para vender por um preço mais razoável, essa vacina para todo mundo?

A respeito, agora, da aftosa: nós em Mato Grosso, só vacinamos o gado contra a aftosa quando o gado vai movimentar-se.

Na nossa fazenda lá no Pantanal de Mato Grosso, quando o gado caminha para a engorda nas invernações de Campo Grande, todo boi — com uns 20 dias a um mês — é vacinado contra a aftosa, mesmo porque a aftosa, no meu Estado, só é realmente daninha, ou danosa, quando o gado viaja. No gado apascentado, essa febre dá relativamente pouco.

Então fica, aqui, um esclarecimento: que lá em Mato Grosso nós estamos pensando seriamente na formação dos técnicos. Dei o exemplo na minha família. Falei, também, a respeito do aborto bovino, que é outro assunto de interesse para nós, lá no meu Estado.

Cuidamos também de ministrar sais minerais. Estamos seriamente interessados em mineralizar o nosso gado, com sais raros, inclusive cobalto, que é o sal da reprodução, dando sistematicamente, para milhares de cabeças de gado que temos, sempre o sal mineral misturado com sal comum, e farinha de ossos — para cada 4 sacos de sal comum, um saco de farinha de ossos. E Provinil, ou outro produto qualquer. Isso sai por um preço muito caro e diminui muito o lucro. O pequeno criador quase que não aguenta.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA (Relator) — Esse não tem meios.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com graves prejuízos para a pecuária nacional. Ao lado disso, vai a congratulação muito grande pela sua presença aqui. Os subsídios que o Sr. trouxe são apreciáveis para a Comissão. Tudo isto vai ser refundido e vai ser levado ao Presidente da República, Marechal Costa e Silva, todos os depoimentos, as con-

clusões, para ver se conseguimos sair desse infra-desenvolvimento da pecuária e da lavoura nacional. Com grande satisfação, notamos também que o Ministério da Agricultura, que estava absolutamente morto, que tinha um conceito melancólico na opinião pública, esta-se levantando, sobretudo com a nova orientação.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, Goiás é exemplo vivo disso. O Ministério da Agricultura em Goiás está atuante que nós já podemos atribuir a ele uma parcela de responsabilidade na produção goiana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas, como disse o técnico do Ministério da Agricultura, representando um dos setores mais importantes, o Ministério esqueceu Mato Grosso e tenho receio de que esses bons ventos não cheguem ao nosso Estado.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Queria responder a V. Exa. que, quanto a Mato Grosso, a ele me ligam laços afetivos. Realmente, o potencial de Mato Grosso é tão grande que usando uma figura, aquelas que já chegaram têm duas reações: usar a mata ou por fogo na mata. A Secretaria de Agricultura tem feito muito pouco por Mato Grosso e o Ministério muito menos ainda que a Secretaria. Então, Mato Grosso, com aquele pantanal todo, se dá ao luxo de fornecer animais para o Paraguai exportar carne.

São condições completamente diversas: o modo, o sistema de criação, inclusive a própria ecologia do Estado, aquela pantanal intimida... O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Intimida? É o lugar mais bonito do mundo! Tenho ali, uma fazenda muito boa. Não me sinto melhor em outro lugar.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Mas há pantanal tão grande que o indivíduo tem medo de enfrentá-lo. Então, primeiro esse trabalho: foram escolhidos o Rio Grande do Sul, uma parte do Paraguai, o Triângulo Mineiro e uma parte de Goiás e de Mato Grosso. Já começam a ter uma sensibilidade para as grandes áreas de pecuária.

Em segundo lugar a defesa sanitária animal. Confesso que é quase nula, em Mato Grosso. Agora, estamos fazendo um posto de fronteira, em Bela Vista, para o trânsito internacional... O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — — Mais, temos só com o Paraguai, quase 400 km em linha reta.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Então, o animal passa à vontade. E' um passeio!

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O próprio Rio Apa, que banha Bela Vista, dá passagem.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Quanto à brucelose, temos, ali, casos isolados: pouca gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — E a razão de haver é porque a vacina é cara.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — O problema dos sais minerais parece-me importantíssimo. A primeira coisa a fazermos é um levantamento das carências, pelo menos em forma de amostragem. Porque pode estar faltando numa determinada região cobalto e na outra magnésio ou fluor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Diante da dificuldade que houve do fornecimento do sal do Nordeste, houve uma resolução do Governo permitindo a importação do sal gema da Bolívia. O sal comum é cloreto de sódio, mas há necessidade de se juntar a ele outros sais minerais.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Uma mineralização efetiva do gado é muito cara. Podemos cometer o erro de administrar vários sais minerais dos quais o gado não necessita. Já entrei em contato com vários colegas para examinarmos esse problema. Vamos fazer um projeto sobre

a viabilidade para essas fontes minerais. Porque a farinha e o sal dão condições de trabalho muito caras. Vamos então verificar quais as nossas fontes minerais, e se o sal é devidamente absorvido. Porque o sal pode ser excelente e não fazer parte do metabolismo do animal, isto é, um animal pode absorver determinado tipo de sal e outro animal não absorver. É um projeto caro.

Se V. Exa. verificar que só a farinha de ossos e sal melhoram vamos dizer assim: de maneira substancial o gado, porque temos aí o metabolismo do fósforo e cálcio equilibrado...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Não há margem para importar cobalto?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Temos feito experiência no cocho de campo, colocando num o sal e, em outro, farinha de óssos. O gado come e depois acostume e vai à farinha de óssos.

O SR. JOSÉ FREIRE DE FARIA — Sr. Presidente, desejava passar a palavra ao Dr. Vicente Paulo Graca, a fim de focalizar o problema da aftosa e de outros vírus.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tenho observado que Mato Grosso tem sido esquecido.

O SR. JOSE FREIRE DE FARIA — Mato Grosso não foi, de forma alguma esquecido, muito ao contrário. Colecamos o CONDEP lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Dr. Vicente Paulo Graca.

O SR. VICENTE PAULO GRACA — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sob os vários aspectos de defesa animal, Mato Grosso não foi esquecido. No que diz respeito especificamente à aftosa, Mato Grosso foi um dos Estados em que inicialmente pensamos também em combater essa virrose. Fomos a Mato Grosso percorremos o pantanal, fomos a Corumbá, a Campo Grande e, infelizmente, verificamos que, para fazer-se um trabalho sério e efetivo, como precisa ser executado, de combate à febre aftosa, não dispomos dos recursos necessários.

Como V. Exas. sabem, só no Município de Corumbá — se não me falha a memória — temos aproximadamente dois e meio a três milhões de bovinos. Note-se: só o Município de Corumbá. Há os proprietários, os criadores evoluidos que têm, apesar de donos de grandes áreas, subdivididas de pastagens e suas fazendas bem organizadas com relação a brejos de contenção e currais. Há mesmo algumas propriedades que são verdadeiros módulos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — — V. Sa. dá licença. Agora, V. Sa. vé no Estado de São Paulo a organização, como tem sido anunciado, da instalação de radiotelefone ligando 400 fazendas, que servem à companhia, com centro em Corumbá, o que permite a ligação para qualquer dessas fazendas, a qualquer hora.

O SR. VICENTE PAULO GRACA — Mas, voltando ao meu raciocínio. Infelizmente constatamos isto: que não tínhamos recursos para fazer um trabalho sério e honesto, e não demagogico. Dizer por exemplo: vai-se instalar a campanha, e parar por aí. Então, vacinar esporadicamente uma parte da população bovina de uma região, já não digo de todo o Estado, e não como manda a técnica. Isto é, três vezes ao ano fazer a vacinação sistemática e repetida do rebanho para que a vacina de fato tenha efeito benéfico na imunidade do rebanho.

De acordo com a Secretaria do Estado, colaboramos para um estudo inicial com alguns veterinários do Estado e alguns do Ministério da Agricultura. A Campanha forneceu veículos, material de propaganda, vai jogando a semente, para que quando conseguirmos das autoridades competentes os recursos necessários, possamos instalar, não digo em todos os pontos de Mato Grosso de uma vez, mas, vamos dizer, no Município de Corumbá, no de Aquidauana ou em outro qualquer, a Campanha da Febre Aftosa, dentro da técnica e da modalidade já vitoriosa em outros Estados.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. Sa. traz ao conhecimento desta Comissão fato muito sério: o da impossibilidade econômica de o Ministério da Agricultura cobrir a maior área criatória deste País, que é Mato Grosso.

Então, sob o ponto de vista legislativo, é preciso uma modificação profunda em certas atividades, mesmo no programa de veterinários e de agrônomos. Esta Comissão poderia ser o "13 de Maio" dessas duas profissões, dando-lhes um lugar ao sol definitivamente.

Quase temos uma orientação de unidade em torno da aftosa. O problema da aftosa é igual ao de saúde. Nossa relatório precisa de dados concretos. As visitas deviam ser consubstancialadas pelos técnicos, como V. Sa., para sabermos do montante, em matéria de orçamento, para a Campanha Nacional contra a Aftosa, em base obrigatoria, inclusive não se permitisse, jamais, confissão dessa natureza sobre a imensidão, o colosso da pecuária mato-grossense. Esta foi de tal ordem que o Ministério quis iniciar a campanha, mas se viu sem meios para fazê-la.

A outra Comissão fez um estudo tão profundo que — bem ou mal — está sendo aprovado, pelos técnicos da Comissão que foi dirigida por Maciel Terra, que fez um trabalho magnífico. Ela ficou praticamente numa só área; inclusive encontramos na Carta de Brasília muito, mas muito mesmo, do trabalho de Maciel Terra. E' preciso que, agora que estamos continuando aquela obra, daqueles Deputados, daqueles Senadores, é preciso centralizar, fazer um funil de conclusões:

Esperamos que a Assessoria do Ministério o faça com casos mais objetivos e conclusivos, para não termos confissões, como está: queríamos fazer, mas não pudemos porque não temos meios para isto. Era este o aparte que eu queria dar. E' que esta Comissão não fique no vazio dos debates, e que, amanhã, possa ser usada de demagogia. Perdemos horas inteiras, aqui, mas queremos que aquilo que venhamos a conseguir venha a ser um roteiro definitivo. O problema, por exemplo, da aftosa, a meu ver, tem que ser solucionado, com uma legislação específica, já modernizada, onde tudo isto fosse consubstancializado, em definitivo.

O DR. VICENTE DE PAULA GRAÇA — Sr. Presidente, numa outra Comissão, numa Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os prejuízos causados pela febre aftosa, cujo Presidente foi o Deputado Aurino Valois, também prestei depoimento, junto com Dr. Faria e mais um colega, sobre a aftosa e entregamos um anteprojeto de lei — com as devidas escusas, pois não somos entendidos nisso — contendo as sugestões, tornando obrigatório o combate à febre aftosa em todo o país.

Portanto, nesta Casa, na Câmara dos Deputados, já existe esse anteprojeto que foi entregue naquela ocasião. Nós agradecemos e enviaremos, de maneira concreta e objetiva, quaisquer dados para atender às necessidades, pelo menos para o combate à febre aftosa.

Não quero alongar-me, desejava apenas dar essa explicação ao Senhor Presidente, com relação ao trabalho do Ministério no combate à aftosa, de que me orgulho. Vou deixar a Campanha, mas ela continuará, pois há uma equipe com o mesmo espírito de bem querer ao país e continuará, coin-

O apoio das autoridades e dos Senhores Legisladores, do qual não podemos prescindir, e alcançará os resultados e de acordo com as disponibilidades financeiras do país os resultados desejados e o seu Estado não será esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Agradacendo a presença de todos, dado o adjuntado da hora, declaro encerrada a reunião.

ANEXO DA ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 1968

Integra do Apanhamento Fotográfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal, está aberta a reunião.

Com a palavra o Dr. Virgílio Galassi, diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do INDA que, seguindo as nossas normas, fará primeiramente uma exposição geral sobre o tema Irrigação e Drenagem, para depois então submeter-se a perguntas, num prazo nunca superior a dez minutos para cada interpellante.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhores Deputados, inicialmente, quero manifestar, em meu nome pessoal e no dos técnicos que representam o meu Departamento nossa elegria e grande honra em poder comparecer a esta Comissão, em cujo seio são filtrados problemas da mais alta responsabilidade da República.

Com respeito ao nosso primeiro Encontro sobre Irrigação e Drenagem, esclareço que o mesmo se realizou aqui em Brasília, de 27 a 30 do mês de março passado.

O INDA, ao promovê-lo, teve como objetivo principal conscientizar os seus próprios técnicos, e também aqueles que militam com os problemas da irrigação e drenagem.

Compreendemos perfeitamente que não possuímos estrutura econômico-financeira suficiente para conduzir assunto de tão alta responsabilidade. Mas, tenho, por força do Estatuto da Terra, atribuições com respeito ao assunto, no cooperativismo, na extensão rural e na colonização nós resolvemos promover esse Encontro, certos de que traria grandes subsídios à causa em vista.

Objetivou ainda o Encontro, o conhecimento da realidade brasileira no capítulo da irrigação e drenagem, contribuir para a fixação das diretrizes básicas da política nacional de irrigação e drenagem; integração da iniciativa privada no esforço governamental para implantação e desenvolvimento da irrigação e drenagem; e finalmente o estabelecimento de normas para seleção no país, das áreas prioritárias de irrigação e drenagem.

O Temário foi o seguinte: a) a legislação brasileira no capítulo da água; b) assuntos técnicos relativos à captação da água para uso na irrigação (água subterrânea, fontes, águas, barragens, etc.); c) assuntos técnicos concernentes à água na irrigação e drenagem (estudo de solos, elásticidade rural, áreas de demonstração, etc.); d) financiamento e crédito dos projetos de irrigação e drenagem; e) aspectos socio-económicos decorrentes da implantação de projetos regionais nacionais de irrigação.

A esse Encontro compareceram mais de 200 técnicos de todo o Brasil. Mais de 70 representações particulares e do Governo. Foram apresentados, ao que parece, quase 40 trabalhos. Entendemos que, tendo gasto neste Encontro a importância de aproximadamente vinte mil cruzeiros novos, o INDA conseguiu pelo menos o que deles visava em especial, que era, como dissemos, de sensibilizar os técnicos do nosso próprio Instituto e também, a todos aqueles que, no Brasil, têm dado de

si no sentido de implantar alguns trabalhos de irrigação e de drenagem.

O certame decorreu dentro da maior tranquilidade, com muita seriedade e objetividade, e o relatório final já está aqui, em poder dos ilustres representantes da Comissão, cada pasta com uma coleção completa, e onde se incluem também, as Recomendações e Conclusões aprovadas em Plenário.

Aqui está também, para ser entregue à Comissão, uma coleção de todos os trabalhos apresentados e discutidos na reunião.

O problema da irrigação no Brasil, acreditamos, carece ser tratado com a maior seriedade. Profundamente técnico, de gastos elevadíssimos, precisa ser considerado de imediato, de modo a que possamos levar à próxima geração, algo de positivo nesse campo.

Entendemos que mesmo dentro do esquema do INDA, que é de pequenos recursos técnico-financeiros, podemos prestar à Nação um serviço, qual seja, o de formar a mentalidade sobre o assunto e, formando essa mentalidade, contribuir ainda com o próprio Ministério da Agricultura e o Ministério do Interior na tarefa que lhe cabe na execução desse planejamento.

Era isto o que eu, em rápidas palavras, desejava trazer ao conhecimento desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Vamos passar então à arguição. Com a palavra, em primeiro lugar, o relator, Deputado Breno da Silveira.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator). Sr. Presidente, é para nós, inclusive, confortador que o Dr. Virgílio Galassi, Coordenador Geral desse conclave, realizado há poucos dias em Brasília, já nos trouxesse de pronto, organizados em pasta, os assuntos tão relevantes debatidos no 1º Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem.

Sua Senhoria, e o grupo que o assessor, praticamente coloca nas mãos desta Comissão um dos setores mais importantes no que diz respeito às finalidades para as quais foi criada esta Comissão.

Embora o Brasil seja tão decentado em matéria de terras férteis, hoje chegamos à dura realidade, com a pesquisa que é feita tecnicamente, que, apesar de grandeza da terra, temos que corrigi-la muitas e muitas vezes, até mesmo em áreas que sempre nos pareceram férteis, como também nas zonas do Nordeste, e mesmo nas do Planalto.

Ainda ontem, conversava sobre o problema que constitui a fartura de água e, posteriormente, a seca intensa, que atinge as terras do Planalto.

Lembraria, principalmente, que um dos maiores problemas, até aqui, do Planalto Central é a dura realidade de termos exatamente fases de chuvas copiosas e fases de seca das más intensas, como a ocorrida nos últimos oito anos, em que durante cinco a seis meses não choveu um vez sequer,

quando os córregos, muitas vezes, os rios que sabemos perenes no Planalto Central, quase secaram.

Há três anos, em discurso na Câmara dos Deputados, cheguei a perguntar se o DNOCS não abrangia essa área, orientando os fazendeiros, os levadores, os agricultores, no sentido da construção de barragens, na construção de pequenos açudes para posterior irrigação.

Todos sabem que o maior produtor de arroz, o Rio Grande do Sul, baseia sua produção no arroz irrigado.

Segundo depoimento do Secretário de Agricultura de Goiás, este Estado produzirá cerca de 20 milhões de sacas de arroz, em área completamente independente de irrigação, pelo simples fato de ter havido concentração pluviométrica intensa, em fins de janeiro e em fevereiro, possibilitando, desse modo, produção recorde do cereal.

A exposição de V. S. nos coloca em situação de desafeto.

No ano passado fomos procurados por missões americanas, por grupos de origem americana que estão adquirindo terras no Planalto Central, para investimento, e, em que pese a presente de brasileiros, eles terão, justamente, a marca a mais positiva, de investimentos, com lucros, que não serão exclusivamente nossos. Inclusive, para esses investimentos de irrigação as grandes verbas que estão sendo liberadas pelo acordo International, com os Estados Unidos, já vem, inclusive, com a cobertura em dólares, e abrangem desde a parte técnica até a aquisição de grandes áreas de terra, de nosso país.

Quero congratular-me com o INDA, quero me parabenizar com o INDA, pelo esforço que desenvolveu para preencher o vazio que existia em nosso país, em áreas tão importantes, oferecendo-nos estudos mais completos, concretos, principalmente estudos de profundidade, peia importância que éste Congresso, realmente teve a repercussão que deverá ter, — não só na parte que diz respeito ao INDA, ao Ministério da Agricultura, mas inclusive naquilo que esse grupo poderá fazer no preparo do relatório desta Comissão. Lembraria ao Dr. Virgílio Galassi, que, inclusive, dizia há poucos momentos, que o sucesso dessa Comissão não está apenas nos seus integrantes, mas, principalmente, na colaboração patriótica daqueles que aqui são convocados para colaborarem conosco; e se, amanhã, inclusive quando convocarmos, no âmbito do Ministério da Agricultura, técnicos para nos assessorarem, esse trabalho terá a profundidade que merece, na razão direta da grandeza — com que aqueles que aqui chegam, como V. S. e seus assessores, estão lutando conosco. Nas conclusões da Comissão, estarão ajudando o Congresso a orientar o Executivo, a sugerir ao Executivo medidas mais concretas, desde as verbas orçamentárias até, principalmente, a legislação específica, a meu ver da maior importância para empreendimento desse vulto.

Por isso, Dr. Virgílio Galassi, as minhas palestras a V. S. são de incentivo, de entusiasmo, inclusive de esperança de que desse Encontro, — parta um entrosamento permanente desse Grupo do INDA e de seus assessores conosco, para que possamos, nesse convívio, termos a ajuda de todos dessa área especializada do INDA, principalmente naquilo que diz respeito às sugestões em matéria legislativa, em matéria de emendas orçamentárias que possam levar vitoriosas as teses e conclusões do Primeiro Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem.

São as palavras que queria profrir como Relator desta Comissão.

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — Nobre Deputado, muito trato pelas palavras de V. Exa. Elas são, realmente, confortadoras e gostaria de comunicar a V. Exa. e aos demais ilustres membros desta Casa, dentre as recomendações oferecidas por este Encontro, há uma que preconiza a instalação de imediato, de quatro áreas de demonstrações de irrigação no planalto central do País: uma em São Paulo, uma em Minas, no Triângulo Mineiro, uma no Estado de Goiás e uma no Estado de Mato Grosso, compreendendo os três tipos de irrigação: inundação, infiltração e aspersão.

Possivelmente, o INDA terá condições de instalar esses quatro experimentos.

A recomendação será levada ao Conselho e, acreditando dentro de poucos dias, esta Casa tomará conhecimento da solução que espero seja positiva.

Com respeito à legislação da água, uma de nossas teses, é preciso que se diga que o nobre Deputado abordou o mundo conhecimento, o pro-

blema. E' ele sem dúvida dos mais relevantes e o que mais nos preocupa é, não temos nada de legislação em torno d'água, no capítulo de irrigação e drenagem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO HOFFMAN — Em primeiro lugar, minhas congratulações ao INDA por este extraordinário acontecimento em nosso País. Digo extraordinário acontecimento, porque, de modo geral, no sentido do aproveitamento da água, nosso País tem, sob certos aspectos, andado mais atrasado do que inúmeros países, inclusive da África e da Austrália, por exemplo, que é muito pobre em precipitação d'água mas fez um trabalho gigantesco de aproveitamento até da neve que é carreada das altas montanhas para ser acumulada em grandes açudes e, assim, irrigar extensas áreas e aumentar a sua produtividade.

De minha parte, eu tenho acompanhado constantemente esse problema, discutindo, inclusive, na Câmara dos Deputados, o drama do planejamento integral das bacias hidrográficas que é o que na de mais moderno de todo o mundo, haja visto a arrancada dos Americanos com P. V. A. no Tennessee e os projetos mais recentes dos franceses no Ródano, dos espanhóis no Guindana; os planos da Itália e o de Moçambique, feito pelos portugueses.

E, então, nós estamos, efetivamente, numa encruzilhada. O Brasil, que tem bacias hidrográficas tão ricas e tão abundantes, deveria aproveitar essas águas para o grande desenvolvimento da produção primária, que nós precisamos incrementar.

De modo que eu gostaria, nesse sentido, de perguntar ao eminente visitante desta Comissão, Dr. Virgílio Galassi, a par do aspecto técnico e dos aspectos particulares da drenagem e da irrigação, senão considerar indispensável que se formentasse, sob todos os aspectos, o aproveitamento, desde os pequenos córregos de uma fazenda, encarando o problema de todas essas necessidades referentes, por exemplo, à cultura de arroz, sobre a qual temos inúmeros trabalhos apresentados. Pergunto em que proporção foi debatido, por exemplo, o problema da irrigação e da drenagem, como parte de projetos integrados e projetos globais de aproveitamento total de bacias hidrográficas.

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — O Encontro recomendou aos poderes públicos que, dentro do possível, levantasse, em todo o País, as áreas que devem ser consideradas prioritárias para os assuntos de irrigação e drenagem. As regiões no Brasil, com condições excepcionais, não nos parecem difíceis de serem selecionadas. Realmente, a irrigação exige um mínimo de condições, salvo se considerássemos o caso de Israel, que é um país em estado de guerra e em que se fazem sacrifícios enormes para alcançar os objetivos. O Brasil, felizmente, tem condições excepcionais e nós podemos selecionar, com relativa tranquilidade, grandes áreas com condições ideais para irrigação e drenagem.

Esse levantamento eu acredito que o Ministério do Interior, o Ministério da Agricultura e até certo ponto o INDA têm condições de executar. E sómente após o levantamento é que nós podemos, de sá consciência, caminhar para um planejamento objetivo. Regiões há com condições excepcionais. E' o caso do Brasil Central com topografia invejável, sistema hidrográfico, clima e altitude excepcionais e mais sistema de transporte, rodoviário e ferroviário, e sistema de comunicações. E, até certo ponto, vazios demográficos não aproveitados, em função da falta de uma técnica mais evoluída. Acredito, tranquilizando o ilustre Deputado, que o ma realizarão desses encontros, poderemos partir imediatamente para a seleção dessas áreas e oferecer uma nova esperança.

O SR. PRESIDENTE Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Hoffman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO HOFFMAN — Sr. Presidente, quero inicialmente me congratular com a ênfase que foi dada a um projeto que está em execução no Rio Grande do Sul: o aproveitamento do vale do Rio dos Sinos, que é um rio pequeno, pouco mais de 100 quilômetros, mas que atinge uma área altamente povoadas, de população superior a áreas onde projetos idênticos estão sendo executados em outras regiões do mundo. Com a cooperação da Alemanha Ocidental, um grupo de 20 técnicos está fazendo um levantamento daquela bacia, para a previsão de enchentes e irrigação da área, prevendo todos os aspectos econômicos e sociais. No dia em que esse projeto entrar em execução, com a cooperação técnica estrangeira, conseguiremos recursos para, afinal, executar um projeto integral, numa bacia relativamente pequena, mas de grande repercussão econômica e social, dada a densidade populacional e industrial daquela área.

O presente Orçamento, consigna a dotação de quinhentos milhões, no Ministério do Interior, para a parte brasileira das despesas desse projeto.

Meus votos são no sentido de que, no futuro quando pronto, se consiga, em nosso País, executar um plano integrado numa Bacia, pequena como aquela, mas de grande importância.

O SR. VIRGILIO GALASSI — Queria dizer, ainda, ao nobre Deputado Alberto Hoffman, que o INDA, às vésperas desse Encontro, se locomoveu para o Rio Grande do Sul, com uma equipe de dez técnicos.

Fomos, realmente, para o Sul, e aprendemos muita coisa, porque é preciso que se diga — a irrigação e a drenagem até certo ponto, é coisa nova no Brasil. Não podemos pretender de nossos técnicos uma capacidade no sistema atual. Então, o INDA trouxe consigo a preocupação de conduzir seus técnicos para onde existam trabalhos de vulto.

Fomos ao Rio Grande do Sul. Estivemos uma semana visitando a região irrigada, como estivemos também em Paulo, no Vale do Paraíba.

A representação gaúcha, nesse Encontro, nos honrou imensamente. Trouxe contribuições fantásticas. O Encontro recomendou que se realizasse, este ano, um Encontro Regional no Nordeste, outro no inicio de 69, no Rio Grande do Sul, recomendando ainda a realização em 1970 de um outro no Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO HOFFMAN — Muito obrigado.

Verifica-se que o maior problema da pecuária, da agricultura brasileira, é — a meu ver — dar comida ao animal, dar comida ao boi. Para dar comida é preciso plantar. E, por seu turno, o maior problema da produção vegetal do País é exatamente dar água à planta na época certa. E' o que objetivamos nesta reunião, e conforme muito bem acentuou o nobre Relator.

Estou plenamente satisfeito com o denunciamento de V. Sa.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, inicialmente queremos felicitar o INDA pelo 1º Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem. Já se fazia necessário há muito tempo.

Temos, no Planalto Central, elevada altitude das fontes de água dos rios. Entretanto, parece que não só os agricultores, como também os técnicos, e principalmente os professores de nossas escolas de Agronomia e de Engenharia, continuam descobrindo o alto valor que tem para um país, a fonte elevada de água. Assim, se o INDA levasse até as escolas e aos produtores, a necessidade de ser desperdiçada a sua atividade, para este problema do aproveitamento das águas nós teríamos já a certeza de que o INDA teria prestado um grande serviço ao Brasil.

Mas queremos salientar que é da maior urgência, a comunicação feita pelo INDA para o encontro com os estabelecimentos de ensino.

A produção de arroz, no Rio Grande do Sul, segundo creio que será confirmada pelo nosso Deputado hoje, tem o seu custo muito elevado, principalmente pelas despesas de irrigação e no planalto central, a cultura do arroz tem um pequeno rendimento, ou muitos riscos, exatamente graças à ausência de irrigação. No Sul, a cultura do arroz está libertada de cem por cento da influência do clima. Mas aqui, no Planalto Central, ele está 100% sob a influência do clima, isto é, a produção de arroz no período de desfrouxar a cultura, se não houver chuvas dentro de 15 dias, ficará reduzida a zero milhão.

Acredito que se o INDA não incentivar, no sul, a irrigação, através de bombas, sistema elétrico, sobretudo eletrificação rural, e no Planalto Central, através de irrigação por gravidade, para a plantação de arroz na parte mais elevada das encostas, acredito que o Brasil possa, realmente, produzir arroz para alimentar grande parte da população de outros países não apenas do Brasil.

Dai a importância desse trabalho que foi o primeiro Encontro realizado aqui em Brasília. Nesse sentido, a nossa pergunta primeira é sobre se o INDA está na condução de seus trabalhos, fazendo a distinção entre o assessoramento do produtor rural para nele desnortear a necessidade de fazer a irrigação das suas culturas de arroz e de outros cereais?

O DR. VIRGILIO GALASSI — Perfeitamente, eminente Senador, a preocupação maior do INDA, como disse de inicio, é formar uma mentalidade na classe rural suscetível de receber com facilidade os benefícios da irrigação e da drenagem.

Alliás, é competência do INDA este trabalho de extensão que temos feito por intermédio da ABCAR, mas que, no caso específico da irrigação e drenagem, nós daremos a ela uma preocupação especial e procuraremos caminhar em todas as regiões consideradas suscetíveis desses trabalhos objetivando principalmente prepará-la no sentido de receber os benefícios.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — A nossa pergunta, é se nas obras de vulto, tais como: construções de usinas de Urubupungá, Cachoeira Dourada, Furnas e inúmeras outras, em nosso país, que no momento estão sendo construídas, se essas obras têm levado em consideração a parte de irrigação para a melhor produção no setor agrícola, ou se apenas está isoladamente procurando resolver o problema energético, sobretudo dos centros urbanos?

O DR. VIRGILIO GALASSI — Dentro daquilo que é do nosso conhecimento ténho a impressão de que as grandes usinas hidrelétricas não trazem consigo a preocupação da irrigação. Ao contrário, elas deveriam preocupar-se com a irrigação naquilo que se refere à vasão normal das águas.

V. Exa. abordou, com muita ênfase, problema importantíssimo porque nós temos, realmente, que conseguir equilíbrio de vasão com a irrigação. Temos no período das chuvas, principalmente no Brasil Central, uma grande sobra de águas que são perdidas, e isto poderia ser corrigido num planejamento definitivo, com imensas barragens que estocariam essas reservas, para uso posterior na irrigação.

Acredito que é um dos pontos sérios de nosso problema o que o Senador abordou, com muita precisão e muita oportunidade, eis que somos considerado dentro da nossa competência.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Há apenas mais um, ou seja, se o INDA tem condições financeiras para estabelecer convênios com os In-

stitutos de Pesquisas Agrícolas como o IPEAS, no Sul, o de Sete Lagoas, o do Norte ou Nordeste — esses Institutos regionais de pesquisas agronômicas — e com as universidades, sobretudo as escolas de agricultura para, exatamente, despertar nesses estabelecimentos o interesse dos futuros técnicos para o problema de irrigação, sobretudo levando-os a esses problemas de planos regionais-integrais e, também, ao pequeno problema do produtor agrícola.

O DR. VIRGILIO GALASSI — Acredito que sim, nobre Senador. O INDA tem feito, inclusive, alguns convênios, contribuindo para que as universidades e departamentos específicos de pesquisas possam desenvolver trabalhos e tem, principalmente, dentro desta administração, forcado na medida do possível, as pesquisas em torno da irrigação e drenagem.

Mas, eu considero ser possível uma colaboração maior. Não só possível como necessária.

Nós não podemos, em hipótese nenhuma, colaborar nesse sentido sem preparar o estudante de hoje, o técnico de amanhã, para as altas responsabilidades que advirão desse esforço.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, estou satisfeito e desejava, se me fosse permitido chamar a atenção do nosso Relator para a grandiosidade desse problema.

Nós temos trabalhos de levantamentos, de estudos e de locação de centrais elétricas sem a menor preocupação com a parte agrícola, sacrificando, às vezes, uma extensa área daquele há de mais fino em matéria de solo para produção agrícola.

Muitas vezes, apenas há reclamação de um elemento da região, leva um vlenajador de usina a permitir a continuação de imensas áreas de produção agrícola.

Desejamos que parte desta Comissão a iniciativa de grandes trabalhos de construção de barragens e que se leve em consideração, não só o problema da produção energética, mas também o da produção agrícola na região, sobre a criação da colonização, da produção animal na região e assim houvesse o caráter de plano integral para o desenvolvimento da região. Isto com a finalidade, não apenas de produzir energia elétrica para sair através de fios, para os grandes centros urbanos, para grandes trabalhos de rodovias, de construções de estradas, que sacrificam muitas vezes o Erário Público pelo custo elevado, sem a mínima preocupação com o problema integral do desenvolvimento econômico.

O que estamos verificando no Brasil? Estamos verificando que se constrói uma grande rodovia de penetração. O que faz essa rodovia? Um grande mal para o Brasil. Ela leva a produção para uma distância maior dos centros consumidores. Quando se constrói também uma grande hidrelétrica, o que vemos? Ela faz uma grande e extensa linha de transmissão de energia elétrica. Tudo gira em torno dos grandes centros consumidores e nada gira em torno dos grandes centros produtores brasileiros. Neste sentido é que queremos transmitir sugestão ao nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Deputado Breno da Silveira, Relator.

O SR. DEPUTADO BRENNO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, queria apenas receber a sugestão do nobre Senador José Feliciano e chamar a atenção do expositor no sentido de que esta seria uma das sugestões de matéria legislativa. Nós poderíamos receber do grupo que está responsável no INDA, nelo problema de irrigação e drenagem. Seria uma legislação específica no que diz respeito às barragens e acudes. Eu iria além, porque os grandes acudes do Nordeste, até hoje, não desceram,

no que diz respeito à irrigação das grandes áreas circunvizinhas, muitas vezes dando cobertura em pequena quantidade, porque elas estão localizadas em áreas que ainda não foram desapropriadas, e que poderiam ser beneficiadas por irrigação, como é o caso de Orós, talvez uma das maiores massas d'água do País, mas a função social daquela faixa poderia ser originada dali, ainda não foi preenchida.

Seria, então, uma possibilidade de o nobre expositor, nos termos do apelo feito nesta Comissão, por seu intermédio, pensar numa legislação específica. Temos que lazar a cosa não muito ampla, num anteprojeto. Eu lembraria, inclusive, que legições específicas seriam mais interessantes, para não criar o a. umido de assuntos e de programas, dando margem a muita controvérsia, muitas vezes, uma legislação específica, em determinado setor, tem andamento mais rápido; será mais prático para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo, e, quanto mais depressa sair essa legislação, mais vitorioso será aquilo que pensam os membros da Comissão, e que é o pensamento do INDA, principalmente nesta fase do Encontro Nacional de Irrigação e Drenagem.

Eu pediria que se juntasse ao nosso apelo, também, a possibilidade de ser traçado um esboço de legislação específica, de acordo com a sugestão do nobre Senador que acabou de falar.

O DR. CIRGILIO GALASSI — Posso afirmar a V. Exa. Relator, que, dentro de 60 dias, encaminharemos a esta Comissão um anteprojeto de lei, tratando da questão da água, especialmente no capítulo da irrigação e da drenagem, para que V. as possa orientar os trabalhos com alguma base.

O SR. DEPUTADO ALBERTO HOFFMAN — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Hoffman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO HOFFMAN — Foi da mais alta oportunidade a intervenção do nobre Senador José Feliciano quando abordou a questão do planejamento integral das bacias hidrográficas, que, até então, quando da construção de barragens, tinha como única preocupação a produção de energia elétrica.

Tivemos, no Rio Grande do Sul, um exemplo de uma barragem para navegação fluvial e que foi dimensionado erradamente.

Há um estudo em andamento para a construção de uma barragem — em entendimento com a USAID — a de Taquari-Andes, mediante a qual aquele rio será o primeiro a ser utilizado sob todos esses aspectos: obras de barragem para navegação fluvial, para produção de energia elétrica, irrigação etc.

Há um ponto referido pelo nobre Relator, e o considero um dos mais importantes, que é a legislação indispensável para evitar que cada um, setorialmente, estrague a roça dos outros, como se diz na gíria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, o ilustre conferencista trouxe à Comissão um trabalho que acredito tenha incluído todos os esclarecimentos necessários a esta Comissão, e que, portanto, só depois de uma leitura adequada do mesmo estariamos capacitados para inquirir com propriedade. Todavia, para não deixar passar a oportunidade, queria fazer referência a um aspecto que se vem notando no Brasil, com relação à água.

Existem no Ministério da Saúde, órgãos que tratam do problema do abastecimento de água. Também no Ministério do Interior existem órgãos

que cuidam do mesmo problema, assim como no Ministério da Agricultura e no Ministério de Minas e Energia. Enfim, há uma série de organismos, de agências do Governo que cuidam do mesmo problema, entretanto, entrando em conflito de áreas de atuação. E já que a irrigação está praticamente dando seus passos iniciais, agora, me parecia conveniente que, desde logo, se cuidasse para que ficasse unificado e, parece-me, seria o INDA, exatamente, aquele órgão que deveria arcar com toda essa estrutura de base, e futuramente, com as possibilidades de recursos adequados a esses investimentos.

Era a sugestão que acrediro até já esteja no relatório, mas que me ocorreu no momento, e que faço.

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — Está na página 14 do relatório:

"Que sejam encaminhados aos órgãos de administração superior recomendações no sentido de que se criem grupos executivos específicos, nos moldes do GEA e outros com poderes e competência legais para coordenar a superintendência de uma política efetiva de irrigação e drenagem no País".

Parece que isto vem ao encontro da preocupação do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O segundo reparo que faço é a respeito da grandeza e, ao mesmo tempo, do dimensionamento da irrigação. Evidentemente, o Brasil é um país que está lutando para sair do subdesenvolvimento, mas não pode tratar dos seus problemas em escala também muito pequena. Tem que fazer estudos integrais da bacia, mas pode ocorrer, no futuro, esse atendimento ficar viésado pela grandeza que se der ao estudo. Pergunto se, no início dos estudos, está o caso do atendimento do simples fazendeiro, isolado numa região; que não tem capacidade de se agregar em cooperativa, de usar a irrigação, nem integrar-se no planejamento geral.

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — Tomei a liberdade de anexar nossas considerações o discurso oficial de encerramento do Encontro. A grande preocupação do INDA é dar ênfase à iniciativa privada. E, neste particular, em hipótese alguma poderá estar afastado o fazendeiro individualmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente queria falar sobre o problema da água tratada. Quando se fala na presença do Ministério da Saúde é a área justamente do saneamento básico.

Queria lembrar ao nobre expositor que estamos saíndo talvez nesta oportunidade para a fase de profundidade do problema da água tratada que infelizmente foi relegada.

Incialmente houve uma Mensagem, no Congresso Nacional, foi elaborado, na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, que predo, um substituto, pelo qual passou a haver a participação do Ministério da Saúde. Finalmente, em novo substitutivo do Senado, ficou o problema do saneamento básico sob a responsabilidade de três Ministérios: o do Planejamento e Coordenação Geral, o da Saúde e o do Interior.

Lembro, ainda, que entre as doenças de maior incidência em nosso País, a esquistossomose não é mais o sepulcro do Nordeste. Nós a importamos, vamos dizer assim, dos testemunhos daqueles que vieram da África ajudar-nos. Ela dominou grandes áreas rurais do Nordeste, e, agora, atinge 70% do interior do Estado de São Paulo. Constitui, inegavelmente, problema de saneamento básico, problema da água tratada para todos os municípios do Brasil.

Então, é preciso que, nos estudos a serem feitos na legislação sobre água, um setor seja também consignado na íntima colaboração com os planos já existentes, porque não podemos, de fato, misturar, não podemos deixar que as duas coisas possam ficar em interdependência que prejudique ora uma área, ora outra área.

Considero talvez o maior problema de nosso País o de saneamento básico, porque dele depende justamente a meta do Governo atual — e tem sido de todos os Governos — a "meta homem". A saúde do povo tem por base principalmente o atendimento do saneamento quer seja na água tratada quer seja no sistema de saneamento das cidades, no que diz respeito a fossas, no que diz respeito a tudo que é problema profundamente humano mas sem ele a recentaminação daqueles que muitas vezes se tratam contudo se contaminam novamente porque não há orientação de saneamento nas grandes áreas do interior quer sejam do Norte quer sejam do Nordeste do Sul e do Centro do País.

Esta a nossa advertência.

Em relação que nos será encaminhada devemos respeitar o que existe nas áreas específicas de água tratada, a fim de ser possível a população de todos os Estados do Brasil desfrutar o melhoramento.

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — Gostaria de chamar a atenção do nobre Relator para o que consta da página 10, Título 14 e 15 (18)

"É de inteira conveniência incorporar certas medidas, aos órgãos estaduais e federais..... endemias..... como diz o título 15....."

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — É certo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Eu gostaria, antes de encerrar, de ter umas considerações a respeito de irrigação, na própria experiência da minha fazenda.

Eu tenho um só filho, que é agrônomo, e há questão de uns oito anos, nós instalamos uma irrigação por aspersão, com motores de MWM, de cem cavalos, podendo irrigar 40 hectares de cada vez e, por safra, 120 hectares. Mas começamos pagando o óleo para motor Diesel, a dois cruzeiros. E pedimos, só de canos de alumínio, mais de mil metros para nossa produção de arroz, sequeiro. Mas, hoje, o óleo está a quase duzentos cruzeiros. Então, parei a irrigação, porque não compensa. De maneira que fiz a irrigação por aspersão (que foi aventureira aqui) mas que agora, a esse preço do óleo, é inexistente!

Não é possível, é antieconômico para quem quiser movimentar um motor para irrigação por aspersão para o cultivo do arroz. De maneira que, hoje, vivo de joelhos pedindo a Deus chuvas, pois tenho uma lavoura de mil hectares de arroz em Campo Grande, Mato Grosso.

Este ano, a estiagem, que lá foi bastante acentuada, prejudicou a parte de arroz em trinta por cento, mas o milho híbrido salvou a situação.

Quanto ao que disse o nobre Senador José Feliciano, a respeito de Urubupunga, vou tomar um pouco a defesa. Aquilo é uma espécie de filho meu. Quando fui Governador dei a idéia da construção dessa usina e val permitir a eletrificação rural, está no plano de eletrificação rural e, com isso, não será difícil uma irrigação baseada na eletricidade, muito mais barata, sem comparação mais econômica que essa de motores de exploração.

Esses eram os dados que queria trazer aqui e também dizer ao Dr. Virgílio Galassi que ele fez a menor exposição das onze trazidas a este Plenário, mas, como dizem no meu londrinho Mato Grosso, curta e grossa.

O Senhor falou pouco mas talvez nós não tenhamos tido, aqui, um assunto de tanto interesse como o da irrigação, que é matéria completamente nova para os brasileiros.

Como parceiro posso dizer: é uma criança que está nascendo, e os nossos votos, os nossos esforços são para que ela ganhe a maioria e possa servir ao nosso Brasil. (Muito bem.)

O DR. VIRGÍLIO GALASSI — Permita um esclarecimento V. Exa abordou, com muita oportunidade, o problema da eletrificação rural.

Temos, aqui, à página 13, uma referência a ela.

"Que, sempre que possível, integrar a irrigação com a eletrificação rural!"

Este Encontro de Irrigação e Drenagem surgiu talvez em decorrência daquele que, o ano passado, o INDA promoveu sobre eletrificação rural, em outubro de 1967.

Tínhamos em nosso poder, solicitações da ordem de vinte milhões de cruzeiros novos de projetos de eletrificação rural. Após aquêle Encontro, em cinco meses, nós tivemos a alegria de encaminhar ao BID uma proposta de duzentos milhões de cruzeiros novos, para eletrificação rural no País.

Aquêle interesse demonstrado por todo o País nos levou a promover este Encontro de Irrigação e Drenagem, talvez porque ela só possa realmente ser feita com auxílio da eletrificação rural.

No Sul há um contraste. A eletrificação rural, devido o custo da energia, será muito dificultada. Mas, talvez isso possa e deva ser corrigido por uma legislação específica sobre o custo de energia elétrica para o assunto, irrigação e drenagem e para uso nas fazendas, em outros municípios.

Acho que V. Exa. abordou com muita propriedade o problema da eletrificação rural, mas o INDA sente-se tranquilo porque está dando ao País a sua contribuição.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, queria, neste momento, dizer a V. Exa. que estaremos em Araguari neste fim de semana, juntamente com o nosso companheiro João Abrahão e outros. Tivemos da parte do INDA uma colaboração apreciável, colocando à nossa disposição uma viatura para essa viagem. Por isso, gostaria de deixar consignado na ata dos nossos trabalhos a presença da Comissão Mista de Agricultura, do Senado e da Câmara dos Deputados, na exposição de Araguari, como também em outras. Porque, depois da Semana Santa, teremos também uma exposição importantíssima em Londrina, hoje considerada também uma das maiores exposições agropecuárias do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria de sugerir ao Deputado Breño da Silveira que fôssemos — não em Araguari, porque já não há mais tempo — mas na Exposição de Londrina, oficialmente pela Câmara e pelo Senado, porque assim pouparíamos as finanças da Comissão. Temos de fazer economia e quando pudermos ir oficialmente, com a verba do Senado e da Câmara, seria melhor. Não pode ser no caso de Araguari, por premência de tempo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quero ressaltar que o oferecimento do INDA veio a calhar no espírito de economia que domina a Comissão. Parece-me que a V. Exa. caberá, como Presidente, e com a Assessoria da Comissão, providenciar para que possamos ir oficialmente, sem a necessidade de participação financeira das verbas específicas que não nos são afetas. Durante os próximos três meses, a partir dessa Exposição de Ara-

guari, teremos os maiores conclave de pecuária no País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria de saber do Sr. Deputado Breno da Silveira se tem alguma forma de se comunicar através de algum Deputado do Paraná, para providenciar o convite oficial às duas Casas do Congresso, bem como a maneira de se obter uma verba de representação.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Na Câmara temos o Sr. Deputado Justino Pereira, que é o incumbido pelo Governo do Paraná e pela Secretaria de Agricultura para a organização da Caravana.

Considero que seria interessante para nós ouvirmos do visitante algumas palavras sobre o que assistiu aquí.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI — Srs. Congressistas, eu e meus companheiros estamos imensamente orgulhosos de ter podido comparecer a esta Comissão, porque representa para nós um estímulo.

Esta preocupação dos ilustres representantes em tomar conhecimento daquilo que se faz ou tenta fazer é, realmente, motivo de regozijo para nós, que, diariamente, estamos enfrentando inúmeras dificuldades.

Sou muito grato pela consideração, pel abondade com que todos me receberam.

Espero que o meu Departamento de Desenvolvimento Rural, que já está sediado em Brasília, desde o ano passado, possa servir, até certo ponto, de uma biblioteca, também para conhecimento de V. Exas, naturalmente, dentro do espírito prático e daquilo que se quer ver realizado.

Muito obrigado e aqui deixo a minha disposição de, sempre que preciso fôr, comparecer a esta Casa para trazer colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaríamos de acrescentar que nós não queremos apenas saber, mas tomar parte, também, através das nossas funções nas duas Casas do Congresso, para a implantação desse parte inicial da irrigação no Brasil.

Está encerrada a reunião.

ANEXO DA ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 1968

Integra do apanhamento taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, antes de V. Exa. ter a iniciativa de dar a palavra ao Dr. Oscar de Aguiar Rosa, eu queria dar, rapidamente, a V. Exa. e à Comissão, ciência da nossa atividade na última semana, quando fomos à Exposição de Araguari, oficialmente representando esta Comissão.

Quero, de inicio, ressaltar a grande oportunidade que nos foi possibilitada, quando o Dr. Virgilio Galassi, Diretor do INDA, nos cercou de todas as atenções, inclusive colocando uma camioneta do INDA à nossa disposição todo o tempo, para que a nossa comitiva nella viajasse.

O Dr. Virgilio Galassi, grande líder ruralista na zona de Uberlândia, Uerbara e todo o Triângulo Mineiro, expressa uma autenticidade a mais absoluta nessa liderança.

Da parte do Dr. Geraldo Neves, Presidente do Sindicato Rural de Araguari, e também do Prefeito daquela cidade, recebemos ótima acolhida. A

Exposição foi uma das melhores a que temos assistido. Não entramos na parte relativa diretamente à Exposição mas, principalmente, à grande oportunidade que tivemos de ter contato com o Sindicato Rural da Região.

Foi coordenado pelo Dr. Virgílio Galassi um encontro entre a nossa comitiva e os fazendeiros, à noite na Associação Comercial de Araguari e um dos assuntos principais que tivemos ensejo de debater foi o contrato da SUNAB no que diz respeito ao abate de gado com o Grupo T. Maia, na base de sessenta contos livres de todas as despesas. Foi a denúncia que tivemos inclusive sobre o controle deste gado abatido em São Paulo que é levado praticamente num funil.

A reclamação é a de que este contrato precisa ser revisto, o contrato da SUNAB com o Grupo T. Maia.

É assunto que a nossa assessoria terá que requisitar elementos para termos detalhes do mesmo.

A parte de altos — temos uma exposição do Sr. Altamiro, grande técnico do Ministério que deverá também fazer declarações a esta Comissão — foi problema longamente debatido. São raros os lugares onde vacinam contra a aftosa. Inclusive há falta de técnicos para aplicação. Muitos não têm nem possibilidade de comprar a vacina. Seria até interessante, para os mais abastados, que um banco fizesse financiamento — Banco do Brasil ou um banco regional qualquer. É um assunto importante, mas, de maneira geral, a tese levantada seria a vacinação obrigatória para o rebanho bovino; inclusive para o abate e a passagem em barreira deveria ser exigido o certificado da vacina contra aftose.

Uma sugestão que estamos amadurecendo, de outras reuniões, seria a da vacinação obrigatória a ser aplicada gratuitamente. Com o correr dos tempos poderia ser financiada para aqueles que pudessem. Seria um tipo de vacina como acontece com a da varíola.

Outra questão é a do crédito que, aliás, é um mito. O Sindicato Rural não tem a menor influência. O problema de crédito está sujeito a uma série de fatores, até a questões de afetividade. Inclusive a agiotagem campeia hoje no meio rural. Cobram juros de 15, 20% até. Quem tem problemas, por exemplo, na sua família, não tem outro recurso senão o da agiotagem, porque o gado está desvalorizado, o custo de vida elevado e a mão de obra escassa. Em certas regiões do Triângulo Mineiro o operário está exigindo cinco cruzeiros novos por dia.

As reclamações contra o IBRA são graves. A tributação do IBRA ninguém aguenta.

O ICM, também. E principalmente o imposto que é cobrado pela fiscalização rural, fiscalização de jipes, inclusive com armas embaladas, onde qualquer cão que transita nas estradas é preso, e mesmo que não vá para abate, indo de uma fazenda para outra, ou para invernada, é preso e só é solto depois do pago o tributo, que é altíssimo, em média de 15 a 20 cruzeiros novos por cabeça.

Reforçamento. Não se fazem novas plantações, porque para qualquer derrubada da mata não há qualquer orientação, não há nenhuma porque, para isso, para qualquer derrubada de mata não há nenhuma orientação nenhuma ajuda, e vem logo a fiscalização federal e embarga e, também, elas não estão tentando fazer novas plantações nenhuma zona.

O Dr. Altamir lembrou que o país chegou a exportar mais de 100.000 toneladas de carne, resultando, inclusive que havia principalmente, no momento, uma falta de cumprimento — de acordo com seu ponto de vista — por nossa parte, de muitos acordos internacionais, em decorrência, muitas vezes, de intromissão da "SUNAB".

o que tem prejudicado de muito o problema da exportação de carne.

Um dos assuntos que S. Sr. focou foi o de que, muitas vezes, o Ministério formula uma política e vem a "SUNAB" e, afinal, impede a exportação de carne, compra carne de fora, etc., etc..

O SR. PRESIDENTE (Senador Corrêa da Costa) — Foi dito, em depoimento nesta Comissão, que os contratos para exportação de carne brasileira atingiram a 20.000 toneladas, das quais já tínhamos cumprido, até o mês de março, 3.000 toneladas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E S. Sr. falou que, anteriormente, chegáramos a exportar 100.000 toneladas de carne por ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Corrêa da Costa) — Ou seja, estamos exportando, agora, cinco vezes menos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Ele ressaltou que um dos papéis da Comissão seria a retomada de planos de estoque, de abate com critérios mais consentâneos com estudos feitos pelo Ministério.

Outro caso sério é o abate indiscriminado de fêmeas.

A matança indiscriminada de vacas e novilhos é algo sérrissimo. Não há a menor fiscalização. Praticamente, em cada vaca abatida, há um bezerro e gestaño, há um feto. É impressionante a continuação desordenada dessa matança.

Os assuntos debatidos foram, em si, esses que mencionei.

O Dr. Luiz Carlos Veiga, que nos proporcionou uma brilhante exposição sobre inseminação artificial, durante duas horas, inclusive com projeções interessantes e em linguagem acessível aos fazendeiros presentes, será um dos nossos convidados, se esta Comissão assim o entender.

Sr. Presidente, desejo agradecer a acolhida que nos dispensaram o Prefeito de Uberlândia, onde ficamos hospedados, o Prefeito de Araguari, o Dr. Virgílio Galassi, Diretor do INDA, o Sr. Geraldo Debs, do Sindicato Rural.

Lembraria ainda a V. Ex^a que temos três programas a cumprir em nome desta Comissão, a saber: Londrina, de 13 a 21; Uberaba: de 3 a 10 de maio, e atos, de 19 a 26 de maio.

Nesta cidade será realizada a "Festa do Milho", grande concentração agropecuária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Depois de ouvido o relatório do nobre Deputado Breño da Silveira, passo a palavra ao Sr. Oscar de Aguiar Rosa, Diretor do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Conforme a praxe, S. Sr. primeiramente fará uma exposição sobre o assunto e, depois, responderá às perguntas dos componentes desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Oscar de Aguiar Rosa.

O SR. OSCAR AGUIAR ROSA — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, devo inicialmente dizer da honra que sinto de estar na presença de Vossas Excelências, hora esta tão grande quanto a humildade com que, dadas minhas limitações, me ponho à disposição para responder às perguntas que me foram formuladas.

O Ministério da Agricultura se encontra na fase de implantação das reformas administrativas. E com essa reforma houve uma mudança sensível na filosofia dos trabalhos do Ministério da Agricultura.

Nós estamos — procurando descentralizar os nossos serviços e centralizar o planejamento dos mesmos. O Departamento que eu dirijo, que era, segundo nós próprios dizíamos, de setenta, ou essenta por cento do Ministério da Agricultura (os Se-

nhores devem conhecer perfeitamente este fato) sofre uma transformação radical.

O Departamento de Promoção Agropecuária que tratava, não só com a produção animal como da vegetal, hoje se restringe à produção vegetal, se transformou, num escritório de Produção Vegetal. É um escritório central de planejamento, com órgãos correlatos, nos estudos destinados à execução daquilo que é planejado.

Desse forma, nós estamos já — desde o ano passado — como pincelados. O Ministério da Agricultura foi pioneiro na questão da reforma. E o nosso Ministro, depois que tomou conhecimento da Lei 200, achou que tinha que cumprir-la imediatamente e partiu logo para o restabelecimento dessa reforma. De modo que nós vimos trabalhando através de decretos baixados pelo Sr. Presidente da República, Portarias Ministeriais, trabalhando dentro desse novo espírito.

Assim, o Departamento de Promoção da Pecuária, hoje escritórios de produção vegetal, têm a sua cargo a defesa sanitária da produção vegetal, a classificação e padronização dos produtos de origem vegetal e trabalhos de fomento, principalmente com relação à cultura e subsistência a plantas industriais, a corretivos e fertilizantes, assim como a produção de sementes e mudas.

Estamos convencidos de que, com esta reforma, o Ministério poderá melhor atingir os seus objetivos junto ao agricultor e levá-lo a uma melhoria de aplicação de técnicas avançadas de agricultura.

Durante muitos anos, preparamos-nos com serviços, em nossas bases físicas, em nossos postos; acreditando que muitos dos Senhores, ainda hoje achem que essas bases tinham certa importância. Nós já modificamos essa opinião. Achamos que, por exemplo, que o nosso trabalho deve ser normativo e de incentivo à iniciativa privada.

Essas bases só são necessárias para o setor de pesquisas. Achamos que o Ministério, em vez de produzir, deve promover a produção junto ao agricultor, dar aquele trabalho que nós podemos fazer nos postos agropecuários plantando alguma coisa.

Ele não tem uma difusão, a difusão que deveria ter atingir a maioria de agricultores e os demais não tomam sequer conhecimento do que se passa. Assim, em vez de ficarmos absorvidos com esses trabalhos que resultam em nada produzir, porque as verbas são insuficientes para trabalhos de maior envergadura, devemos procurar o agricultor, nas suas propriedades, e fazer aquilo que poderíamos fazer na propriedade do agricultor, ajudando-o que for possível, através de patrulhas mecanizadas, procurando levá-lo às fontes de crédito, de modo a que haja um trabalho mais produtivo do fomento.

Por esta razão é que estamos pensando em melhor utilização de alguns desses postos. Temos cerca de 270 postos agropecuários no País, a maior parte deles sem nenhuma influência no meio agrícola. Estamos procurando uma destinação para esses postos — ou cedê-los às Prefeituras, para instalarem escolas rurais ou para o INDA fazer colonização ou para o IBDF fazer reflorestamento.

Há alguns trabalhos a fazer nesses postos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — Matão, por exemplo, Sete Lagoas.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Um desses trabalhos diria-se a multiplicação da semente básica, aquela que devemos receber dos institutos de pesquisa geralmente em pequena quantidade, para depois de fazermos a multiplicação, cedê-las

aos produtores de sementes. E não fazemos só isso — produzir sementes naqueles postos — mas levamos também essas sementes aos agricultores. É uma atuação junto ao agricultor e não mais como usualmente fazíamos, só dentro dos postos, com os nossos técnicos preocupados com as verbas que recebiam, com prestações de contas fazendo trabalho administrativo, sem sair da repartição, sem visitar o agricultor. Na parte de produção de sementes queremos dar uma ênfase tórica especial a esse nosso trabalho. Pretendemos transferir esse setor de produção de sementes para a iniciativa privada. É verdade que em muitos Estados já isto está nas mãos da iniciativa privada, mas sabemos que grandes regiões do País, no Norte, no Nordeste, os produtores ainda ficam na dependência do sistema de revenda do Ministério, de comprar aqui para vender ali, dependendo, enfim, todo ano, dessa situação de liberação de recursos. Acientes que, às vezes, na época apropriada, não têm os recursos em mãos, na época do plantio, perdendo, assim, a oportunidade de poderem plantar ficando, portanto, nessa dependência de aquisição de recursos.

Na verdade, com essa nova metodologia de trabalho, sentimos que os recursos que nos são destinados são cada vez mais insuficientes, porque hoje temos uma máquina administrativa enorme. São os trabalhadores, os postos, o pessoal administrativo, etc., e queremos partir para uma ação mais técnica, de modo a que possamos ter mais técnicos, mais gente especializada capaz de ajudar ao agricultor. Vemos, entretanto, que os recursos terão que ser maiores. Infelizmente, porém, o que vemos é uma redução anual dos recursos da Agricultura. Já tivemos 5% ou pouco mais do Orçamento da União e no ano que vem, pelo Plano Trienal, baixaremos para menos de 2%. Sentimos essa dificuldade e tememos pelo sucesso da ação do Ministério da Agricultura no desenvolvimento, na ajuda à pecuária nacional.

Eu não gostaria de me alongar, mas porá à disposição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O ilustre deputado Dr. Oscar de Aguiar Rosa, abordou, assim, pela ramo, vários aspectos do Departamento que dirige.

Desnecessário se torna dizer que, apesar de ter regredido nos seus 60% originais do Ministério para sua função é de grande importância, e, dentro desse aspecto, responsável na promoção da agropecuária brasileira.

Há gostaria aqui de fazer ligeiras indagações a respeito da nova política do Ministério, que a bem se frise, em boa época houve agora essa mudança de orientação, mas que a mim parece ainda sujeita a grandes falhas. Note-se que o Ministério, durante a época do plantio das várias safras brasileiras tem uma política perfeitamente compreensível pelas diretrizes que V. S. ai delineou rapidamente. Mas na época da safra, da colheita, o Ministério, através de uma outra política hoje inteiramente ligada a ele, que é a SUNAB adota outra política.

Então existe um choque, sempre flagrante, entre a política de fornecimento e a política de comercialização. E eu então pergunto, especificamente: acha V. S. que a SUNAB não é um óbice ao desenvolvimento dessa política de produção do Ministério?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Sr. Deputado, temos que reconhecer que, em certos casos, se verifica isso que V. Exa. acaba de dizer.

Mas, por outro lado, a SUNAB, de certa forma, tem uma importante missão a cumprir. E' de fato um grande problema no País a comercialização de nossa produção.

Acredito que isto seja de fato o grande ponto de estrangulamento da produção agropecuária, ou seja, a parte da comercialização. Mas, ai, interfere grande número de fatores. Fatores de toda espécie, com uma infra-estrutura que eu acredito que possa ser superada, mas que ainda levará algum tempo.

São problemas de transporte — de estradas, a dependência do transporte rodoviário a falta do transporte ferroviário que viria baratear a comercialização. E, ainda, uma planificação da produção. Há áreas de superprodução e onde a infra-estrutura não está desenvolvida, com dificuldades de escoamento de produção. Todos os anos temos o problema da batata do Paraná e não se tem conseguido uma solução, embora já este ano tenhamos tomado providências que, pensamos, veio corrigi-lo. E' uma série de problemas que estrangulam o escoamento da produção e esse estrangulamento se verifica justamente na fase de comercialização. Mas, uma série de medidas têm sido tomadas para melhorar essa situação. E' a questão dos preços mínimos, é a questão da construção de armazéns e silos para estocagem desses produtos e há, ainda, a ação reguladora da SUNAB. E' possível que esta tenha errado em alguns casos e continue errando em muitos casos, mas acreditamos que a função dela é importante, uma vez bem compreendida.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Peço desculpas a V. S., mas insisto na pergunta. Ela é importante para a produção ou para o consumidor?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — A SUNAB deveria ser importante tanto para um como para outro, deveria estar justamente situada na posição de reguladora da produção.

Devia estar em condições de movimentar essa produção e entregá-la ao consumidor na época apropriada, jogar a produção de onde ela existe para as zonas onde a é necessária. E' uma questão de organização e estudos já existem bem feitos nesse sentido e acredito que iremos melhorar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Os depoimentos que temos ouvido na Comissão e fora dela, como agora testemunha o Deputado Breno dan Silveira, do que aconteceu em Araguari, são uma grita geral dos produtores contra a SUNAB, que tem tentado interferir, quer seja na comercialização de carne, quer seja na produção agrícola, o que vem causando efeitos negativos no que concerne à produção, provocando o aceleração de descentralização da agropecuária. E' uma pergunta que fará fura as finalidades específicas da Comissão, mas eu tenho insistido porque, sendo a Comissão instituída para pesquisar as causas do estrangulamento da produção, me parece procedente que as autoridades ligadas à produção sejam ouvidas sobre a questão.

V. S. deu seu depoimento, não querendo pôr-se frontalmente contra a SUNAB, mas me satisfaiz plenamente.

A outra pergunta que queria formular é a respeito da Carta de Brasília, que estabeleceu prioridade para determinados produtos nas várias reuniões do País.

Ela minha qualidade de representante da Bahia, note a disparidade. O algodão, por exemplo, que na Bahia é a lavoura predominante, ficou fora da prioridade para o Estado na Carta de Brasília.

Já tive oportunidade de conversar sobre o assunto com o Sr. Ministro

da Agricultura e S. Exa. disse que, posteriormente, o problema seria estudado. Soube que revisão dependeia de o Ministro da Agricultura entender que a prioridade fosse cabível. Gostaria de ter um esclarecimento de V. S. a respeito.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Ficou estabelecido no último Congresso de Agropecuária, onde foi promulgada a Carta de Brasília, que todos os anos se realizará novamente esse Congresso, inclusive em regiões diferentes do País, e que nesse conclave se estudaria a revisão daquilo que a Carta preconiza e, nessa ocasião, se faria, então, a introdução d'aqueles produtos que ficaram de fora.

De modo que para este ano está prevista a realização de novo Congresso de Agropecuária, onde se discutirá a Carta de Brasília e onde haverá oportunidade de serem corrigidas determinadas falhas.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. S. disse, no início do seu discurso, que o Departamento de Promoção Agropecuária que agora dirige...

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Atualmente é Escritório da Produção Vegetal, ficando a parte de produção animal separada do nosso setor.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Uma Comissão Parlamentar de que foi Vice-líder aqui no ano anterior, se não me engano, o Deputado Maciel Terra, recomendou, na ocasião, ao Executivo, que instalasse uma secretaria para assuntos pecuários, no Ministério. Posteriormente o Dr. Faria, que é o atual Diretor do Departamento de Defesa e Inspeção da Produção Animal disse que, na estruturação atual, não ficou propriamente criada essa Secretaria, mas que o Departamento de Defesa Sanitária se encarregaria, do futuro, de todas as questões atinentes à pecuária. Pergunto a V. S. se a secretaria estaria atendida com a criação do departamento de defesa animal.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — E' apenas uma questão de denominação. Tinhamos o Departamento de Agropecuária e o Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária. Só por uma questão de separação é que ficou a parte vegetal com o Departamento de Promoção Agropecuária, e a parte animal ficou com o Departamento de Defesa. Mas o Departamento de Defesa perdeu as características próprias e restou, apenas, um Escritório de Produção Animal, que abrange todas as atividades pecuárias do país.

São dois escritórios, hoje em dia: um para a parte animal e o curso para a parte vegetal.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — E por que?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Porque, pela estrutura que existia, havia duas Diretorias. Assim sendo, ficou uma com a parte animal e a outra com a parte vegetal.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O Serviço de Informação Agrícola — SIA — ao que me parece e pelo que se fala muito ultimamente — só se se é exata a informação — está para ser extinto.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Ainda existe e, agora, passou a ser uma equipe que funciona junto ao Escritório Central do Planejamento e Coordenação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Pergunto: esse Serviço se acopla convenientemente com o Departamento que V. S. dirige, da divulgação de pesquisas e de trabalhos do Ministério, ou acha V. S. que existe falha de funcionamento ou de meios de divulgação no Ministério a respeito dos trabalhos, que permitem chegar — já não digo se grande la-

vrador — mas ao médio e pequeno lavrador, esses trabalhos especializados do Ministério?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Reconheço, Sr. Deputado, que, até aqui, tem havido falhas e que não tem havido esse entrosamento, e que não há a divulgação de merecimento haver. Isso se deve, principalmente, à falta de recursos. A divulgação, hoje, é bastante cara, e esse Serviço não tem tido recurso suficientes. Agora se está procurando dar uma estrutura adequada a esse serviço a fim de que ele possa contar com recursos para fazer essa divulgação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Acho que o Ministério tem trabalhos realizados, inclusive muitos deles importantes, e que ficam inacessíveis aos produtores brasileiros.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Sem dúvida nenhuma. Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. S. acha que a maneira de sanar essas deficiências seria prorrogar o Serviço de mais recursos?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Havia essa disponibilidade de recursos, que se espera conseguir. — Na verdade, não havia um maior entrosamento entre esses serviços e os órgãos técnicos. Existiam publicações esparsas, sem essa entrosamento. Os próprios técnicos do Serviço de Informação Agrícola publicavam aquilo que entendiam, sem audiência dos órgãos técnicos.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, agradeço as respostas que me foram dadas pelo Senhor Oscar de Aguiar Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, desejava saber do nosso convidado como estão funcionando os Institutos.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Estão funcionando bem, agora. O Sr. Ministro da Agricultura tem dado grande importância à pesquisa e muita ênfase aos trabalhos que visem à obtenção prática de novas sementes, momentos melhoradas, principalmente, enfim, melhorar o setor da agricultura.

Tenho estado em contato com o nosso Ministro da Agricultura e com o pessoal técnico da pesquisa, e eles me têm dito do seu entusiasmo pelas idéias de S. Exa., com respeito à pesquisa, inclusive no que se relaciona com os Institutos lá do Nordeste e Norte, os mais modestos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Têm faltado recursos para esses Institutos?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — V. Exa. não desconhece que a pesquisa é sempre dispendiosa.

O SR. GENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Conhece V. S. o Instituto Agro-nômico de Oregon, no México, onde foram criadas as primeiras sementes de trigo, e hoje serve de exemplo para o mundo inteiro, inclusive para o Paquistão que, em três anos, já é auto-suficiente.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Não conheço.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O trigo é a cultura essencial à Nação. Por instância nossa, há vários anos foi criada a Ação Moageira no Rio Grande do Sul, presidida pelo Senhor Aristides Germâni. Apesar do esforço dessa Ação Moageira, a cultura do trigo tem sido pouco incrementada. Enquanto o Paquistão, que há quatro anos importou 350 toneladas de trigo-anão do México e neste ano produziu 6 milhões de toneladas, e a Índia, baseando-se no exemplo paquistanês, já está com resultados fabulosos, enquanto esse dois países se desenvolvem, o Brasil continua a importar. No ano passado importou 186 milhões de dólares. Essa im-

portação só torna cada vez mais difícil, a ponto de não podermos fazer um acordo razoável, pois, quando vamos comprar, já é tarde e o fazemos por preço mais alto.

Por que o Governo não cuida de importar a semente?

A Genética está fraca no Brasil. Ela é importante, mas em nosso País ter sentido diferente. Fala-se em Genética e mais Genética, e nunca se fala de Genética.

Tenho experiência de dez anos. Plantei trigo em Capão Bonito e não encontrei quem o comprasse. Apoderei-me.

O Governo devia fazer alguma coisa, dentro do IPEAS, como em Juíze de Castilhos ou em qualquer estação do Paraná, que já tem boa semente. E como, se não me engano, Curitiba que tem também. Portanto, se o Brasil é um país que cada vez mais necessita do trigo, porque não se dedica a conseguir alto-suficiência de trigo? Porque, se V. S. diz que vai entregar isto a empresas particulares devia estudar o assunto imediatamente, com homens que não fossem ligados diretamente aos trustes internacionais do trigo. Porque o interesse dele é vender trigo e não produzir trigo no Brasil.

Agora mesmo cooperam em Fortaleza, em Natal, na Paraíba, tomando conta da produção do trigo do Brasil. Se não abrirmos os olhos não temos dinheiro para comprar trigo dentro de pouco tempo, porque este ano já vai subir novamente o seu custo. E de alto interesse para a Nação, e o Ministério compõe-se de homens de trabalho (eu os conheço) que poderiam então, orientar, primeiro, a meu ver, importar essa semente de trigo do México, corrigindo o PH do solo, estudando o nitrogênio do solo que é muito importante, e começando com o campo de cooperação com particulares, a fim de que tivéssemos um Brasil melhor!

De forma que, eu queria saber se há alguma coisa sendo feita, neste ponto?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — O Ministério tem ligado para este setor. O Ministro pensa como o Senhor também. Ele acha que temos de fazer alguma coisa com respeito ao trigo e justamente tem coordenado esses Institutos, a fim de acelerá-los para que isso se realize realmente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O Embaixador Pio Corrêa, com quem estive na inauguração da Ponte de Concórdia, quando perguntei-lhe: "Como está o nosso negócio do trigo?", ele me disse que estava estudando o assunto e que parece que haviam comprado 350 mil toneladas de trigo.

Quando acabou a Segunda Guerra Mundial o que aconteceu com o Brasil? A Argentina recebeu preço maior da Europa e nós ficamos sem trigo. Servimos de pára-choque, quando não precisam; quando precisam de dinheiro, servem a quem paga mais caro. Há um estudo de troca de trigo por produtos de aço, de que elas precisam, mas estão recusando grande dificuldade nisso.

A nossa posição é a de enfrentar com coragem, como fez o Paquistão, na mesma latitude do Brasil, em condições inferiores à nossa e que, em abril deste ano, comece a safra de seis milhões de toneladas e não tinha nada. Este ano, já está auto-suficiente. O Brasil continua com suas 500 mil toneladas até agora, o que é um absurdo.

De sorte, Dr. Oscar de Aguiar Rosa, que V. Exa. poderia transmitir ao Senhor Ministro da Agricultura a nossa preocupação imediata. A colheita do trigo, começa agora no México, no verão...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Senador, permita-me interromper-l-o, eu de há muito tempo ouço falar que uma das razões principais do problema do tri-

go é, realmente, o domínio do trigo que existe no Grupo Bunge-Born, na distribuição da farinha, ao Brasil. Perguntaria a V. Ex^a, tão profundo connector do assunto, no campo nacional e internacional, se está presente este grupo na área do trigo, ainda, em nossos dias?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Esses moinhos do Ceará e do Rio Grande do Norte foram eles quem compraram. Estão comprando tudo e ficando com tudo nas masas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Informou um colega nosso do Senado que querem comprar o moinho dele na Bahia.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — sei, é o quanto que querem comprar. O Ministério precisa intervir nisto com urgência.

Fiz vários discursos no Senado sobre o trigo, cito sempre o caso da cana de açúcar, plantamos cana de açúcar sem saber o que vai ser, são experiências permanentes, demoram dezoito meses para saber se ela presta ou não, para o trigo bastam cinco meses.

O Banco do Brasil financia os plantadores de cana e eles estão vencendo bem ou mal. Não tem um moageiro que plante um pé de trigo no Brasil. Não sei porque, deve haver alguma coisa.

Eles realmente estão comprando todos os moinhos de trigo do Brasil, compraram o do Norte, compraram o do Nordeste e estão querendo comprar o da Bahia. Daqui a pouco não haverá moageiro e aqueles que restarem ficam em situação de inferioridade tão grande que não têm condições.

Há também a questão de sementes.

V. Ex^a disse que está na parte de produção vegetal, o que é muito importante. Esses escritórios devem ter maior autoridade de reagir com relação aos problemas que ocorrem. O Orçamento plurianual vai a dois por cento, o Ministério está liquidado (*Risos.*)

Digo isto para ficar gravado nos Anais do Senado.

Geralmente, o Departamento de Agricultura é o quarto em Orçamento da União e ninguém sabe onde ele anda. Cada vez o País precisa de mais alimentos. A América Latina tem importado 800 milhões de dólares de alimento todo ano. Como sair dessa deficiência? Desenvolvendo a agricultura. E outra coisa que V. Ex^a poderá levar ao Sr. Ministro.

V. Ex^a falou em campos de cooperação. Fizemos alguns em São Paulo, em 1935, quando Presidente da Bolsa de Mercadorias do Estado. Criamos uma lavoura tão grande que chegou a produzir 450 milhões de quilos de algodão — V. Ex^a se lembra bem — uma produção muito boa. Naquela época eram dois os agrônomos — Cruz Martins, do Instituto Agrônomico de Campinas e Garibaldi Dantas, Classificador da Bolsa de Mercadorias, sob a minha Presidência. Fundamos 450 campos de cooperação no Estado de São Paulo e vislamei quase todos eles.

Sem uma ação rápida e dura de alguém no Ministério — nesse caso V. Ex^a — não sairemos desse embate. Daqui a pouco vamos ficar sem dinheiro para comprar trigo e no fim só aqueles subsidiários que têm crédito no exterior poderão fazer alguma coisa e, então, os brasileiros sejam liquidados.

Os campos de cooperação são necessários não só para o trigo, mas para o arroz, algodão, soja e outros produtos que V. Ex^a tem em mente. Hoje, conheço pouco sobre agricultura, mas estudei bem o assunto quando Ministro da Agricultura.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — São as culturas que chamamos de prioritárias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — É preciso dispor de homens capa-

zes, mandar técnicos acompanhar a agricultura, arranjar financiamento no Banco de Crédito Cooperativo ou no Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, para tocar esse assunto com rapidez ou então vamos ficar para trás, principalmente com a população atual do Brasil que já atinge cerca de noventa milhões de habitantes. Assim, se não tivermos um aumento de produção agrícola estaremos liquidados, pois não teremos condições de sobreviver. A pergunta seguinte: qual a verba destinada ao Escritório de Produção Vegetal?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Como disse, nobre Senador, este ano já estamos com a verba bem reduzida, com os cortes que fizeram.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Deveria sólamente haver aumento para a agricultura, nunca cortes.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Para as verbas chamadas Verbas Investimentos, 4.20, contamos para o desenvolvimento da produção vegetal com NCrs 2.736.000 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil cruzeiros novos). Para o Plano Nacional de Sementes Melhoradas: NCrs 3.200,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros novos).

Para as verbas chamadas Verbas Investimentos, 4.20, contamos para o desenvolvimento da produção vegetal com NCrs 2.736.000 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil cruzeiros novos). Para o Plano Nacional de Sementes Melhoradas: NCrs 3.200,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros novos).

Para as verbas chamadas Verbas Investimentos, 4.20, contamos para o desenvolvimento da produção vegetal com NCrs 2.736.000 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil cruzeiros novos). Para o Plano Nacional de Sementes Melhoradas: NCrs 3.200,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros novos).

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — De fato. Hoje, por exemplo, estamos, através do fundo, realizando uma série de projetos para os Estados. São projetos com que nós queremos, mais ou menos, causar certo impacto e alguns resultados nas zonas de produção. Então, devemos, por exemplo, escolher certas zonas de produção nos Estados, como milho, feijão, arroz, etc., ou seja, 20, 30 ou 40 propriedades e ali então entrarmos com o nosso trabalho, em cooperação com a ACAR, de assistência efetiva, inclusive, talvez, neste primeiro caso cedendo corretivos, fertilizantes, trabalhos de máquinas, de riego, fazer uma demonstração na região, unindo agricultores, fazendo palestras e fazendo-as assistir aos trabalhos para causar um impacto e levá-los a uma melhoria no nível tecnológico.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Com relação à correção de terras e análise de solos, o seu Escritório tem ligação com o problema?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Tem relação, sim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Em Campinas há um laboratório com capacidade para 200 análises, em Brasília, em para 100 análises e no Rio Grande do Sul, quando estávamos em Pelotas, estávamos instanciando um com capacidade para 400 análises. Estão funcionando esses laboratórios em cooperação com o Escritório?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — A parte de análise de solos não é com o Escritório. Fazemos o fornecimento do uso de corretivos e fertilizantes. Estamos, inclusive, preparando um plano nacional de fertilização.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Creio que o seu Escritório deveria coordenar tudo isso. Sem uma análise certa do solo, o Escritório não vai acertar. O senhor deve ter em mãos dados seguros com relação ao solo. Primeiramente, a parte corretiva, de ácidos e de calcificação por exemplo, se faz de acordo com a região, e a segunda parte, de adubação, se faz de acordo com o nitrogênio e outros minerais. Se o Escritório não tiver dados seguros não vai dar certo. Já que se faz a separação aconselho o senhor a tomar o pão na mão, porque senão vai ficar como a agropecuária, que ninguém sabe onde está. Já que separam, acho que o seu Departamento deve pegar desde a rotação de cultura, fertilização do solo, correção de solo, das semelhas analises do solo até a colheita. Porque a única maneira de saber se está errado é acompanhar de perto.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Atualmente, nenhuma, Senador. Mas em nosso trabalho de fomento, de assistência ao agricultor, procuramos levá-lo ao Cooperativismo, a se unirem os agricultores em cooperativas.

Nessa parte de distribuição de sementes, por exemplo, procuramos criar essa mentalidade, de produtores de sementes se organizarem em cooperativas, muito embora essa parte de cooperativismo, hoje, esteja ligada ao órgão vinculado ao Ministério, que é o INDA.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Com relação à ABCAR e suas sub-

sidiárias, como a ACAR e muitas outras, qual é a situação? Cada Estado tem uma denominação?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — A ABCAR, de modo geral, tem diversos escritórios estaduais, cada um com uma denominação. É um órgão de extensão. Ela faz uma parte dos nossos serviços, ou melhor, o serviço completo de extensão em certos estados em que nós ainda não entramos. Isto é, na parte de assistência social e nós ficamos na parte de assistência técnica ao passo que a ACAR com aquelas professoras de Economia Doméstica, geralmente, acompanham essa assistência.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Eu sempre entendi que a ABCAR era baseada nos estudos dos 4 "S" que eu conheci em Chicago, em 1967, isto é: saber, sentir, saúde e servir. Portanto, deve estar ligada diretamente ao seu escritório, porque, igualmente, se o Sr. está ensinando a produzir sementes boas, deve ficar ligado ao ACAR.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — De fato. Hoje, por exemplo, estamos, através do fundo, realizando uma série de projetos para os Estados. São projetos com que nós queremos, mais ou menos, causar certo impacto e alguns resultados nas zonas de produção. Então, devemos, por exemplo, escolher certas zonas de produção nos Estados, como milho, feijão, arroz, etc., ou seja, 20, 30 ou 40 propriedades e ali então entrarmos com o nosso trabalho, em cooperação com a ACAR, de assistência efetiva, inclusive, talvez, neste primeiro caso cedendo corretivos, fertilizantes, trabalhos de máquinas, de riego, fazer uma demonstração na região, unindo agricultores, fazendo palestras e fazendo-as assistir aos trabalhos para causar um impacto e levá-los a uma melhoria no nível tecnológico.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Com relação à correção de terras e análise de solos, o seu Escritório tem ligação com o problema?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Tem relação, sim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Em Campinas há um laboratório com capacidade para 200 análises, em Brasília, em para 100 análises e no Rio Grande do Sul, quando estávamos em Pelotas, estávamos instanciando um com capacidade para 400 análises. Estão funcionando esses laboratórios em cooperação com o Escritório?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — A parte de análise de solos não é com o Escritório. Fazemos o fornecimento do uso de corretivos e fertilizantes. Estamos, inclusive, preparando um plano nacional de fertilização.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Creio que o seu Escritório deveria coordenar tudo isso. Sem uma análise certa do solo, o Escritório não vai acertar. O senhor deve ter em mãos dados seguros com relação ao solo. Primeiramente, a parte corretiva, de ácidos e de calcificação por exemplo, se faz de acordo com a região, e a segunda parte, de adubação, se faz de acordo com o nitrogênio e outros minerais. Se o Escritório não tiver dados seguros não vai dar certo. Já que separam, acho que o seu Departamento deve pegar desde a rotação de cultura, fertilização do solo, correção de solo, das semelhas analises do solo até a colheita. Porque a única maneira de saber se está errado é acompanhar de perto.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Todos esses órgãos precisam de maior entrosamento.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Porque este ano, o Brasil vai ter

mais 3.200.000 habitantes. Cada ano aumenta mais. Se não tivermos capacidade de alimentar nosso povo, vamos pedir esmola. O Brasil não precisa pedir esmola.

Não tenho mais nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Breno da Silveira.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — Sr. Presidente, começarei perguntando ao Deputado Oscar Rosa quanto ganha, só momento, um agrônomo de carreira no Ministério da Agricultura?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — O salário inicial de um agrônomo é atualmente NCrs 504,00.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — Perguntem a V. S. quanto ganham os agrônomos contratados sem ser por concurso no Ministério.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — O salário inicial, até aqui, tem sido na base correspondente ao salário de interino efetivo. Estamos pensando em pagar um pouco mais, a fim de conseguirmos mais elementos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — O ano passado, quando estive em Pelotas, fui com um veterinário e observei que este era pago, parte pelo Ministério e parte pelo Estado. V. Exa. ai tem um exemplo.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — (Relator) — Parece-me que o ocorrido no Ministério da Agricultura também é com relação ao Ministério da Saúde. Os velhos agrônomos, homens com vinte e tantos anos de casa, de atividade no Ministério, em alguns setores estão ganhando menos que recém-contratados. Não há uma correspondência de valores com relação aos técnicos.

Quando V. Exa. fala no afastamento do técnico do trabalho, é necessário levar-se em conta que a residência agrícola, onde ele tem sua casa, seja um lugar tranquilo, onde ele possa movimentar-se para difundir os seus conhecimentos de pesquisa, de assistência técnica às fazendas do interior.

Parece-nos que enquanto não tivermos o técnico bem remunerado e trabalhando sob regime de tempo integral, qualquer plano no Brasil, principalmente no setor agropecuário, se dificilmente, não logrará ultrapassar a barreira do grupo econômico; porque tanto o jovem como o homem já vivido, para se movimentarem, necessitam de um mínimo de garantia para oferecer a suas famílias. Por isso, acho que a Comissão de Agropecuária do Senado deve dar prioridade à revisão, com a máxima urgência, dos salários de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas. Sem isto, o homem que faz pesquisa deixará de existir. Inclusive o médico que tem inclinação para a pesquisa deve ser estimulado, por exemplo, para ser um grande leprólogo ao invés de se manter um clínico mediocre, se lhe for facultado fazer cursos de especialização em Manguinhos. O Ministério da Agricultura deve dar margem ampla às atividades de agrônomos e veterinários, estimulando-os de tal sorte que a nossa juventude se sinta atraída para essas carreiras.

Hoje melhorou um pouco, mas é triste vermos que a procura, que a gana de jovens se dedicarem à agropecuária e à Veterinária ainda é muito pouca para o nosso país, principalmente em se tratando de um país eminentemente agrícola, além de eminentemente, também, provido de recursos pecuários. Portanto, queria que esse nosso primeiro contacto fosse em torno da base, realmente do grande problema agropecuário do país, porque enquanto não tivermos técnicos em número suficiente — e foi dito aqui pelo elemento responsável pelo Setor Ani-

mal que, praticamente, havia um veterinário para cada 3 milhões de animais — nos debateremos nesse problema.

O mesmo deficit ocorre em outras atividades. Com a Medicina, por exemplo, há uma carência, de 48.000 médicos.

A mesma coisa ocorre com agrônomos e veterinários. Isso se deve, ao que se depreende, dos proveitos mínimos que recebem e observamos tal fato em todas as atividades.

Hoje em dia não existe mais um Iperólogo moderno. Nenhum médico, recém-formado, se dedica ao estudo da lepra porque o padrão de vencimento desse pessoal gira em torno de 300 a 400 cruzeiros novos, que não pagos pelo Serviço Público. O sujeito não tem estímulo porque é obrigado a fazer sómente aquilo e se nenhum motivo, sem ter recursos, etc. Assim, o que vemos é que ninguém se dedica à pesquisa de lepra. O mesmo verificamos com a Saúde Pública: há uma grande crise de médicos na Saúde Pública que, aliás, é uma coisa impressionante.

Tenho a impressão de que a Comissão Mista Agropecuária da Câmara e Senado, se nada fizesse, ainda assim teria dado o grande passo para o seguimento desse setor, se conseguir ao Agrônomo, ao Veterinário um lugar condigno, com melhor padrão de vida, inclusive, de procurando atrair as novas gerações para essas profissões.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — A propósito, lembraria um artigo publicado no "Correio da Manhã", sob o título "Por que meu filho não será Agrônomo".

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — O nosso presidente, Senador Fernando Corrêa, é um grande médico, e está sentado; aqui ao nosso lado. O seu filho, é um Agrônomo, o que é um dos exemplos marcantes.

Estou a cavaleiro para falar, não tenho filho médico, tenho um Advogado já formado, um Arquiteto e estou ajeitando um vaqueiro para tomar conta da fazenda, mas médico não sai nenhum de lá.

Sr. Presidente, após esta ligeira digressão, desejo passar aos Postos Agrícolas, sobre cuja extinção falei o nosso convidado.

Perguntaria a S. Sa. se esses Postos não poderiam ter a supervisão do próprio Departamento, porque, amanhã, eles entregues assim a grosso modo, seriam como que um acervo que se perderia. Esses Postos, dentro do Planejamento técnico de sua responsabilidade, são as cabeças de ponte, os fortins de penetração onde a sua campanha deverá ser iniciada.

Estive, há poucos dias, em Pernambuco, e conheci os Postos Agrícolas do Estado, inclusive onde era possível o aluguel de patrulhas motomecanizadas, sob supervisão técnica. Os Postos Agrícolas que existem ainda hoje, em Pernambuco, iniciados pelo Governador Sampaio, melhorados pelo Governador Miguel Arrais e, infelizmente, agora, sob o Governo do meu amigo Nilo Coelho, estão realmente numa derrocada em matéria de atendimento das áreas agrícolas daquele Estado. Mas o fato é que prestam grande serviço. Quando o trator passado à aluguel, ele tem uma tarefa, porque, se o fazendeiro que é mais aquinhoados pela sorte pode comprar, financiado pelo banco, 200 horas, o pequeno fazendeiro-adjuunto faz um contrato de 10 horas. Então, na região, as 200 horas do fazendeiro mais aquinhoados não são consecutivas. Há na região fazendeiros de 10, de 8, de 10, de 10 ou de mais horas, que são atendidos com supervisão, pois o técnico assiste a todos, para que o grande não vá dominar, não vá engançar o pequeno.

Portanto, a existência dos postos agrícolas é importante. Bem ou mal,

nós é que aprendemos. Tenho apreendido muito nesses postos, não só da legião — a legião — a legião — como de outras. Quem não acreditava vai ver, para crer. Vai ver a deslumbradora funcional. Depois empregara em sua razão. Vai ver um sítio-trincheteira, pois é preciso saber usá-lo na seca. Ninguém acredita que o gado come, é com aquele negócio que trata do meliço. Isto é a prática. E continua com o fator principal de penetração dos braçais, no setor que V. Sa. está no momento representando. Lembraria, até, para sugestão, que, em Matao, há um aeroporto, não sei se internacional ou se ligado ao setor que V. Sa. dirige.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Matão é fazenda experimental, ligado ao nosso setor.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — É o Instituto Rockefeller. Terão então que fazer um convênio, porque sem convênio não vai mesmo.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — De fato, é não vamos simplesmente entregar ou fechar esses postos. A nossa intenção é procurar melhorar cada vez mais esse setor, e procurar, também, dentro desse ambiente, aqueles que não têm cumprindo suas finalidades, que não têm exercendo influência alguma na sua área de ação, que não têm encontrando um melhor utilização, para eles.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Na parte agrícola, na parte veterinária há justamente a falta de elá, e a falta de elá é a falta de cobertura financeira. Porque, com o tempo, o indivíduo cai na rotina; então, em certos lugares tem a impressão de que o indivíduo não sai, porque em geral se torna o ídolo da região, na qual existem pessoas que não se adaptaram por contingências de família, problemas de educação de filhos. O agrônomo, o veterinário, tem esse problema, os filhos entram na faixa colegial, necessitam de colégio melhor, têm seus horizontes e precisam de ser vistos por quem está, como o Senhor, no cargo de chefia, para que o sofrido do interior saiba que tem alguém cuidando dele.

Sendo nômade, poderá realizar grande serviço, havendo o rodizio para que tenha a parte inicial no interior e os mais antigos venham se aproximando dos grandes centros. O homem, a partir dos 45 anos tem filhas moças e rapazes. Surge o problema educacional, importantíssimo e talvez uma das coisas que menos prender o agrônomo, o veterinário no interior, seja o isolamento em que vive, sem atendimento à sua pessoa e aos seus problemas.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Sem dúvida. A idéia desses postos que julgamos prioritários, escolhidos e localizados em zonas adequadas do Estado, virá atender melhor o assunto. Não queremos que estes postos fiquem subordinados à este ou aquele órgão ou Departamento no Ministério da Agricultura.

Agora existem essas Diretorias Estaduais, nos Estados e estes postos ficariam subordinados ao escritório de produção vegetal e à Diretoria Estadual. Neles poderiam ser realizados trabalhos, não só de produção vegetal como de produção animal e também da pesquisa.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Tenho a impressão de que um dos maiores problemas é o de patrulheiros, elementos que lidam com tratores.

O grande problema é que a pessoa compra um trator, tem um bom emprego, mas ele não sabe lidar com o trator, não entende nada de trator.

Esses postos seriam de grande valia para esses ensinamentos ao capataz agrícola, para esse homem que na parte agrícola faria isto: na parte

veterinária aprenderia a tirar uma placenta. Porque a retenção da placenta é problema muito sério e se não houver alguém que saiba como agir num caso desses muitas vezes se perde uma res por falta de alguém com esses conhecimentos.

Quero ressaltar aqui o trabalho do Chico Boi, que é um prático de veterinário e que tem prestado grandes serviços a toda esta região. Todos os problemas de doença é ele quem atende, o que ele tem feito em matéria de ensinamentos é preciosíssimo, porque o empregado assiste uma ou duas vezes e consegue aprender e aplicar na prática.

Quantas vezes nem é preciso mais chamar o veterinário. O nosso famoso Chico, até há pouco tempo, era o homem que atendia a toda esta região. For isso, tenho a impressão que esses postos são de grande valia para o ensinamento prático desses novos rudimentares de manutenção de um trator. É um problema a manutenção de um trator. O trator que não tiver manutenção no bom sentido — o que somente um curso de capataz agrícola poderá possibilitar — não durará um ano. É preciso cuidar da lubrificação, do nível do óleo. É preciso verificar o que acontece nas diferentes máquinas, naqueles que têm assistência técnica e nas que não têm. Esses postos agrícolas, antes de mais nada, no seu planejamento, poderiam dar orientação para curso de capataz agrícola e de capataz veterinária. Curso que ensine a arar, a gradear curva, de nível. Em Minas Gerais, por exemplo, encontramos lavradores plantando la-deira acima...

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Exato.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — ... que tem que ir para Portugal cursar Medicina.

Quando nos formamos, Senhor Presidente — eu me formei em 36 — na minha turma, e numa Faculdade, formamo-nos 730 médicos. Pois bem, na última turma, de 1967, em cinco faculdades na Guanabara, se formaram 320 médicos. E como disse há pouco, a crise de médicos em nosso País cresce, agora, há 48.000 médicos. Faltam, neste momento, para dar cobertura à população brasileira, que, como disse o Senador José Ermírio, vai a 90.000.000 de habitantes ainda este ano.

De maneira que, ao encerrar, quero agradecer e pedir ao Dr. Oscar Rosa que leve esta mensagem. A Nação precisa de agrônomos e veterinários, nesta luta de emancipação, para equacionar todos esses problemas que atingem esse setor, a nosso ver vital, para o seguimento do Brasil.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Pois não, nobre Deputado.

Direi ao ilustre Deputado que pode contar com a colaboração irrestrita de nosso Escritório.

E tenho a certeza de que, do trabalho da Comissão, advirão bons frutos, bons resultados em benefício da Agropecuária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Posso informar a V. Sa. que o Professor Fontes virá logo seja feita a segunda chamada a ele.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Digo isso tudo, Sr. Presidente, porque tenho a impressão de que já estamos acumulando grandes palestras que poderiam já ir recebendo a revisão dos seus expositores, poderiam enfim serem filtradas, adiantando assim o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O que aconteceu, nobre Deputado Breño da Silveira, é que, com a Semana Santa, os nossos trabalhos ficaram suspensos e, consequentemente, a vinda dos nossos convidados.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Compreendo Sr. Presidente, mas devemos apressar os trabalhos porque ainda temos, in-

clusivo, a convocação desses técnicos e a revisão das palestras feitas pelos nossos ilustres convidados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Já estamos mandando as notas taquigráficas para os nossos convidados e alguns já estão devolvendo as suas palestras, devidamente revistas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Agradeço, então, a presença do Dr. Oscar de Aguiar Rosa a este nosso debate. Que S. Sa. leve a mensagem da nossa Comissão, porque considero o problema do agrônomo e do veterinário de grande importância para o desenvolvimento da Agricultura. Que dos resultados dos trabalhos desta Comissão possa advir a grande oportunidade, não digo o 13 de maio das duas profissões, mas a grande oportunidade para essas duas classes. Que, ajudando a esta Comissão, possamos também ajudá-las para o seguimento da parte financeira, atraindo para essas duas profissões, pelo menos, essa desgraçada juventude que é espoldeada, que é esbordeada, que fica como excedente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — É proibido fazer política...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — ... que tem que ir para Portugal cursar Medicina.

Quando nos formamos, Senhor Presidente — eu me formei em 36 — na minha turma, e numa Faculdade, formamo-nos 730 médicos. Pois bem, na última turma, de 1967, em cinco faculdades na Guanabara, se formaram 320 médicos. E como disse há pouco, a crise de médicos em nosso País cresce, agora, há 48.000 médicos. Faltam, neste momento, para dar cobertura à população brasileira, que, como disse o Senador José Ermírio, vai a 90.000.000 de habitantes ainda este ano.

De maneira que, ao encerrar, quero agradecer e pedir ao Dr. Oscar Rosa que leve esta mensagem. A Nação precisa de agrônomos e veterinários, nesta luta de emancipação, para equacionar todos esses problemas que atingem esse setor, a nosso ver vital, para o seguimento do Brasil.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Pois não, nobre Deputado.

Direi ao ilustre Deputado que pode contar com a colaboração irrestrita de nosso Escritório.

E tenho a certeza de que, do trabalho da Comissão, advirão bons frutos, bons resultados em benefício da Agropecuária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Dr. Oscar de Aguiar Rosa, eu gostaria de fazer algumas ponderações.

O Senador José Ermírio falou aqui sobre o trigo. O Ministério, há questão de alguns anos, insistiu muito que na minha fazenda, em Toreno, Mato Grosso, plantasse trigo que eles comprariam a nossa produção para ceder aos outros agricultores, como se-mentes.

Eu plantei o trigo, não para vender, mas para dar ao Ministério. Ocorre que eles nunca foram buscá-lo. O galpão ficou cheio de sementes e esse trigo, de vez, pôr deteriorado, foi utilizado como ração para animais, apesar da minha insistência e de meu filho que também é agrônomo, junto ao Ministério.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — É incrível, Senador, que isso te-nha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas foi o que sucede e tenho de dizer, porque estamos aqui num fógo da verdade para a bem e o desenvolvimento do Ministério da Agricultura, porque precisamos soerguer a confiança pública no Ministério. E para isso que estamos aqui. Quero dizer ao senhor, como já disse aos demais representantes do Ministério que o Ministério, hoje, não por culpa dos técnicos, do-

pessoal, nem dos Ministros, mas por essas verbas que estamos vendo cada vez menores, não tem lá elementos como trabalhar.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — E que quase sempre não se pode contar com elas nas épocas certas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria de fazer outra pergunta. Lá em Terenos, onde está localizada minha Fazenda, prestou-se um grande serviço em incutir nos fazendeiros vizinhos aos da região de Campo Grande, o exemplo da lavoura mecanizada, mas não houve manutenção. As máquinas desse pôsto quebraram e hoje não há mais trabalhando nem um trator. Todas as máquinas nas oficinas, os técnicos eram removidos se o pôsto fracassou depois de ter prestado grandes serviços incutindo a mentalidade da mecanização da lavoura.

O Pôsto Agropecuário de Terenos prestou esse grande serviço, incutindo no espírito do agricultor a mecanização. E conseguiu que o município de Terenos fosse um dos municípios do Brasil que tivessem o número de máquinas. Estavam lá 300 tratores graças ao pôsto agropecuário. Fracassou porque os seus dirigentes não possuíam verbas nem pessoal para recuperação das máquinas.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Esperamos que isso deixe de acontecer daqui por diante. Foi criado agora um Escritório de Engenharia, sendo que essas patrulhas mecanizadas ficarão subordinadas a esse Escritório. E foi organizado um plano nacional em que todos esses problemas

são previstos. Inclusive a renda dessas patrulhas não será totalmente recolhida ao fundo, como era antigamente e muitas vezes não retornava.

Agora, pelo menos 85% dessa renda ficará no pôsto, para o serviço de manutenção. Dificilmente se repetirá essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Outro assunto que queria abordar com V. S. é a respeito da divulgação agropecuária. Não seria possível o Ministério da Agricultura conseguir, na Hora do Brasil, uns 15 minutos para a divulgação? Porque a radiodifusão é uma coisa generalizada no Brasil. Na fazenda mais longínqua do Mato Grosso todos têm um transistor para ouvir a Hora do Brasil, religiosamente.

Acredito que, se o Ministério conseguisse 10 ou 15 minutos para divulgação de assuntos de interesse agropecuário, prestar-se-ia um grande serviço à zona rural.

Que interessa saber ao pobre fazendeiro que o Brasil da Barra do Rio Grande está com a luz apagada? (risos).

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quero lembrar a V. Ex^a que esse problema no interior é de tal ordem, que temos um recordista na Câmara, o Senhor Deputado Antônio Bresolin, que todos os dias manda um recado para o interior do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Nós, no Senado, não temos "pinga-fogo" e não temos meios para dar nossos recados.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Permita-me.

Na minha zona eleitoral, no Estado da Guanabara, na Hora do Brasil o guanabatino desliga o rádio para ver programas de televisão.

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Nós temos uma rádio rural, no horário de 5 horas e 30 da manhã, e que por isso geralmente não é ouvida. É isto nos sai caro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O outro assunto é ICM. A redução até 18 ou 20%, na primeira alteração agropecuária, excepto os produtos hortigranjeiros. Cí para esses já existe isenção?

O SR. OSCAR DE AGUIAR ROSA — Com franqueza, não sei informar.

O SR. EVALDO MENDES COSTA — Cada Estado está resolvendo em sua área, juntamente com a Secretaria da Fazenda, a isenção do ICM para determinados produtos. Em São Paulo, por exemplo, o hortigranjeiro já está excluído do ICI.

Cogita-se presentemente de estender a isenção para outros produtos de subsistência, como arroz, feijão, etc., e seria conveniente também para a carne bovina. Cada Estado está procurando resolver o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Em Mato Grosso está subindo.

O SR. EVALDO MENDES COSTA — O assunto pertence à órbita estadual. Cada Estado tem uma orientação diferente, uma política diferente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — De vez em quando reunem-se os Secretários de Fazenda dos Estados para tratar do assunto.

e são tantos os decretos-leis que dificilmente um técnico consegue estar em dia com essa matéria, principalmente no Governo passado.

Assim, gostaria de saber qual é o "prato do dia" a respeito desse assunto.

O SR. EVALDO MENDES COSTA — O "prato do dia" não existe. Isso fala ao sabor dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Por isso é que estou procurando saber.

O SR. EVALDO MENDES COSTA — Cada Diretor Estadual, cada Secretário de Agricultura, inclusive, tem tratado do assunto. Isso depende um pouco da iniciativa do indivíduo no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Em Mato Grosso estava em 15% e já passou para 18%.

O SR. EVALDO MENDES COSTA — Em São Paulo, também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Estava só procurando saber.

Dr. Oscar de Aguiar da Rosa estamos muito satisfeitos com a sua palestra e quero declarar que S. S^a foi um dos mais sabatinados, foi um dos mais espicaçudos, vamos dizer assim, pelos Senhores Deputados e Senadores, mas se saiu muito bem, respondendo a todas as perguntas, dentro das suas possibilidades.

Mais uma vez agradecemos a sua presença a esta Comissão.

Está encerrada a reunião.

Levanta-se a sessão às 12 horas.)

PRECO DESTE EXEMPLAR — NCr\$ 0,10